

O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

UMA ANÁLISE HISTÓRICA
SOBRE O CRÉDITO NO COMPLEXO
CAFEEIRO PAULISTA
CASA BRANCA (1874-1914)

RODRIGO FONTANARI

O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Tânia da Costa Garcia
Margarida Maria de Carvalho
Márcia Pereira da Silva
Susani Silveira Lemos França

RODRIGO FONTANARI

**O PROBLEMA
DO FINANCIAMENTO**
UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE
O CRÉDITO NO COMPLEXO
CAFEEIRO PAULISTA
CASA BRANCA (1874-1914)

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

© 2012 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na Fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F758p

Fontanari, Rodrigo

O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914) / Rodrigo Fontanari. – São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.

ISBN 978-85-7983-335-9

1. Café – Aspectos econômicos – Brasil – História. 2. Café – Indústria – São Paulo – História. I. Título.

12-8602

CDD: 388.173730981

CDU: 330.633.73321

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

AGRADECIMENTOS

Um trabalho, por mais simples que seja, nunca é tarefa solitária, fruto exclusivo de uma só pessoa. Por isso, desejo aqui expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram, de forma direta e indireta, na realização deste livro:

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, professor Pedro Geraldo Tosi, grande amigo e mestre. Sem sua ajuda e dedicação, dificilmente teria nascido esse trabalho.

Ao CNPq, por ter me concedido o aporte financeiro para concretizar a pesquisa.

Aos professores da Unesp-Franca, em especial Lélío Luiz de Oliveira e Antonio Theodoro Grilo, membros da minha banca de qualificação, pelas valiosas sugestões dadas a este estudo.

Aos eminentes professores e pesquisadores José Jobson de Andrade Arruda, Rogério Naques Faleiros, Anderson Pires, Alexandre Macchione Saes, Marcos Lobato Martins e Thiago Fontelas Rosado Gambi, personalidades que, em função dos profícuos diálogos entrelaçados, foram fundamentais para a construção e sedimentação das ideias deste trabalho.

Aos professores e amigos da graduação da Faculdade Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo, especialmente os professores

Marcos De Martini e Fábio Augusto Missura; e também os amigos daquela casa: Maicon, Coelho e Ricardo.

Ao responsável pelo Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca, Adolpho Legnaro Filho, grande conhecedor da história casabranquense e companheiro de arquivista.

Ao jornal *A Tribuna*, na figura do ilustre amigo Luis Affonso Mendes Junior.

Aos funcionários e amigos do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras* e do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca*, que disponibilizaram o acesso às fontes de pesquisa.

À Priscila, grande companheira e um dos maiores amores da minha vida, cujo carinho e compreensão sempre me fortaleceram, e que me incentivou a seguir em frente.

Agradecimento especial a toda a minha família, principalmente a meus pais, Gilberto e Maria Aparecida, que sempre estiveram presentes e apoiando minhas decisões, e ainda meus avós, João e Terezinha, os quais não mais se encontram entre nós, minhas desculpas por não ter estado mais próximo de vocês.

E, por último, mas não menos importante, agradeço à força maior que rege o mundo.

Deixo claro que os erros contidos neste trabalho são da inteira responsabilidade do autor.

Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão do tempo presente?

(Fernand Braudel)

Não podemos compreender qualquer das suas partes [...] sem termos alguma compreensão de como 'trabalha' o seu todo, e vice-versa, não podemos compreender a totalidade sem termos alguma compreensão de como 'trabalham' as suas partes.

(Boaventura de Souza Santos)

SUMÁRIO

Prefácio 11

Apresentação 13

**1 Casa Branca: de povoação dos ilhéus
a cidade do complexo cafeeiro 27**

2 De onde vem o dinheiro? 79

3 Para onde vai o dinheiro? 145

Considerações finais 203

Referências bibliográficas 209

PREFÁCIO

Pedro Geraldo Tosi

O presente trabalho, que tive a honra de orientar, aborda três questões fundamentais para a compreensão, no âmbito geral, da história econômica brasileira e, em âmbito específico, da economia paulista, a saber: reafirma a tese do complexo cafeeiro, e no fundo, resgata a problemática da acumulação de capitais sob a égide do setor e seus reflexos tanto para a cidade de São Paulo, quanto para outras localizadas no interior. Expõe as práticas de financiamento que foram recorrentes na lavoura cafeeira e que, no fundo, possibilitaram sua realização, sua reiteração e sua rápida expansão, realçando as tramas que regeram os mecanismos de captação de crédito nas suas mais distintas escalas sociais.

Ancorado em numerosa e vasta documentação, Rodrigo Fontanari talha o conceito de *crédito de vizinhança*, revelando estruturas de longa duração que configuraram, no âmago, a essência do capitalismo brasileiro, ou seja, traz a baila à noção de *personalismo*, intensamente trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda, pois evidencia a dificuldade que temos de racionalizarmos as chamadas “esferas da vida” ou “esferas da coexistência”. O trabalho elucida a importância das relações *face a face* para a cristalização dos contratos de crédito.

Em vigoroso exercício de micro-história, ou melhor de uma história econômica regionalmente apreendida por meio do feixe de

relações de seus atores nas cercanias de Casa Branca, o estudo do autor revela a importância de se realizar o ofício de historiador ancorado em sólida base documental, devidamente problematizada e concatenada a procedimentos de investigação e às linhas interpretativas atuais.

Com o foco mais ajustado para interpretar o cotidiano e as realidades singulares que compõem a existência corriqueira do dia a dia no mercado do dinheiro que azeitava a produção local do café; não perde contudo, o diálogo com perspectivas mais amplas e reverbera a importância de se ajustarem e reajustarem lentes para a compreensão das durações mais dilatadas e das estruturas que interpolam esse mesmo cotidiano. Vai, desta maneira e com cuidado, tecendo os fios entre o micro e o macro, que no fundo, não podem deixar de ser equiparados, como em um diapasão que oscila entre as singularidades e as configurações estruturantes.

Um convite para aqueles que se interessam pela expansão e pelos desdobramentos que assumiram a fronteira do café, observado aqui, pelo prisma daqueles que se envolviam nos negócios do dinheiro e, também, para aqueles que queiram entender melhor a importância que tiveram as cidades do interior para configuração de uma das mais instigantes metrópoles do mundo: São Paulo. Teria ela se desenvolvido sem o séquito de cidades interioranas que a alicerçam? Teriam, essas localidades, assumido papéis que não refletem, cada qual, uma parcela das hierarquias presentes nos circuitos de valorização do café?

APRESENTAÇÃO

Este livro tem como propósito analisar as formas de financiamento da cafeicultura, em um município do interior paulista – Casa Branca –, no período de 1874 a 1914. Visa, além disso, investigar as relações existentes entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura – que, como veremos, estão intimamente vinculadas à atividade creditícia – e a urbanização neste referido município. Pauta-se por recentes pesquisas na área da história econômica, que têm por base a dinâmica da economia em sua relação com as demais instâncias humanas, como a cultura e a política, e privilegia o manuseio de fontes documentais ainda pouco sistematizadas, dentre as quais os Livros Cartoriais, principalmente as dívidas hipotecárias e os penhores agrícolas.

Objetivamos verificar a importância do crédito, pouco institucionalizado e formalizado nesse momento de consolidação do capitalismo no Brasil, criando aquilo que foi denominado por João Manuel Cardoso de Mello como o *problema do financiamento* (Mello, 2009, p.47), voltado fundamentalmente à cafeicultura e subsidiariamente às suas atividades complementares.

Não menos importantes são os nexos sociais da oferta e da demanda de crédito, que procuramos evidenciar. Trabalhamos com a hipótese de que existia uma certa hierarquia na cadeia creditícia,

onde os grandes cafeicultores, especialmente aqueles vinculados ao *grande capital cafeeiro*, concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à comercialização e ao financiamento do café, subordinavam os médios e os pequenos cafeicultores e demais tomadores de crédito.

Finalmente, tentamos desvelar se essa hierarquização social e econômica esteve a favor da modernização das regiões “centrais” do complexo agroexportador cafeeiro, ou seja, em uma menor escala, como cidades-etapas, diga-se Ribeirão Preto e Campinas, e em maior escala, como “coração” do sistema, a cidade de São Paulo. Mesmo estando ancorados em uma análise fundada na História Regional, partimos da hipótese de que o *Orfeu*, de Nicolau Sevcenko, não teria ficado estático na metrópole sem os capitais que foram gerados na periferia do complexo cafeeiro, e transferidos para a cidade de São Paulo, promovendo seu amplo processo de modernização (Sevcenko, 1992). Ainda, dentro dessa mesma hipótese, buscamos afirmar que a intensa atividade de mecenato praticada pela elite da cidade de São Paulo, estudada por Maria Arminda do Nascimento Arruda no livro *Metrópole e Cultura*, não teria germinado sem a hierarquização dos capitais gerados no interior do Estado, mas acumulados na metrópole (Arruda, 2001).

Todavia, explicitamos como essas formas de financiamento interferiram no processo de urbanização, pois as elites centralizaram cifras consideráveis de capitais, reinvestiram-nos em grandes cidades e além disso, não pagaram os impostos locais. Priorizamos tecer, em linhas gerais, a economia local e regional, na tentativa de apreender como tal dinâmica impediu o transbordamento dos capitais, gerados na economia agrária de exportação, de se fixarem na cidade. Buscamos, assim, expandir os conhecimentos relativos ao crédito e à acumulação na periferia da economia cafeeira paulista e suas implicações no desenvolvimento urbano-industrial.

Sob tal prisma, a historiografia sobre a economia cafeeira, mesmo tendo olhado atentamente às formas de financiamento que possibilitaram a formação do *capital cafeeiro*,¹ deixou importantes

1 Conceito empregado por Silva (1986).

lacunas no que concerne ao crédito, aos contratos e às formas de reprodução do capital na própria cafeicultura e em outras atividades e setores que ela permitiu surgir. Assim, apesar da importância da acumulação de capital no setor principal da economia, ou seja, na produção cafeeira destinada ao mercado internacional, foram notáveis os efeitos em que essa atividade resultou, transformando-a num verdadeiro complexo: o *complexo cafeeiro*.²

À atividade principal – centrada no núcleo agroexportador cafeeiro – somaram-se outras, de modo que a circulação de capitais acabou por atingir algumas atividades tidas como *complementares*, por exemplo: as pequenas lavouras de subsistência e o comércio local, que nos municípios situados no roteiro do café, principalmente aqueles nos quais se viram a expansão ferroviária e a chegada de imigrantes, experimentaram um dinamismo que não se restringiu aos negócios atinentes à rubiácea, mas que, a despeito de estarem ligados, extravasaram os seus limites, permitindo acumulação e desdobramentos. Alguns deles se autonomizaram, outros não. Com certeza, esse potencial de acumulação esteve vinculado ao crédito e às suas condições de acesso.

É oportuno, antes de prosseguirmos, colocar o crédito em perspectiva historiográfica, ou seja, tentar avaliar algumas das interpretações a que foi submetido esse objeto histórico, no contexto da economia nacional.

A maior parte da bibliografia que versa sobre o período de 1830 e 1930, em que o café foi o principal sustentáculo da economia de São Paulo e, por sua vez, do Brasil, destaca o amplo processo de modernização motivado pelo desenvolvimento econômico decorrente das divisas auferidas pela exportação cafeeira e acabou, ainda, por abordar uma outra vertente específica dessa realidade: a industria-

2 Complexo cafeeiro entendido aqui como uma gama diversificada de atividades e investimentos, tendo como núcleo a produção cafeeira, e integrados entre si, tais como: transporte ferroviário, infraestrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento, enfim, todas as atividades necessárias à expansão da atividade nuclear, acelerando o ritmo da acumulação. Conceito desenvolvido por Cano (1977).

lização. Visam compreender em que circunstâncias e momentos se davam às inversões do capital cafeeiro para a atividade industrial.³

Desta maneira, o crédito acabou sendo tratado como algo um tanto quanto esquemático, pois procuravam estabelecer os vínculos *etapa por etapa* entre a cafeicultura, o crédito e a industrialização, como se esse fosse o fim último do capital cafeeiro. Exemplo dessa abordagem é a interpretação de João Manuel Cardoso de Mello. Em seu livro *Capitalismo tardio*, se referiu ao “problema do financiamento”, aludindo ao delicado mercado de crédito nacional, que para o autor repercutiu de forma negativa no processo de industrialização, sendo que o grande entrave para o desenvolvimento industrial do Brasil “tenha sido a ausência de um sistema de crédito que funcionasse estavelmente” (Mantega; Rego, 1999, p.202).

Em estudos mais recentes, essa perspectiva que estabelece o encaideamento do capital agrário, via finanças, à indústria aparece no livro de Anderson Pires (2009) *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889-1930*. Não que estas interpretações sejam inoportunas, muito pelo contrário, mas no seio do complexo cafeeiro não era somente esse o fim último ao qual se cabia o crédito e o capital cafeeiro.

Em *Conversas com economistas brasileiros*, João Manuel Cardoso de Mello disse que, se fosse possível, pretenderia inserir em uma *revisão* mais acurada do seu livro *Capitalismo tardio*, a importância do crédito, ou melhor, da ausência de um sistema de crédito que funcionasse estavelmente durante o período imperial brasileiro, fator que estaria entre as causas do fracasso do desenvolvimento industrial no período (Mantega; Rego, 1999, p.202). Amplia, assim, o debate sobre a industrialização do país que esteve voltado para outras interpretações que colocaram maior ênfase na falta de um mercado de trabalho estruturado, e na duvidosa política protecionista. Em outras palavras, para o bem ou para o mal, o crédito teve, de fato, papel fundamental nesse processo histórico.

Nessa perspectiva, de acordo com Prado Júnior, o desenvolvimento da lavoura cafeeira foi possível no Brasil, a partir do século XIX,

3 Para alguns dos trabalhos considerados clássicos, ver: Mello (1982); Cano (1977); Silva (1986).

devido a uma confluência de fatores, tais como: mercado consumidor internacional, disponibilidade de terras de boa qualidade, bom clima, disponibilidade de mão de obra, entre outros itens. Porém, chamou especial atenção para uma dificuldade dessa lavoura: a da demora na produção dos cafezais, que levavam de quatro a cinco anos para começarem a frutificar e exigiam assim maior investimento de capitais para suportar os anos em que não produziam (Prado Junior, 1969, p.159).

Outros estudiosos buscaram interrogar a decorrência dos capitais que possibilitaram a expansão da fronteira agrícola do café. Um importante agente financiador da cafeicultura, principalmente em sua fase inicial, foi, sem dúvida, o comissário – intermediário entre o fazendeiro e os exportadores. Segundo as observações de Wilson Cano, o comissário assumiu, em tempos de escassez monetária, o papel de “banqueiro”, pois, junto aos fazendeiros, arcava com os gastos necessários até que os cafeeiros comesçassem a produzir. E ainda, mais do que um financiador, o comissário também aconselhava o fazendeiro quanto às aplicações dos lucros conseguidos com a venda do café (Cano, 1977, p.71).

Dentro dessa mesma óptica segue a visão de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, ao avaliar o intrincado mundo dos negócios do café, chama a atenção para a forma como foram acumulados os capitais necessários às primeiras plantações, que em sua abordagem vieram dos negócios de tropas, casas comerciais e tráfico de escravos. Mas aponta para uma peculiaridade decorrente do alargamento desses negócios, que permitiu até aos donos de terras com poucos recursos obterem somas no mercado para “constituir” uma lavoura de café. Esse mesmo mundo de negócios que envolvia os fazendeiros de café fez surgir a figura do comissário, não como simples comprador de café, mas também como “banqueiro”, que facilitava a obtenção de capitais para manter a fazenda em pleno funcionamento (Franco, 1997, p.170-172).

No que se refere aos bancos nacionais como fomentadores de crédito à cafeicultura, foi somente com “o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da Primei-

ra Guerra Mundial, que se deu um maior desenvolvimento dos bancos paulistas: até 1911, eles instalaram onze agências no Estado” (Cano, 1977, p.74). Cria-se, assim, a “necessidade” de outros agentes para suprir as demandas de crédito no complexo cafeeiro. São esses outros agentes que iremos buscar na pesquisa, bem como procurar compreender os arranjos decorrentes de suas práticas de financiamento.

Um minucioso exame foi realizado por Delfim Netto, a respeito da flutuação da economia cafeeira, devida tanto às vicissitudes do mercado nacional e internacional, quanto à própria “característica cíclica” da planta. Ele ressalta as dificuldades sentidas pelos cafeicultores, pois estes são obrigados a investir numerários consideráveis nas plantações de café, que estarão formadas somente depois do quarto ano, e nesse período correm todo o tipo de riscos, principalmente o das instabilidades financeiras. Vale frisar, ainda, o olhar atento sobre os “ciclos financeiros do café”, em que ele tenta correlacionar os momentos de expansão e crise da cafeicultura, bem como os ajustes governamentais ou de produção para se elevar ou manter as taxas de lucro na atividade cafeeira (Netto, 1979). Assim, fica evidente a dependência que o cafeicultor mantinha em relação ao crédito.

As análises contidas no livro *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*, de Flávio de Azevedo Marques de Saes, contribuíram para a compreensão do fenômeno relativo ao surgimento dos bancos e ao sistema de crédito formalizado no país, disponibilizando uma triagem de fôlego a respeito do assunto. Explicamos, neste trabalho, os caminhos percorridos do crédito pessoal, ou seja, das formas privadas de crédito em São Paulo à emergência do crédito bancário (Saes, 1986).

Em estudo recente, Rodrigo da Silva Teodoro demonstrou a importância e a complexidade da atividade creditícia no circuito mercantil do complexo cafeeiro. Em sua obra de história econômica regional, sem perder, contudo, a ligação com a economia-mundo, ressaltou a influência dos agentes locais – capitalistas, comerciantes, negociantes e fazendeiros – no financiamento da cafeicultura e de outras atividades complementares, como os pequenos negócios

urbanos e pequenas lavouras, tanto de café quanto de gêneros alimentícios. Elucidou, também, as hierarquias dentro desses jogos mercantis, favoráveis ao grande capital, mas onde a própria acumulação e dinamização local eram capazes de ensinar outras atividades tidas como complementares (Teodoro, 2006).

Vale ressaltar que, no campo da história econômica, vem se destacando o estudo de Livros Cartoriais – dívidas hipotecárias, penhores agrícolas, contratos de trabalho e das escrituras de compra e venda – na tentativa de observar mais profundamente a dinâmica da acumulação dentro do complexo cafeeiro capitalista, pois estas fontes abrem diversas possibilidades de se examinar a produção em estreita relação com a conjuntura econômica (Tosi; Faleiros; Teodoro, 2005, p.291-327). Do mesmo modo, quando devidamente examinados, tais documentos possibilitam o esclarecimento das formas de financiamento que “favoreceram” o estabelecimento e a produção das grandes, das médias e das pequenas lavouras de café, tipos de propriedades que estiveram muitas vezes dependentes da estrutura fundiária do complexo cafeeiro.

A região selecionada para o estudo abarca um espaço profundamente marcado pelo processo de transformações e modernização, decorrentes do avanço da economia cafeeira e do capitalismo na *economia-mundo*. Tal região corresponde à do município de Casa Branca.⁴ Agregaram-se também os dados dos livros cartoriais da cidade vizinha de Santa Cruz das Palmeiras⁵ (fundada em 1876 e

4 O município de Casa Branca abriga cerca de 28 mil habitantes (IBGE, 2010). Está localizado na Bacia do Rio Mogi Guaçu, a 55 km da Rodovia Anhanguera, à nordeste do estado de São Paulo. Tem uma área de 865 km² e altitude entre 540 e 957m. De clima tropical, sua topografia é plana com suaves ondulações e amplos vales pluviais, com solo tipo predominante Latossolo Vermelho-Amarelo (Furlani, 2003).

5 O município de Santa Cruz das Palmeiras abriga cerca de 30 mil habitantes (IBGE, 2010). Está localizado na Bacia do Rio Mogi Guaçu, a 30Km da Rodovia Anhanguera, a nordeste do estado de São Paulo. Tem uma área de 312 km², com 644 m de altitude.. Sua temperatura média máxima é de aproximadamente 32°C, média mínima 12°C, sendo sua temperatura compensada em torno de 19,6°C. De clima subtropical, sua topografia é plana com suaves ondulações e amplos vales pluviais, com solo tipo latossolo roxo (Mendes, 2000).

desmembrada de Casa Branca em 1881), por ser esta cidade reduto de importantes fazendas da elite paulista como dos Silva Prado, dos Álvares Penteado e dos Queirós Telles. Ambas as cidades são situadas no chamado *Oeste Paulista*. A produção cafeeira nestes municípios era ainda incipiente por volta da década de 1860, se elevando em meados de 1880, e tendo seu apogeu na década de 1920, para daí em diante declinar até quase desaparecer (Milliet, 1982, p.20).

O recorte espacial da pesquisa prioriza tal localidade por ser a mesma um importante centro da cultura cafeeira, a partir do segundo quartel do século XIX e início do século XX, facilitando a compreensão das formas de financiamento dessa atividade. Casa Branca ocupa uma posição intermediária entre os municípios de Campinas e Ribeirão Preto, promovendo assim a noção face ao avanço da fronteira do café e da circulação da riqueza pelo Estado de São Paulo. Desta maneira, oferece ao historiador a possibilidade de aprofundar a análise da lógica de acumulação de capitais nos quadros do capitalismo tardio.

O recorte temporal é aquele marcado, em escala internacional, pelo vigoroso crescimento do capitalismo e, em escala nacional, pelos desdobramentos do *capitalismo tardio* e pela expansão da cafeicultura no “oeste paulista”, atingindo a região de Casa Branca por volta de 1860. A produção cafeeira, nesta região, irá se desenvolver com maior amplitude nas décadas de 1880 e 1890, estando inseridas nesta temporalidade significativas problemáticas de importância nacional, como: o fim do trabalho escravo, a imigração, a expansão da malha ferroviária etc.; assuntos que de forma paralela foram tratados neste livro.

Poderíamos ter optado pelo recorte temporal situado em 1878 – ano da chegada da malha ferroviária em Casa Branca – e de sua íntima ligação ao complexo cafeeiro. Contudo, optou-se pelo recuo a 1874, no sentido de apreendermos o impulso na produtividade e na circulação, já com a *notícia* da extensão da ferrovia a Casa Branca, daí esse ajuste temporal. Quanto à delimitação cronológica, adotamos o ano de 1914, uma vez que após a Primeira Guerra Mundial houve outras conjunturas que acabaram exercendo um forte impacto no objeto de estudo, interferindo nas análises propostas.

Porém, tendo em conta o objetivo do presente estudo, iremos limitar-nos ao ano de 1914, julgando ser possível entender a dinâmica econômica dessa atividade, principalmente na fase de piores preços, entre 1898 e o Convênio de Taubaté, em 1906.⁶ Além disso, a partir de 1914, com o impacto da Primeira Guerra Mundial, há profundas mudanças nos padrões da economia nacional e mundial, que interferem demasiadamente no objeto de estudo e alteram sua natureza específica.

Não será analisada “a região pela região”, mas procuramos compreender uma faceta fundamental da história de São Paulo, ou seja, a acumulação de capitais em sua “periferia”. É fato que a houve também no complexo cafeeiro paulista nesse período, e esse capital cafeeiro foi a base da modernização e industrialização de São Paulo. Porém, são incipientes ainda os estudos que dão uma visão mais nítida das formas de financiamento das atividades do complexo cafeeiro, principalmente das fazendas de café, geradoras do próprio capital cafeeiro.

Para captar melhor essa realidade a nível local e fazer a devida articulação/ justaposição com a teoria, o esforço principal foi o de investigar e quantificar as fontes primárias – os dados quantificados deram origem a estatísticas geradas no Microsoft Excel. A análise das fontes acabou por revelar uma intrincada cadeia no sistema creditício, facilitando a ligação entre as distintas pontas do circuito do capital, ou seja, foi possível entender as amarras das teias mercantis da esfera local com a global.

Para compreender como a lavoura cafeeira se expandiu, mesmo com a falta de instrumentos de crédito apropriados, ou seja, ins-

6 É comum, quando se trata de crise na cafeicultura, aludir-se à crise de 1929. Contudo, houve períodos delicados pelos quais passou a economia cafeeira antes mesmo desta data. Ressalta-se, tendo em vista essa questão, que a crise mencionada aqui é referente ao período entre 1896 e 1906. Ela é decorrente dos baixos preços praticados no mercado internacional, da alta produção nacional e de políticas econômicas “desastrosas” levadas a cabo pelo governo republicano. A crise termina, parcialmente, em 1906, com a realização do Convênio de Taubaté, em que os fazendeiros paulistas, mineiros e fluminenses pedem a intervenção estatal, com o objetivo de “salvar” a cafeicultura.

tituições formais como os bancos e bolsas de valores, buscou-se a investigação e a quantificação dos Livros Cartoriais das cidades de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras, principalmente os que dizem respeito ao penhor agrícola e às hipotecas.

Essas fontes cartoriais contêm importantes dados, pois apresentam: a data em que foram efetivados os contratos; a profissão e a cidade onde residiam os credores e os devedores; o valor da transação; os juros praticados; o prazo para quitação; o imóvel ou bem hipotecado ou penhorado, descritos, às vezes, com minúcias que permitem entrelaçamentos e confrontos.

Com a utilização dessas fontes históricas, pudemos observar: a origem dos principais grupos provedores de crédito, sejam eles bancos, capitalistas, comissários entre outros agentes; que setor da sociedade mais procurou os capitais e como empregaram esses recursos financeiros; as alterações nos volumes monetários de acordo com determinada conjuntura política e econômica; a mudança das taxas de juros praticadas consoante o risco das operações aumentasse ou diminuísse, de acordo com a flutuação da economia, ou ainda as variações nessas taxas de acordo com a origem do empréstimo; enfim, podemos entender como esses elementos estiveram diretamente ligados ao processo de formação do capital e da expansão (ou não) das economias locais.

Para o período analisado (1874-1914), foram levantadas 1.204 hipotecas encontradas em cinco livros cartoriais denominados *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D; e 376 contratos de penhor agrícola presentes no *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos*. Todos esses documentos se encontram no *Oficial de registro de imóveis e anexos de Casa Branca*. Há, ainda, mais 287 inscrições de hipotecas encontradas em dois livros cartoriais denominados *Livro(s) de inscrição especial*, sob os números 2 e 2A; e mais 59 contratos de penhores agrícolas, presentes no *Livro de transcrição de penhor agrícola*, sob o número 5. Esses últimos documentos se encontram no *Oficial de registro de imóveis e anexos de Santa Cruz das Palmeiras*. Ainda quanto às fontes históricas utilizadas, há também os livros de *Registro de ofícios*,

editais e mais papéis, da administração municipal de Casa Branca, entre outros documentos, como, por exemplo, as atas da Câmara Municipal, sob a guarda do Museu Histórico-Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. Dado o conteúdo político dessas fontes, elas serão empregadas na averiguação da “ideologia” e das formas de atuação da elite paulista que se fizeram representar na região.

Temos em mente que, para melhor alcançar essa busca dos homens no tempo, é necessário manter um diálogo com a teoria e com as ciências sociais vizinhas, desviar-se dos radicalismos de enfoque, na tentativa de promover um “avatar”, uma metamorfose entre os territórios historiográficos preñhes de possibilidades de se atingir a generalidade da esfera humana, que se impõe em sua difícil complexidade.

Por isso, orientando-se pelos escritos de José Jobson de Andrade Arruda (2007; 2008), cabe ao historiador contemporâneo procurar fundir os conhecimentos decorrentes dos territórios historiográficos, à primeira vista excludentes, que surgiram ao longo do século XX, promovendo, assim, uma nova síntese histórica, justapondo: as macroabordagens, a ênfase no estrutural, o esforço de análise e reflexão, a necessidade de conceituação, a ideia de sentido, o foco na média duração (indo para a longa duração), a noção de ideologia e a busca de uma razão histórica, resultando em um homem coletivo, representante da pluralidade; com o enfoque nos microrrecortes, a valorização do pontual, o rigor da descrição, a priorização da narração, o destaque nos símbolos, signos e mitos, a ênfase na representação, a concentração na dialética entre curta e longa duração na busca pelo imaginário, ao nível da sensibilidade.

Do ponto de vista econômico, tem-se como baliza teórica, ainda, a ideia do produto primário de exportação, pois se entende que:

A tese do produto primário de exportação (*staple thesis*) [...] tem tentado demonstrar como a experiência do crescimento econômico de um país “novo” é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam sucessiva-

mente para os mercados internacionais. É uma tentativa para descobrir em seus pormenores como *uma coisa leva à outra* por meio das exigências e influências do produto primário de exportação, de facilidades de transporte a modelos de acordos, e a criação de novas atividades econômicas. (Hirschmann, 1985, p.39)

Quanto à teoria do produto principal, cabe destacar:

[...] que a teoria mantém como objeto principal o processo de desenvolvimento econômico em regiões predominantemente exportadoras, ou seja, onde a produção e a exportação de um produto “primário” básico se colocam como os componentes mais importantes da economia, vale dizer, como os determinantes fundamentais de seu nível de renda e do próprio ritmo do referido processo de desenvolvimento. Em outras palavras, procura elucidar como ocorre uma experiência de desenvolvimento a partir da estrutura e organização da produção, das características do produto, além do comportamento das suas exportações. Como estamos lidando basicamente com uma economia agrária de exportação que experimentou um importante processo de crescimento e diversificação social e econômica, sua aplicação se torna extremamente elucidativa [...]. (Pires, 2009, p.308-309)

Desta forma, o uso da teoria do produto principal fomenta o diálogo entre análise histórica e teoria econômica, fato extremamente positivo para os objetivos da pesquisa em questão. Na visão de Albuquerque e Nicol (1987, p.39):

Mais apropriada para o entendimento de processos de longo prazo, como o desenvolvimento econômico, é uma abordagem que vincule a História Econômica à Teoria Econômica e que, portanto, possa vincular generalizações sobre o comportamento econômico derivado da Teoria Econômica a processos específicos que, em decorrência de seu posicionamento no espaço e no

tempo, possam ser mais bem entendidos através de uma perspectiva histórica.

O uso de tal teoria não impossibilita o manejo do arcabouço instrumental e analítico da história regional; pelo contrário, as junções de ambas as perspectivas podem contribuir para melhor compreender o objeto histórico, pois:

A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. [...] a história regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. (Amado, 1990, p.13)

O resultado final desta pesquisa de mestrado está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Casa Branca: de povoação dos ilhéus a cidade do complexo cafeeiro*, procuramos desvelar e compreender as linhas gerais do processo de desenvolvimento histórico da cidade de Casa Branca, no decorrer do século XIX e início do século XX, enfocando o processo de transição de uma economia baseada na atividade mercantil de subsistência para a atividade cafeeira, e a relação desta última com a expansão das ferrovias e da urbanização.

No segundo capítulo, denominado *De onde vem o dinheiro?*, procuramos, através da análise das escrituras de hipoteca e penhor agrícola, diagnosticar as modalidades de crédito existentes naquela sociedade, bem como sua hierarquia, e a procedência dos capitais que possibilitaram a expansão cafeeira, mesmo em uma época marcada pela rarefação de agências creditícias institucionalizadas. Tentamos, frente ao mercado multifacetado do crédito, descrever a “dança” dos agentes fornecedores de capital em relação às respectivas conjunturas econômicas.

No terceiro capítulo, designado *Para onde vai o dinheiro?*, priorizamos os devedores, com o objectivo de mapear o destino dado

aos capitais que lhes eram fornecidos, via relações personalistas, e pensar em que medida esse “emprego” do crédito na cafeicultura, extremamente especializado, pode ter ocasionado o que denominamos de as *hesitações da urbanização*.

1

CASA BRANCA: DE POVOAÇÃO DOS ILHÉUS A CIDADE DO COMPLEXO CAFEEIRO

*As cidades são como transformadores elétricos:
aumentam as tensões, precipitam as trocas,
caldeiam constantemente a vida dos homens.*

(Braudel, 1995, p.439)

Rompendo fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio século XIX)

Neste capítulo, analisaremos os desdobramentos da economia de abastecimento do Sul de Minas Gerais¹ em direção à Província de São Paulo, em meados do século XIX. Buscamos, assim, contrapor as correntes historiográficas que aliam a crise da mineração com decadência econômica e social de seus agentes, fato não corroborado pelas fontes documentais, como testamentos e inventários *post-mortem*. Percebemos, ao contrário, que muitos desses “entrantes mineiros” rumaram para as terras férteis além da fronteira mineira com significativa riqueza, e aqui mantiveram sua influência política e seu padrão de acumulação, renovado posteriormente através da cafeicultura.

Pretendemos, aqui, reconstituir alguns aspectos econômicos e sociais da região selecionada, para que o leitor se situe em relação ao município de Casa Branca, antes do avanço da cafeicultura. Em ou-

1 Região que engloba, *grosso modo*, cerca de 150 municípios atualmente. Corresponde à antiga Comarca do Rio das Mortes, que tinha como sede oficial São João Del Rei.

tras palavras, podemos dizer que essas linhas oferecem um quadro condensado do processo histórico do desenvolvimento da região ao longo do século XIX, no momento em que é efetivamente povoado, oferecendo um convite à compreensão do *palco* onde serão analisadas posteriormente as relações de crédito.

O surto cafeeiro não decorreu de um “vazio” econômico, como geralmente é tratado pela historiografia econômica tradicional. Simonsen, por exemplo, realiza somente os recortes econômicos de maior destaque, ou seja, a *mineração* e o *café*. Deixa escapar de seu trabalho um estudo mais focado na economia de abastecimento mineira, colocando-a, como um setor apagado, à sombra da economia de exportação (Simonsen, 1969, p.192-194).



Figura 1 – Localização atual do município de Casa Branca, no estado de São Paulo.

Da crise da mineração, em meados do século XVIII, até o advento da monocultura cafeeira para exportação, na primeira metade do século XIX, alguns autores divergiram em suas interpretações. Fator muito comum foi ligar a crise *das minas* com a crise *de Minas Gerais*, acontecimento que justifica o peso exclusivo dado somente a um recorte “cíclico” da história econômica mineira, gerando uma confusão

historiográfica que faz que, muitas vezes, a história *das minas* pareça representar a única história *de Minas* (Grilo, 2009, p.116).²

O trabalho de Furtado acabou por reproduzir, até mesmo de forma mais acentuada, a visão de *vácuo econômico* no país no interstício entre a mineração e o café. Não se deteve na análise da economia de abastecimento, chegando mesmo a mencionar que teria ocorrido, após o surto minerador, *involução* para uma agricultura de subsistência (Furtado, 2005, p.91). Enfatiza que:

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas [...] era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. [...] Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência. (ibidem, p.90)

Dentro desta perspectiva de “confusão” entre *História de Minas* e *História das minas*, denotam-se outras interpretações que propõem a crise da mineração como algo generalizável para qualquer Capitania, afirmando que esta atividade econômica foi:

Responsável pelo povoamento de grandes áreas no interior brasileiro e centro, durante cem anos, da maior parte das atenções da Metrópole e das atividades da Colônia, nada mais foi, todavia, do que uma efêmera aventura de que pouco resultou para o Brasil, além da imensa destruição de recursos naturais nos distritos mineradores. E, não obstante a riqueza relativamente avultada que produziu e drenada quase toda para o exterior, imprevidentemente nada se acumulou durante o período de prosperidade para fazer frente às eventualidades do futuro. (Ellis, 2004, p.14)

2 Grilo propõe uma perspectiva metodológica que parte da *História de Minas*, e não da *História das minas*, para compreender a complexidade das malhas de mercado mineiras, anteriores mesmo à mineração, não desprezando tal atividade, mas considerando-a mais uma dentre outras..

Prado Júnior, apesar de conceber a história econômica do Brasil como uma “evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que assistimos continuamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas depois de maior ou menos lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total” (Prado Júnior, 2004, p.127), e tratar da economia de subsistência ainda como dependente da produção para exportação, Prado Júnior, dizíamos, vai chamar a atenção para a especificidade da economia que se desenvolveu no Sul de Minas, voltada ao abastecimento interno. Para o autor, essa região tomou outro rumo, ou seja, destinou-se a abastecer a Corte com os gêneros de primeira necessidade e “foi por isso possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos de vitalidade: a pecuária e a agricultura” (idem, p.75-78). Essa transposição a uma vida marcada pela ruralidade, em Minas Gerais, carregou consigo profundas alterações socioeconômicas e não deve ser desmerecida:

A nova forma de ocupação correspondeu a uma alteração fundamental na sociedade mineira. A expansão do setor agrícola, e posteriormente sua dinamização promovida pela cafeicultura, condicionou progressivamente a substituição de uma sociedade de bases urbanas por uma sociedade de bases rurais. (Resende, 1982, p.44)

Não deixamos de relevar o processo de *ruralização* da sociedade, intensificado com o declínio da atividade mineradora. “Minas Gerais, que à época da mineração já apresentava uma rede urbana desenvolvida, conheceu uma dispersão de sua população pelo campo, dando-se uma verdadeira ‘ruralização’ da sociedade mineira” (Bacellar, 1999, p.59). Alguns historiadores tratam a questão nos seguintes termos:

No último quartel do século XVIII a decadência generalizou-se. Os mineiros passaram a procurar as poucas áreas de terra fértil na região das Minas ou dirigiram-se para leste – Zona

da Mata, de terras mais ricas – para as áreas de plantio do sul ou demandaram campos criatórios situados a oeste. Superava-se uma fase da vida econômica colonial, as atenções voltavam-se, redobradamente, para a atividade agrícola. (Costa, 1982, p.19)

Todavia, cooptamos com a hipótese que tal guinada para o mundo rural não foi um evento “drástico”, a ponto de minar as possibilidades de acumulação e desenvolvimento econômico; tratar os fatos assim seria não levar em conta a dinamização da economia de abastecimento provocada, em grande medida, pela vinda da Família Real em 1808, pela abertura dos portos à exportação e pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro.³ Há que se romper com a visão da “mitologia da decadência” de Minas Gerais em decorrência da escassez das minas, pois o que houve, de fato, foi uma mudança de perfil no padrão de acumulação, agora ensejado pelas atividades rurais.

O presente trabalho não tem, de maneira alguma, o fito de menosprezar as *grandes sínteses históricas* por não se dedicarem ao estudo das economias de abastecimento interno. Pelo contrário, elas servem de ponto de partida, de roteiros para novos estudos de caráter regionalizado, e até mesmo de escala obrigatória para abordagens que buscam reduzir a escala de observação. Ressaltamos, uma vez mais, que cabe ao historiador ajustar o foco da pesquisa e selecionar a técnica condizente entre o micro e o macro.⁴

Diferentes trabalhos, de caráter monográfico, acabaram por abordar a temática do abastecimento interno em oposição a essas

3 Pode-se inferir a questão em outros termos, ou seja, que não foi à fuga da Família Real, em 1808, que promoveu o desenvolvimento da economia interna, e sim esse desenvolvimento que despertou o interesse da Inglaterra pelo Brasil, e a vinda “acertada” da Corte portuguesa para a América. Desta maneira afirma-se que: “O fenômeno estava certamente no Brasil. Na diversificação de sua produção agrícola, alimentos e matérias-primas, que aprovizionavam a metrópole portuguesa, sustentavam o desenvolvimento de uma indústria têxtil e ainda produziam excedentes reexportáveis [...]” (Arruda, 2008a, p.53).

4 Entenda-se que, mesmo quando o historiador opta por reduzir a escala de análise, nunca é em detrimento da *totalidade*: “Utilizando-se da redução de escala de observação para o entendimento de questões mais gerais, a micro-história resgata o elo entre micro e macro” (Oliveira, 2009, p.8).

“grandes sínteses”, revelando sua dinâmica e interação com mercados regionais e internacionais, sua capacidade de gerar e acumular capitais, de montar grandes fazendas e adotar o braço escravo, enfim, de não ser um setor ancilar, subsidiário ao de exportação.⁵ Vejamos sucintamente como abordaram o assunto.

O trabalho de Zemella demonstrou a força da economia de abastecimento mineira, desenvolvida principalmente na região sul, além de sua Capitania, onde, “ultrapassando o grau de autossuficiência, passou a abastecer as regiões que antes lhe faziam fornecimentos, numa completa inversão do quadro econômico que prevaleceu até à segunda metade do século XVIII” (Zemella, 1951, p.24).

Além de frisar a diversificação da economia sul-mineira, após a crise da mineração, Lenharo ressaltou a força das rotas de abastecimento que partiam desta localidade em direção a São Paulo, a Goiás e, principalmente, ao Rio de Janeiro. Tal fato criou uma elite regional abastada capaz de intervir na política nacional, através da praça fluminense tocada por suas tropas, contribuindo, por meio de seus fluxos mercantis polarizados na Corte, para a formação e integração do Estado brasileiro. Desta forma, “não é raro que o próprio setor mercantil ensejasse a acumulação de capitais necessários à ampliação dos negócios, como a compra de terras e o investimento na produção agrícola” (Lenharo, 1993, p.25).

5 Para citar alguns, dentre outros: Zemella (1951); Lenharo (1993); Andrade (2008).

brasileiro (ibidem, p.42). Além disso, “pôde-se constatar que a economia sul-mineira esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais” (ibidem, p.323).

Não cabe a este livro reconstituir em profundidade a região *sul* do “mosaico mineiro”. Mas estamos de acordo com a ideia de que a região da comarca do Rio das Mortes, em fins do século XVIII, era responsável pelo abastecimento de Minas Gerais e de áreas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, corrobora-se que:

No último quartel do século XVIII a comarca já era então responsável pelo abastecimento de gêneros da capitania. A crescente importância das atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas na região e voltadas para o abastecimento interno será responsável pelo progressivo deslocamento da população para a região sul, a partir da segunda metade do século XVIII [...]. Enquanto a comarca de Vila Rica via sua população declinar, a comarca do Rio das Mortes veria sua população triplicar ao longo do período, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821. (UFSJ, 2010)

Deste modo, é essencial tratar a economia de abastecimento como um setor econômico capaz de gerar fortunas, ensejar riquezas e promover a formação de sociedades complexas, com suas elites e suas especializações de funções, frente à diversificação da produção de gêneros para alimentação. Grilo frisa que, para melhor tratar a economia mineira (não só das minas!), é necessário se levar em conta duas categorias: “economia de reprodução” e “acumulação”, para não cair no engano de enxergar essa economia como uma atividade de subsistência estanque (Meillassoux, 1976, p.91).⁶ “Em

6 A expressão *economia de reprodução* foi pensado em contraposição a *economia de subsistência*, pois envolve a esfera da família e do mercado, ampliando a compreensão das possibilidades de acumulação das sociedades abarcadas pelo conceito. “Ela transmite-se e reproduz-se, quer pela autoconservação do produtor como pelo seu investimento em futuros produtores.”

suma, é preciso pensar numa reprodução ampliada, que corresponderia a certa taxa de crescimento, o que só seria possível, admitindo-se a existência de malhas de trocas” (Grilo, 2009, p.144).

Por esse viés, como que acompanhando um movimento mais amplo da historiografia, vimos a redução das escalas de observação, partindo das grandes sínteses para as microanálises, fato que pode contribuir para entender certos temas pertinentes e ainda obscuros da história nacional.

Podemos, agora, dentro dessa perspectiva de dinâmica da economia mineira pós-mineração, tratar de um capítulo importante e também pouco estudado dentro da história econômica paulista: o papel desses “entrantes mineiros” na constituição do complexo cafeeiro. Por que migraram em grande número para a região nordeste paulista? Quando vieram? De que localidades provinham especificamente? Rumaram para a mesopotâmia do Pardo e Mogi Guaçu com que objetivos? Absorveram a cafeicultura ou foram por ela absorvidos? São estas as questões centrais de que trata o capítulo.

É sabido, como exposto por Lélío Luiz de Oliveira, que a importância dos modos de vida instituídos por esses entrantes mineiros não se reduz ao passado, ao período anterior à difusão da cafeicultura, mas permanece vivo, ainda, na contemporaneidade. O autor, que se debruçou sobre a realidade similar à em foco, isto é, à da cidade de Franca, sustenta que, mesmo frente à modernização da vida, algumas heranças foram guardadas:

Durante o século XIX, foram fundados os alicerces da economia do município de Franca, sustentados principalmente na pecuária e na agricultura de abastecimento interno. Com a chegada da ferrovia (1887) e a ampliação da cafeicultura, durante os anos de 1890 e 1920, as bases das tradicionais atividades econômicas não só permaneceram, como foram ampliadas e dinamizadas. (Oliveira, 2006, p.215)

A região onde se localiza a cidade de Casa Branca, no interior de São Paulo, foi um importante centro da cultura cafeeira a partir do

segundo quartel do século XIX. Criada em 1814, a cidade possuía, dez anos após a fundação, grande número de famílias mineiras, como pode ser visto pela Tabela 1.

Tabela 1 – Origem e ocupação de alguns dos moradores de Casa Branca, em 1825.

Origem	Ocupação			
	Lavradores	Criadores	Jornaleiros	Negociantes
São Paulo	145	45	18	4
Minas Gerais	105	31	23	9
Outras	25	8	1	1

Fonte: Trevisan (1979, p.126-128).

Antes da expansão da cafeicultura na região, por volta de 1860 e 1870⁷ – como se denota da Tabela 2, que aponta incremento das rendas municipais motivado pelo avanço do café – e da chegada dos trilhos da Mogiana em 1878 – fato que explicita sua ligação com o complexo cafeeiro – a formação de Casa Branca guardava íntimas relações com três momentos relevantes da história de São Paulo.

Tabela 2 – Renda de Campinas, Mogi Mirim, Casa Branca e Franca, 1836-1871.

Ano	Campinas	Mogi Mirim	Casa Branca	Franca
1836	1:023\$000	720\$000	*	1:094\$000
1840	2:063\$271	3:327\$272	*	1:922\$442
1846	2:652\$430	2:305\$226	499\$387	436\$371
1851	3:065\$564	1:352\$866	849\$515	836\$110
1856	4:539\$999	5:072\$717	1:123\$030	1:036\$570
1860	15:008\$000	6:188\$267	4:390\$032	2:523\$790
1865	17:767\$000	4:642\$821	6:595\$620	1:853\$875
1871	29:725\$000	14:640\$000	*	3:788\$043

Fonte: Taunay (1839, p.235-245).

7 Em 1855, quando apenas se iniciava o cultivo de café nessa região paulista, Casa Branca produziu a média insignificante de 125 arrobas de café (Bruno, 2005, p.67).

O primeiro esteve ligado às bandeiras paulistas, que entre os séculos XVII e XVIII rumavam para o sertão, via *estrada do Anhanguera* ou *caminho de Goiás*, na busca de índios e riquezas minerais. Esse acréscimo populacional se intensificou ainda mais com a descoberta de ouro e pedras preciosas nas regiões de Goiás, Cuiabá e Minas Gerais, pois a partir de então o tráfego de viajantes e tropeiros tornou-se mais volumoso. Casa Branca era um importante pouso da mencionada *estrada do Anhanguera*, que ligava *grosso modo* a cidade de São Paulo ao sertão de Goiás (Brioschi, 1999, p.35-54). Esse processo histórico, com seus ritmos e fluxos particulares, foi de extrema importância para a formação, configuração e desenvolvimento inicial da cidade de Casa Branca.

O segundo – e que mais nos interessa – foi aquele promovido pelos “entrantes mineiros” no início do século XIX. Após o “declínio” da mineração, esses entrantes vindos de Minas Gerais buscaram reinvestir seus capitais e promover o deslocamento para novas áreas, com o intuito de povoar e reproduzir um modelo de economia baseado na agricultura de abastecimento e na pecuária. A região de Casa Branca, situada no então denominado *Sertão do Rio Pardo* ou *Sertão da Estrada de Goyas*, recebeu inúmeras famílias de origem mineira, ou, em certos casos, paulistas que estavam retornando (Lages, 1996, p.5-14). As tabelas 3 e 4 mostram o acréscimo populacional do *Sertão do Rio Pardo* e de Casa Branca, em especial. Dentro dessa realidade histórica, Casa Branca passa a participar de uma teia de relações que promovem sua economia e sociedade a níveis espaciais mais amplos.

Tabela 3 – Evolução demográfica da população de São Paulo, Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824.

Anos	São Paulo	Mogi Mirim	Sertão Rio Pardo
1798	162.345	5.685	549
1804	184.464	7.360	843
1814	211.928	11.404	2.832
1818	221.634	14.583	4.510
1824	247.904	–	5.827

Fonte: Brioschi (1991, p.31).

Tabela 4 – Evolução demográfica da região e depois município de Casa Branca, 1765-1875.

Ano	Casa Branca
1765	124
1814	925
1825	2.635
1875	12.134

Fonte: Brioschi (1991); Godoy (2007).

O terceiro, mas nem por isso menos importante, marca a *fundação oficial* da freguesia de Casa Branca por uma Carta Régia⁸ de D. João VI, em 1814, e carrega significativa peculiaridade, que foi analisada por Trevisan:

Casa Branca teve fundação peculiar, toda própria, fugindo ao esquema geral de capela, patrimônio e depois freguesia. A freguesia foi criada por resolução e alvará régios, em local determinado unicamente por ser o centro da região, com vista à agricultura e povoamento; tanto assim que foram ali planejadas e construídas casas e capela para o governo alojar um grupo de imigrantes açorianos destinados a agricultura. Formou-se, assim, Casa Branca, a povoação dos ilhéus. (idem, p.41)

Podemos esboçar que, mais do que simples pouso da *estrada do Anhanguera*, a importância da fundação de Casa Branca estava ligada às pretensões da *corte joanina* em promover o povoamento do interior e fortalecer os limites territoriais frente à América Espanhola. Em 1814, a região já contava com 166 “fogos” e cerca de 900

8 O alvará para a construção da Freguesia foi assinado, em 25 de outubro de 1814, por D. João VI, com o seguinte teor: “[...] hey por bem que no certão da estrada de Goyas, do Bispado de São Paulo, d’aquem do Rio Pardo no lugar denominado Caza Branca Seja erecta huma nova Freguesia Com a Invocação de Nossa Senhora das Dores, a qual os moradores do dito Certão edificarão a sua custa no prefixo termo de quatro annos, e ficara limitada esta nova Freguesia desde o Rio Jaguari athe o pouzo do Cubatão” (Trevisan, 1979, p.40).

habitantes, entre livres e escravos. No final desse ano, o Conde de Palma, governador da Capitania de São Paulo, concede terras – no local que viria a ser a cidade de Casa Branca – para cerca de vinte famílias de açorianos, que chegaram em 1815; o intuito era que ali firmassem a povoação e desenvolvessem atividades agrícolas (ibidem, p.64).⁹

Casa Branca, deste modo, foi semeada na sinuosa aventura de interiorização da Colônia, visando a manutenção do território paulista para a Corte Portuguesa – não podemos deixar de ao menos mencionar uma outra faceta desta mesma história: o dilaceramento das civilizações indígenas da região.¹⁰

Feitas essas colocações, pode-se deduzir que os entrantes mineiros buscavam terras férteis e os campos da região de Casa Branca, bem como as oportunidades de inserção em um sistema de trocas mais amplo, para fomentar a atividade agropecuária destinada, principalmente, ao mercado de abastecimento. Os viajantes assim

9 Teor da carta de doação da Sesmaria do Ribeirão Claro concedida aos vinte casais de Ilhéus: “Antonio de Souza Pacheco, Manoel Lourenço, João Lourenço Borba, Manoel Correia, Manoel Antonio, José Valério do Sacramento [...], como representantes das vinte famílias de Ilhéos que em data de 3 de dezembro de 1814, foram remetidos [...], para serem estabelecidos nesta capitania, que tendo-se levantado a sua povoação na nova freguesia de Casa Branca, termo da Vila de Mogy-Mirim, nas cabeceiras do Ribeirão Claro, por detrás das serras, e por isso em conformidade da real promessa de S.A., com uma légua de testada e duas de fundo rumo do mencionado ribeirão [...] principiando a medição onde terminam as terras cultivadas do último morador que ali existir, compreendendo a esta sesmaria todas as matas virgens, campestres e vertentes que se encontrarem no mesmo lugar [...] ficando pertencendo aos suplicantes e aos seus herdeiros as mesmas terras afim de cuidarem de promover a agricultura. 5 de agosto de 1815”.

10 “[...] forão apreendidos das imediações desta villa (Jaguari, MG) vinte e oito índios, sendo 17 de doze anos para baixo, e 11 de 16 anos ate 30 mais ou menos, entre mulheres e homens, os quaes, segundo as noticias que correm, foram arrojados das margens do Rio Grande para o lado de Caza Branca da provincia de São Paulo por causa de uma insurreição havida entre elles, reunindo-se no ponto da villa de Mogi Mirim o numero de 400 a 600 índios, e que ahi se dispersarão para vários pontos desta provincia...”. Ofício de Antonio Ferreira Goyos, Juiz Municipal e de Orfãos de Jaguari, MG, ao Presidente da Província de MG, datado de 21/06/1854, existente no acervo informatizado do Bibliodoc do CEDHAL-USP (Brioschi 1991. p.9).

a descreveram em 1819: “As terras dessa região são muito boas e especialmente indicadas para a cultura do milho e da cana-de-açúcar. As pastagens também são excelentes, havendo aí uma grande criação de gado, que é vendido em São Paulo e no Rio de Janeiro” (Saint-Hilaire, 1976, p.101).

Assim, há que se ressaltar a predominância da atividade açucareira na região, antes do desenvolvimento da cafeicultura, fato que também pode ter atraído alguns habitantes de Minas Gerais, que na posse de alguma fortuna, via Poços de Caldas, rumavam para as terras entre Casa Branca e Batatais, para investirem na lavoura canavieira, como por exemplo a família Junqueira (Brioschi, 1991. p.69-221). Num levantamento estatístico da Província de São Paulo, em 1837, a Vila de Mogi Mirim (anexas a essa vila as freguesias de Caconde, Casa Branca e Mogi Guaçu) a produção de açúcar atingiu a cifra de 40.520 arrobas, enquanto o café chegou a 610 arrobas (1838).¹¹

Outros autores coadunam com tal perspectiva e ressaltam a importância da produção açucareira estabelecida, *grosso modo*, no quadrilátero açucareiro do *oeste antigo paulista*, que compreendia as vilas de Itu, Jundiá, Campinas e Mogi Mirim (Bacellar, 1987; Tosi, 2002, p.31). O fato é que não é somente pelo esgotamento da mineração que podemos explicar a ocupação da região fronteira de São Paulo e Minas Gerais. Uma coisa não se relaciona à outra de forma tão esquemática (Chiachiri, 1986, p.158). Nesse sentido:

A resposta talvez não esteja somente na decadência econômica mineira, mas também no grande crescimento econômico da Capitania de São Paulo. O rápido fortalecimento da lavoura canavieira do oeste paulista fez surgir, a partir de meados do século XVIII, uma sociedade rica, monocultora e escravista, produtora de quantidades crescentes de açúcar. (Brioschi, 1991, p.33)

Ademais, iremos ver que, no decorrer das décadas de 1960 e 1970 do século XIX, o avanço da cafeicultura irá se “mesclar” com

¹¹ *Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo* (1836-1837, p.126). São Paulo: Tipografia de Costa Silveira.

outras atividades que até então eram praticadas. Tal exemplo pode ser observado no inventário de Manoel Valério do Sacramento, um dos poucos remanescentes das famílias açorianas que se estabeleceram na região em função da Carta Régia de D. João VI – a grande maioria dos ilhéus não resistiu ao descaso da coroa e às adversidades da vida no sertão, fato que contribuiu para o fiasco de tal iniciativa governamental, que buscava povoar o interior com pequenos núcleos agrícolas.

Manoel Valério do Sacramento foi casado com Theodora Cândida de Jesus, com quem teve um único filho, chamado Antonio Valério do Sacramento que, por sua vez, contraiu matrimônio com Paulina dos Anjos. Possuía o *pater familias*, em 1878, uma casa na Rua do Comércio de Casa Branca e a Fazenda das Palmeiras, que continha: um engenho de cana com todos os seus acessórios; plantações de cana, de café (cerca de 50 mil pés) e de banana; pastos; cerca de quinze bois de carro, seis garrotes, oito vacas, sete bezerros, dez porcos e dezesseis leitões; possuía ainda três escravos: Benedito, de 60 anos, casado com Francisca, da mesma idade, e o filho do casal, Emmiliano, com 18 anos; como parte dos bens, o que desperta mais a atenção é um rancho coberto de telhas, no Bairro de Santa Cruz (que se tornou, mais tarde, a cidade de Santa Cruz das Palmeiras), avaliado em noventa mil réis (90\$000), instalações anexas para receber tropeiros e uma capela com invocação de Santa Cruz, nesta mesma fazenda Palmeiras, forrada e assoalhada, propriedade do inventariante, altar e seus utensílios e ferragens, avaliada em três contos de réis (3:000\$000).¹²

Entretanto, como exposto até aqui, é comum encontrarmos, na historiografia sobre o povoamento do interior de São Paulo, algumas afirmações que associam uma ligação unilateral entre crise da mineração e dispersão populacional da Província de Minas Gerais, especialmente em direção ao território paulista, para se dedicarem, de imediato, ao café. Pierre Monbeig afirma:

12 Inventário de Theodora Cândida de Jesus, Antonio Valério do Sacramento e Paulina dos Anjos. Caixa: Gerais(1). Museu Histórico-Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. [...] Fixaram-se à maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado. (Monbeig, 1984, p.133)

As colocações de Monbeig parecem destoar das realidades encontradas na documentação referente a Casa Branca, e com historiografia sobre o assunto.¹³ As principais divergências são: (a) os mineiros não *fugiram* somente em decorrência da crise da mineração; eles migraram para tais regiões em busca da dinamização e expansão da economia de abastecimento, que antecedeu a atividade mineradora; (b) em 1850 já estavam bem estabelecidos na região, havendo indícios de que rumaram algumas décadas mais cedo; (c) parcelas significativas desses entrantes mineiros não vieram para se dedicarem diretamente à cafeicultura,¹⁴ mas sim à produção de gado e gêneros de primeira necessidade como, por exemplo, açúcar, milho, arroz, feijão e queijo; (d) no espaçotemporal em foco seria mais ajustado se dedicarem não ao café e sim à produção de açúcar, amplamente desenvolvida no *oeste velho paulista*, ou buscar proximidade desse mercado para fornecerem alimentos (Trevisan, 1979, p.125-126).¹⁵

13 Entre a bibliografia que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelos entrantes mineiros na região nordeste de São Paulo podemos citar, dentre outras: Trevisan (1979); Brioschi (1991); Bacellar (1999).

14 Não negamos a possibilidade de alguns entrantes mineiros migrarem com o fito de se dedicarem exclusivamente à cafeicultura, porém aludimos que tal iniciativa fosse mais condizente a uma fase posterior, na qual a cafeicultura já estivesse estabelecida na região, ou seja, nos anos subsequentes a 1870. Essa assertiva ganha vulto se analisarmos a trajetória de José da Costa Machado e Souza, que natural de Baependi-MG, adquiriu terras para cultivo de café em São José do Rio Pardo em 1877, e considerarmos, segundo o autor, “[...] que Costa Machado deve ter reunido em Minas capitais suficientes [...] para mais tarde empregá-los em São Paulo, aonde veio a fixar-se na região de Casa Branca” (Missura, 2003, p.8-16).

15 “Conforme o censo, em 1825 havia três senhores de engenho de fazer açúcar; além da plantação de cana, produção de açúcar, aguardente e lavoura de subsistência, dedicavam-se também a criação de gado. [...] A lavoura era a principal

Deste modo, o que houve de fato, sem falar em uma pequena parte da atividade mineradora desenvolvida em Caconde (Cunha, 2010, p.3) – que pode ter atraído alguns mineiros e acirrado as disputas pela região (Brioschi, 1999, p.38)¹⁶ – foi o “avanço das atividades desenvolvidas no sul de Minas, para as capitânicas vizinhas e não simplesmente uma forma de evasão à decadência da atividade mineradora” (Bacellar, 1999, p.59). Assim, alguns inventários *post-mortem* analisados sinalizam.

Em 1847, foi realizado o inventário de Maria das Dores Terra, moradora da fazenda Rio das Pedras, termo de Casa Branca. Jerônimo José de Carvalho, seu marido, foi o inventariante de uma fortuna considerável derivada de uma produção diversificada. O casal era proprietário de 43 escravos, treze cavalos, 22 capados, 26 bestas, 385 gado *vacum*, 21 sacos de sal, trezentos queijos e quatro fazendas: Rio das Pedras, Campininha, Vargem e Monjolino, todas em Casa Branca, terras essas avaliadas em 61:100\$000.¹⁷

Bento Ribeiro da Silva, morador da Fazenda Boa Vista da Fartura em Casa Branca, teve seu inventário realizado em 1859. Constatou-se uma riqueza proveniente de atividades diversificadas e ligadas ao abastecimento interno. Possuía trinta escravos, oitenta carros de milho, 268 porcos, trinta gado *vacum*, treze bestas e, como bens de raiz, a Fazenda Boa Vista da Fartura, abrangendo: 35 alqueires de gramados, casa de morada, paiol, engenho, moinho, monjolo, casa de tropa, rego d’ água, currais, dezoito alqueires de roça de milho, um arrozal, dois canaviais e um *pequeno cafezal deteriorado*, sendo avaliados tais bens de raiz em 13:000\$000.¹⁸

ocupação; tanto que, na primeira companhia de ordenanças, dos 167 fogos, 104 eram de lavradores, a maior parte, porém, plantando para o gasto, isto é, lavoura de subsistência; do total de 467 fogos da freguesia, 275 eram famílias dedicadas à lavoura e os produtos eram milho, feijão, arroz e algodão.”

- 16 “Somente a linha divisória com o Estado de Minas Gerais ao longo da Serra da Mantiqueira, foi objeto de uma série de disputas entre paulistas e mineiros, ficando estabelecida apenas [...] em 1936.”
- 17 Inventário de Maria das Dores Terra (1847). Caixa S/D. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.
- 18 Inventário de Bento Ribeiro da Silva (1859). Caixa S/D. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

Destes dois exemplos, pode-se deduzir que ainda no decorrer das décadas de 1840 a 1860 as principais fortunas não eram advindas da cafeicultura, pelo contrário, reforçam a hipótese de que Casa Branca esteve na rota da dinamização e expansão da economia de abastecimento do Sul de Minas.

Uma análise sobre a família Villas Boas reforça essa hipótese. Em 1847, José Venâncio Villas Boas, natural de Lavras do Funil, realiza o inventário de Maria Balbina Monterio, sua primeira mulher, moradores agora da Fazenda Paciência, em Casa Branca. Possuíam 68 escravos, 287 vacas, 41 bois de carro, 83 novilhos, 25 bestas, cinco mulas, 26 cavalos e éguas, 36 carneiros, trinta porcos e, como bens de raiz, a fazenda Paciência, que media 9.625 hectares, abrangendo: casa de morada, doze quartéis de cana, engenho de cana e de serra, paiol, monjolo, dois moinhos, rego d'água, gramado, casa de tropa, senzala. Na mesma fazenda, no lugar denominado "retiro" da praça, mais uma casa de morada compreendendo um engenho de cana e moinho. Possuíam duas outras fazendas, Rio Claro e Cercado, conjuntas à Paciência, sendo todos esses bens de raiz avaliados em 74:860\$000.¹⁹

Tal inventário é refeito em 1854 e torna possível uma escala de referência para comparação. Percebemos, nesse novo inventário, uma elevação da riqueza. São arrolados os seguintes bens: 85 escravos, 393 vacas, 43 bois de carro, 46 burros de carga, doze bestas, 42 cavalos e éguas, 59 carneiros, 220 porcos e trinta alqueires de sal. Como bens de raiz na fazenda Paciência, além dos mesmos engenhos de cana aparece, ainda, com mais detalhe, um rancho coberto de telha, sito na estrada velha da Paciência que, ao que tudo indica, é um dos pousos da *Estrada do Anhanguera*. Neste inventário são descritos 360 pés de café a \$400 réis cada um, demonstrando que o café ainda não era o principal vetor de acumulação, já que permanecia na escala de autoconsumo.²⁰

19 Inventário de Maria Balbina Monteiro (1847). Caixa Villas Boas. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

20 Inventário de Maria Balbina Monteiro (1854). Caixa Villas Boas. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

Foi possível comparar, uma vez que tivemos acesso ao inventário do próprio José Venâncio Villas Boas, realizado em 1881, algumas transformações no padrão de acumulação, pois há escalas de referências de 34 anos, ou seja, mais dilatadas no tempo.

A Fazenda Paciência, agora denominada São José da Serra, foi avaliada em 141:900\$000. Possuía 61 escravos, 127 porcos, 41 carneiros, 42 bois de carro, 224 vacas, 77 cavalos e éguas e dezessete bestas. A produção de cana foi reduzida de catorze para quatro quartéis; porém, o número de cafeeiros aumentou, avaliado agora em 23:000\$000. Dado interessante também foi à redução dos animais, principalmente os de carga, seguida por uma atitude “arrojada” de manter a participação no ramo de transportes, numa época de modernização, adquiriu, assim, vinte ações da Companhia Mogiana, avaliadas em 4:000\$000.²¹

Explicita-se, desta maneira, a importância dos entrantes mineiros para a formação daquilo que viria a ser o complexo cafeeiro, uma vez que acumularam capitais na atividade de abastecimento interno e, aos poucos, foram renovando seu padrão de acumulação, através dos investimentos nos negócios do café. Constatou-se também, através da análise de escrituras de hipoteca, que muitos moradores do Sul de Minas emprestaram dinheiro para que novas plantações e criações fossem formadas. O capital estabelecia o elo entre o sul-mineiro e Casa Branca.

Dr. Bernardo Jacintho da Veiga, capitalista residente em Caldas (Minas Gerais), emprestou, em 1871, 6:000\$000 a Manoel Brás dos Reis e sua mulher Adriana Antonia da Silva, lavradores, também de Caldas (MG). A garantia da hipoteca era composta por terras de culturas com casas cobertas de telhas, paiol, monjolo, moinhos e mais benfeitorias, e, como acessórios, três escravos; essas terras eram situadas em Casa Branca e Jaguari.²²

Em 1876, Vicente Ferreira Carvalho, lavrador, morador do distrito de Monte Santo (Minas Gerais), emprestou 2:200\$000 a Joa-

21 Inventário de José Venâncio Villas Boas (1881). Caixa Villas Boas. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

22 Escritura de hipoteca nº 3. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

quim José Pimenta e sua mulher Maria Deocleciana, lavradores de Casa Branca, que deram como garantia o sítio dividido contendo trinta alqueires de cultura e trinta alqueires de campos, com todas as benfeitorias e cinco escravos.²³

Outra hipoteca corrobora a hipótese de que os capitais da economia de abastecimento sul-mineira motivaram, de alguma forma, a cafeicultura paulista. O Coronel José Antonio de Souza Lima, lavrador da província de Minas Gerais, fornece um crédito de 20:000\$000 em 1881 a Antonio Ferreira de Aguiar e sua mulher Francelina de Aguiar, lavradores em Casa Branca, e, por sua vez, o casal oferece, como garantia a fazenda Barreiro com terras de cultura e campos, com todos os cafezais formados e por formar [...] e dezessete escravos.²⁴

O Rio de Janeiro figurava como praça mais importante do ponto de vista dos negócios. O Sul de Minas ocupava uma posição intermediária, servindo de etapa até chegar em Casa Branca, que poderia ser considerada o elo final de todo um circuito de transações econômicas. Mais tarde, a cidade de São Paulo passou a desempenhar o papel que antes cabia à capital e Casa Branca, por conseguinte, ocupou a posição intermediária que era devida ao Sul de Minas, atingido pelo impacto da mudança no topo da hierarquia. Vale frisar que o foco aqui se traduz na mudança de posição ocupada pelo Sul Mineiro e na alteração do seu papel relativamente ao conjunto da hierarquia estabelecida.

Esse “novo” circuito, com suas hierarquias oscilantes ao longo do século XIX, pode ser visto através de duas escrituras de hipoteca, onde aparece Francisco de Pádua Fleury e sua mulher Leopoldina da Silveira Fleury, negociantes, moradores de Casa Branca, adquirindo créditos, ora com Manoel Ferreira de Alves Lima, negociante de Pouso Alegre (Minas Gerais), ora com Francisco Sampaio Moreira, negociante da cidade de São Paulo: para ambos os empréstimos foi dada como garantia uma casa de morada, coberta de telhas,

23 Escritura de hipoteca nº 21. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

24 Escritura de hipoteca nº 61. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

parte assoalhada, com parte para negócios na rua do Comércio em Casa Branca.²⁵

Tabela 5 – Alguns testamentos realizados no Termo de Casa Branca, 1841-1880.

Ano	Nome	Procedência
1841	Maria Antonia de Pádua	Serro Frio
1844	Manoel Thomaz de Carvalho	Carrancas
1846	Constancia Thereza de Jesus	Brumado, vila de Queluz
1846	Maria Joaquina de Jesus	Brumado, vila de Queluz
1850	Antonia Maria dos Prazeres	Baependi
1850	Manoel Luiz da Silva Alcobaça	Congonhas do Campo
1851	Bento José Ferreira	Campanha
1854	Josepha Maria dos Santos	São Tomé das Letras
1854	Joana Maria do Nascimento	Serro Frio
1855	José Delfino de Faria	Bom Jardim
1855	Joaquina Luiza de Jesus	Serranos
1856	Francisco de Assis Nogueira	Baependi
1859	Lourenço Pereira da Silva	Baependi
1859	Manoel Cardoso da Silva	Lavras
1859	Antonio Nogueira	Baependi
1860	Izabel Paulina de Assunção	Lavras
1860	Francisco Viera Ambar	São Gonçalo do Sapucaí
1860	Anna Severina de Oliveira	Lavras
1860	Ana Theodora do Rosário	Santana dos Montes
1861	Justina Maria de Freitas	Caldas
1863	Manoel Gonçalves de Freitas	São José da Barra
1863	Anna Claudina Diniz Junqueira	Baependi
1863	Anna Maria do Espírito Santo	Campanha
1867	Prudente José Corrêa	Barbacena
1869	Joaquim José Teixeira	Serro Frio
1878	José Venâncio Villas Boas	Lavras
1880	Francisco Antonio Alves	Campanha

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

25 Escritura de hipoteca nº 19 e 25. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Uma breve análise da Tabela 5, relativa aos testamentos realizados no termo de Casa Branca, em meados do século XIX, evidencia algumas das localidades das quais partiram os mineiros que, rompendo fronteiras, vieram se estabelecer em terras paulistas, e direta ou indiretamente estiveram ligados à formação do complexo cafeeiro paulista. Quase todos os entrantes mineiros, listados na Tabela 5, eram procedentes de cidades do Sul de Minas.

Fato que salta aos olhos é a extrema participação na vida política que alguns desses entrantes mineiros desempenharam no município de Casa Branca. Ela demonstra a importância das fortunas arregimentadas nas suas mãos, pois exercer o direito político neste período era somente para os mais abastados, ou seja, o poderio econômico estava intrincado ao poderio político e/ou vice-versa – isso não quer dizer que todos os entrantes mineiros eram possuidores de largas fortunas; muitos eram, na verdade, pequenos roceiros, sem qualquer posse, o que nos faz crer que as hierarquias d'além fronteira, escandida nos tempos coloniais, se perpetuou em terras paulistas. Por conseguinte, constata-se que:

[...] a permanência de valores ibéricos, a descentralização administrativa local, a excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, favoreceu a formação e consolidação de uma sociedade onde a posse de terras, de escravos, de honrarias e de símbolos de prestígio constituíam os fundamentos básicos do poder. (Samara, 2003, p.27)

A instalação e posse da primeira Câmara Municipal de Casa Branca ocorreu em 25 de fevereiro de 1841. No que respeita aos anos iniciais, um exame atento da lista dos primeiros mandatários, instituídos para exercício do poder na cidade, revela uma participação sobremaneira de famílias oriundas de Minas Gerais.

Entre os de 1841 e 1844, a Câmara Municipal foi composta pelos seguintes nomes: presidente: Manuel Thomaz de Carvalho. vereadores: José Gonçalves dos Santos, Francisco José de Queiroz,

Manoel Joaquim Nogueira, Gabriel de Souza Diniz Junqueira, José Alves da Cunha, Antonio Garcia Duarte.²⁶

Para os anos entre 1845 e 1848 foram eleitos: como presidente, Gabriel Garcia de Figueiredo (Barão de Monte Santo); vereadores, Manuel Thomaz de Carvalho, José Gonçalves dos Santos, Francisco José de Queiroz, Manoel Joaquim Nogueira, Gabriel de Souza Diniz Junqueira, José Alves da Cunha, Antonio Garcia Duarte.²⁷

No exercício de 1849-1852 participaram do poder municipal, como presidente José Gonçalves dos Santos, e como vereadores: Joaquim Nogueira Terra, José Antônio Magalhães Passos, Antônio Teixeira Junior, Gabriel Garcia de Figueiredo (Barão de Monte Santo), Romão Carlos Nogueira, José Venâncio Villas Boas. Suplentes: Vicente Ferreira de Syllos Pereira (Barão de Casa Branca), Francisco José de Araújo, José Antônio Rodrigues Mendes, Ferreira Lopes.²⁸

Podemos seguramente apontar, entre os membros da elite local, famílias advindas do lado mineiro da Mantiqueira como, por exemplo: Thomaz de Carvalho, Gonçalves dos Santos, Nogueira, Junqueira, Figueiredo, Teixeira, Araújo e Villas Boas. Desta maneira, revela-se que “a concentração de terras, de escravos, e de capital nas mãos de poucas famílias que constituíam a chamada elite local se dava não somente em áreas voltadas à exportação, mas também naquelas dedicadas ao abastecimento interno” (Samara, 2003, p.29). Tal característica social, sempre mediada pela participação no jogo político, manter-se-á mesmo após o incremento da cafeicultura.

Desta forma, buscamos demonstrar a importância da economia de abastecimento estabelecida na região Sul de Minas Gerais, pausada pela produção de uma gama variada de gêneros alimentícios.

26 *Jornal Oeste de São Paulo*, domingo 20 de outubro 1889, número 116 – Ano II com tiragem de 800 exemplares, editor M.J.Corrêa com escritório na Rua Tenente-Coronel Sillos nº 02 (hoje Rua Barão de Casa Branca) reportagem de Lafayette de Toledo. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. Caixa S/D.

27 Idem.

28 Ibidem.

Tal atividade extrapolou as fronteiras daquela Capitania, rumando para terras paulistas. Em si, a migração não serviu, somente para fugir da decadência das minas, mas sim como estratégia das famílias que compunham a elite sul mineira, para dinamizar e reproduzir esse modelo de produção, em grande medida lucrativo. A cidade do Rio de Janeiro exerceu um papel importante, articulando os circuitos menores que podiam incluir áreas da Capitania de São Paulo, como, por exemplo, Casa Branca.

Sinal da vitalidade dessa malha de mercado foi a *chegada* dos trilhos da Companhia Mogiana a Casa Branca, em 1878, que ligaram os dois lados da Serra da Mantiqueira, o que contribuiu para materializar a conexão com o Sul de Minas, via Poços de Caldas, em 1886; era o início de uma nova conjuntura, como veremos no subcapítulo seguinte.

Podemos ainda explicar a necessidade da migração através da ocupação tardia da região ao Sul de Minas, que impunha às novas gerações a necessidade de migrar, uma vez que tal atividade necessitava de espaço físico para se expandir. Paralelamente, a migração foi motivada pelo desenvolvimento agrícola de São Paulo, melhor dizendo, devido à produção açucareira na região de Campinas. Marcos Ferreira de Andrade afirma:

A necessidade de migrar para áreas de fronteira se impôs para alguns membros da terceira geração, em virtude da ausência de novas oportunidades nos locais inicialmente ocupados pelos ancestrais e talvez por uma estratégia pensada de investimento em áreas de expansão, que acabaram contribuindo para a fixação de identidade de parentela num território mais vasto do sul de Minas, no nordeste de São Paulo e mesmo em algumas freguesias do Rio de Janeiro. (Andrade, 2008, p.324)

Não vieram somente para se dedicarem ao café; tiveram papel fundamental na constituição do complexo cafeeiro, pois graças ao capital, gerado na economia de abastecimento, foi diversificado o padrão de acumulação com a cafeicultura e outros negócios do café,

como as ferrovias, invertendo o jogo para o ponto mais importante da nova cadeia mercantil, ou seja, a cidade de São Paulo, que se estabeleceu, daí em diante, na ponta da pirâmide do chamado complexo cafeeiro.

O enfoque exclusivo dado aos *entrantes mineiros* não exclui ou limita o incremento demográfico a este “grupo migrante”. Pelo contrário, como veremos nos capítulos procedentes, Casa Branca, no segundo quartel do século XIX, compreendida em um *locus* privilegiado da expansão da fronteira agrícola, suscitada pelo café, atraiu inúmeras famílias provenientes de outras localidades do Estado e do país, como: São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba (paulista e fluminense), entre outras, que merecem, também, estudos futuros pormenorizados.

Finalmente, pensando numa dinâmica econômica e social, foi possível contrapor uma história “cíclica”, estanque, fragmentada em economias desconexas, em função de uma visão conjunta, entrelaçada, onde atividade mineradora, economia de abastecimento e cafeicultura fazem parte de um mesmo plano, representam um *continuum*.

As teias da modernização e a órbita do complexo cafeeiro: o café e as ferrovias em Casa Branca

[...] qualquer salto da produção e da troca não é, não pode ser, stricto sensu, um simples processo econômico.

Como nunca está fechada em si mesma, a economia desemboca ao mesmo tempo em todos os setores da vida.

Eles dependem dela, ela depende deles.

(Braudel, 1996b, p.503)

A economia de abastecimento que ainda na aurora do século XIX se estabeleceu em Casa Branca, advinda, como vimos, do Sul de Minas, foi dinamizada pela expansão cafeeira na segunda metade desse mesmo século, e intensificada nas décadas de 1860 e 1870.

No seguimento da intensificação das plantações de café, e por conseguinte, com a progressão dos trilhos da Mogiana até a cidade, em 1878, ocorreu uma alteração na conjuntura econômica, que mesmo permanecendo atrelada ao mercado nacional, foi, cada vez mais, marcada pela sua ligação com o mercado internacional, graças às portentosas safras de café colhidas nas fazendas da região, acarretando, assim, a urbanização e mercantilização da vida. É deste processo que trata o seguinte tópico.

Até o advento das ferrovias, o ritmo das comunicações foi dado pelas tropas de muares e carros de bois, que cruzavam os antigos caminhos do território paulista em direção a Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, e, no sentido oposto, do interior ao oceano. Pode-se afirmar que as primeiras safras de café colhidas em Casa Branca foram destinadas ao mercado externo ainda na cangalha, no lombo de mulas. Ao contrário de muitas cidades de São Paulo, não foi a ferrovia que trouxe o café para a região: a riqueza agrícola, principalmente após o *boom* do café, atraiu os trilhos da Mogiana para a cidade. De acordo com Odilon Nogueira de Matos:

[...] no interior de São Paulo, haverá que se esperar pelo café para que se modifique o panorama no que respeita aos transportes e às comunicações. E quando esta fase chegar, como se verá oportunamente, os velhos caminhos de tropas serão os pontos de referência para o assentamento dos trilhos da estrada de ferro. (Matos, 2004, p.57)

É deste modo, e valendo-se de sua dinâmica agrícola – que esteve inicialmente voltada ao abastecimento interno e, em fase posterior, somada ao cultivo de café em larga escala – e de sua posição estratégica de entreposto comercial que Casa Branca aglutinou condições e esforços para chamar os trilhos até a cidade. “No mais das vezes, as ferrovias, procurando as linhas de menor resistência do relevo, prosseguiram antigas rotas de penetração de mineradores e criadores de gado” (idem, p.72). Além dessas “facilidades”, há que destacar a riqueza das regiões, e os “interesses particulares”, como

fatores pertinentes à extensão da malha ferroviária até às localidades determinadas.

O sinal da vitalidade da malha de mercado, que envolvia as Províncias de São Paulo e Minas Gerais, configurou-se num circuito que pode ser compreendido por um documento apresentado, em 1874, à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, pela Câmara de Casa Branca (composta nesta época por alguns “entrantes mineiros” representantes de famílias, como: Villela, Villas Boas, Corrêa e Nogueira). Esse documento frisa a importância da extensão dos trilhos até à cidade e de se estabelecer a ligação desta com o Sul de Minas e com os centros exportadores:

A Câmara Municipal desta cidade, resolveu dirigir-se a V.S.^a afim de promover todos os meios para trazer até aqui o prolongamento da Estrada de Ferro da Mogiana. Não se demorará em demonstração das vantagens que por certo tem de auferir a Companhia, por isso que a V.S.^a illustrado e conhecedor da importância do Município mais que ninguém saberá dar-lhes o devido valor. Os recursos que dispõe o Município serão suficientes para sustentar o custeio da Estrada de Ferro. [...] E no entanto não se lhes pode contestar a importância, já em relação a terras, já em relação a sua posição em que se achão colocadas. Tanto mais que em uma Província como esta, onde os capitaes estão sempre prompts para coadjuvar as empresas úteis, apreço que uma vez demonstrada a vantagem e conviniencia, pouco ou quase nenhuma dificuldade encontrará a Companhia, mesmo porque em tal sentido não vai somente interesse para Casa Branca. Mogymirim diretamente participará dos nossos lucros, e todos fazendo principal menção – São João da Boa Vista, Cajurú, São Sebastião da Boa Vista, Batataes, Franca, Uberaba, Caconde, Espírito Santo do Rio do Peixe, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Ribeirão Preto e o *Sul de Minas* – que como nós tem necessidade dessa estrada não só para remessa de sua exportação, como mas ainda para receberem aquele justo valor a que tem incontestável

direito pelas terras de superior qualidade, e pelo aumento de sua população.²⁹

Uma parte deste projeto foi concretizada em 1878, quando os trilhos da Mogiana atingiram Casa Branca, estando materializada a conexão com o Sul de Minas, via Poços de Caldas em 1886. Uma nova conjuntura se iniciava, em que a expansão cafeeira e a dinamização dos setores urbanos seriam os principais desideratos. Podemos afirmar que Casa Branca estava inserida na órbita do complexo cafeeiro.

Pelo já citado ofício enviado em 1874 pela Câmara Municipal de Casa Branca ao Presidente da Companhia Mogiana, da parte do Doutor Antonio de Queirós Telles, percebemos claramente o interesse do município e das cidades vizinhas de fazerem parte das linhas ferroviárias dessa companhia, mas destacamos também que seria vantajoso para a ferrovia ter o traçado passando por Casa Branca rumo a Ribeirão Preto. A lucratividade era perseguida e “percebida” por todos os agentes envolvidos nos negócios do café, principalmente pela minoria que ocupava o topo da hierarquia social e da cadeia mercantil.

Tal alteração no ritmo da vida pode ser analisada em uma escritura de compra e venda realizada em 188, no valor de 1:000\$000, sendo vendedores de um pouso Honório Ferreira de Sillos Pereira, filho do Barão de Casa Branca, e José Caetano de Lima, Barão de Mogi Guaçu. Nessa escritura deduz-se que o “velho” modelo de transporte, baseado na tração animal e nos pousos à beira das antigas estradas, era composto por investimentos “arcaicos”, não mais ensejando um negócio lucrativo para os atores da elite local. Vejamos o que diz o documento:

[...] nesta cidade de Casa Branca [...] como vendedores Honório Ferreira de Sillos Pereira e sua mulher Iria Malvina dos Santos Sillos Pereira, e como comprador Francisco Antonio Lopes, todos residentes neste termo [...] dizem que são senhores e pos-

29 Ofício da Intendência de Casa Branca. Caixa Mogiana S/D. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

suidores de uma casa de morada no bairro da estiva, a qual casa tem na frente duas portas e duas janellas e terreo de dous lanços, com quintal e uma parte de terras em comum com o Capitão José Caetano de Lima, sendo as divisas por um lado a estrada geral desta para Franca, por outro lado o correjo da Estiva e de outro com o mesmo Capitão José Caetano de Lima [...] as benfeitorias consistem em um rancho coberto de telha, três quartos para aluguel, rego d'água e monjollo, vallos, casa de morada coberta de telhas [...].

Fica claro que, para aqueles que reuniam condições materiais para tanto, seria muito mais interessante diversificar os negócios ligados ao novo circuito econômico possibilitado pela chegada dos trilhos à cidade. Para alguns autores, a “definitiva mercantilização [das terras, principalmente as urbanas] ocorreu com as transformações impostas desde os rumores da chegada da ferrovia” (Tosi, 2002, p.105). Desse modo, os rumores da ferrovia puderam ser ouvidos quatro anos antes de sua real chegada a Casa Branca, desde a reunião de esforços levada a cabo pela Câmara Municipal, em 1874.

Vários estudos realizados sob diversos prismas já explicitaram a íntima relação entre o desenvolvimento da cafeicultura, das ferrovias e da população no Estado de São Paulo. Dentre eles, podemos citar, por exemplo, os trabalhos *clássicos* de: Camargo (1981), Monbeig (1984), Milliet (1982) e Matos (1990). Todos, de uma forma ou de outra, frisam a importância do trinômio café, ferrovia e aumento da população para o desenvolvimento econômico paulista.

A expansão das ferrovias foi de fundamental importância para o crescimento da economia cafeeira paulista – e vice-versa – bem como de suas atividades complementares, e, em muitos casos, esses caminhos de ferro eram verdadeiros caminhos do café, passando sobretudo pelas regiões “especializadas” na produção da rubiácea, garantindo o embarque do produto, de alimentos e de mercadorias que possibilitaram fontes garantidas de lucro.

Mas como se deu o processo de implantação das ferrovias no país? Quais foram as primeiras iniciativas para se adentrar na *era ferroviária*?

A primeira se deu ainda durante o Período Regencial, em 1835, quando foi sancionada a Lei Feijó, pelo então regente com o mesmo nome, visando ligar a Capital Federal a outras capitais do país. Essa lei propunha algumas vantagens, como por exemplo: “privilégios de 40 anos, isenção de direitos de importação para todas as máquinas durante os 5 primeiros anos, cessão gratuita dos terrenos necessários à estrada, se pertencessem ao Governo, e o direito de desapropriação no caso de pertencerem a particulares” (Matos, 2004, p.61). A concessão seria por oitenta anos, findos os quais o patrimônio era transferido para as mãos do governo. Tal investimento não obteve êxito.

Figura de expressivo papel frente ao avanço da ferrovia foi o inglês Thomas Cockrane que, depois de inúmeras incursões fracassadas na tentativa de realizar *sua* ferrovia, na região do Vale do Paraíba, deixou um legado de lutas por incentivos que seriam de fundamental importância para a expansão ferroviária no Brasil. Na visão de Nogueira de Matos:

A malograda tentativa de Thomas Cockrane consumiu todo o período de 1840 a 1852 e o único fruto que nos legou foi este, de ter evidenciado que, para a obtenção de capitais, se faziam necessários favores mais amplos, entre os quais avultava a concessão de garantia de juros. (2004, p.62)

Todavia, o desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil tornou-se realidade após 1852, quando o Império aprovou uma série de medidas, através da Lei nº 641, que garantia os lucros daqueles que arriscavam seus capitais em tal investimento:

A Lei nº 641, que estabelecia o regime geral de concessões de estradas de ferro no Brasil, incluiu a garantia de juros entre os privilégios a serem usufruídos pelas empresas concessionárias.

rias. O Governo Imperial garantia juros de 5% sobre o capital empregado na construção da estrada de ferro aos quais se somavam, quase sempre, adicionais de 2% pagos pelos Governos Provinciais. Os outros privilégios incluíam, por exemplo, a isenção de impostos na importação de materiais para a estrada de ferro e o privilégio de zona (pelo qual nenhuma outra estrada de ferro poderia ser estabelecida na área compreendida por 30 km de cada lado da linha). (Saes, 2002, p.178)

As ferrovias passaram, desta forma, a ser um investimento “seguro”, atraindo os vultosos capitais dos homens ligados principalmente ao café, fossem os envolvidos na produção ou na comercialização do produto. Desse modo, por volta de 1870, foram formadas as primeiras empresas ferroviárias com capital nacional – nos ateremos rapidamente nos casos da “São Paulo Railway”, da “Paulista” e da “Mogiana” –, responsáveis por fazerem a ligação entre o porto de Santos e o Planalto, possibilitando maior eficiência do ponto de vista da produção e do escoamento do café, pois o antigo sistema de transportes, realizado por tropas de mulas, mostrava-se oneroso demais para acompanhar a interiorização da cafeicultura (idem, p.181).

A primeira linha férrea tipicamente paulista foi a que ligou o porto de Santos à cidade de Jundiaí. Pelo Decreto-lei nº 2.601, de 6 de junho de 1860, o governo imperial aprovou o estatuto da Companhia de Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí (conhecida como sistema São Paulo-Santos da chamada “São Paulo Railway”), dando origem à primeira linha férrea paulista, que atingiu a cidade de São Paulo em 1866 e Jundiaí em 1877, num trajeto de cerca de 140 quilômetros, apoderando-se, até a década de 1930, do monopólio da única estrada que liga o porto de Santos ao interior do estado (Matos, 1990, p.74). Segundo Nogueira de Matos, esse fato teve reflexos:

Uma vez que a companhia inglesa que construirá a ligação do litoral ao planalto não se interessou pelo prolongamento de suas linhas além de Jundiaí, pois um privilégio de quase um sé-

culo assegurou-lhe o monopólio no funil de São Paulo-Santos, de modo que toda estrada que se construísse no interior acabaria sua tributaria. (ibidem, p.77)

Monopolizar o único caminho que serviria de escoadouro de toda produção cafeeira paulista e não estender as linhas férreas rumo ao interior exigiu a organização dos homens ligados à economia cafeeira.

Surgiu, assim, na cidade de Campinas, em 1868, a primeira ferrovia que estenderá os trilhos rumo ao planalto: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, constituída como sociedade anônima com 25 mil ações distribuídas entre 654 acionistas. De acordo com o historiador Flávio Azevedo Marques de Saes, apesar de nenhum dos acionistas possuir mais do que “1.000 ações (4% do total), alguns grupos familiares tinham presença destacada: Silva Prado, Souza Queiroz, Vergueiro e Pais de Barros [...]. A origem de seus capitais estava associada a plantações de café, com algumas incursões na área comercial” (Saes, 2002, p.181). Era, portanto, a primeira ferrovia organizada exclusivamente com capitais provinciais, tendo privilégio de zona e garantia de juros (Matos, 1990, p.80).

A segunda empresa ferroviária criada no mesmo período foi a Mogiana, fundada em 1872, na região de Campinas, por homens também ligados ao café (ibidem, p.90). Ela “teve entre seus principais acionistas a mesma família Silva Prado (já referida em relação à Companhia Paulista), Antonio Queiroz Teles e José Estanislau do Amaral (grandes proprietários de plantações de café) e o Barão de Tietê” (Saes, 2002, p.182). Conforme Nogueira de Matos:

O plano inicial de levar a estrada até Mogi Mirim foi, de pronto superado, e a lei que aprovou e incorporou a companhia previu o seu prolongamento até a margem do rio Grande passando pelas cidades de Casa Branca e Franca. [...] E, em janeiro de 1878, os trilhos da nova ferrovia atingiam Casa Branca. Pelo contrato celebrado para a construção da linha de Casa Branca, fora a Mogiana autorizada também a construir um ramal que,

partindo do ponto julgado mais conveniente, fosse ter aos municípios de São Simão e Ribeirão Preto. Todavia, como esses municípios encontravam-se fora da zona privilegiada da Mogiana, entendeu a Companhia Paulista que eles poderiam, com mais vantagens, ser servidos pelos prolongamentos de suas linhas então paradas em Porto Ferreira. (Matos, 1990, p.91)

Podemos perceber, desse modo, a existência de interesses convergentes entre a expansão das ferrovias e os recursos dos grandes plantadores de café, bem como de outros personagens ligados à atividade comercial; no caso da Mogiana, notamos ainda que sua tentativa de propagar os trilhos para o planalto envolvia a região de Casa Branca, uma vez que o presidente da ferrovia possuía a Fazenda Santa Maria, produtora de café em Santa Cruz das Palmeiras e que, em 1874, época da reunião da Câmara de Casa Branca, ainda pertencia ao Termo de Casa Branca. Reforça-se a visão de que as “novas linhas são as ferrovias do café. Seu traçado, por vezes tão caprichoso, que mais tarde será necessário corrigir ou suportar de qualquer forma, dependeu da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café” (Monbeig, 1984, p.176).

A chegada dos trilhos à região de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras é um assunto que merece maior atenção, não só pela importância de sua ligação ao complexo cafeeiro, mas por ser essa localidade um dos raros municípios do país que receberam a ligação ferroviária de duas companhias distintas: a Mogiana e a Paulista. Esse fato só ocorreu em Ribeirão Preto e em Pontal, mas nunca se “interligando” segundo acontece na região, como se pode observar na Figura 3.

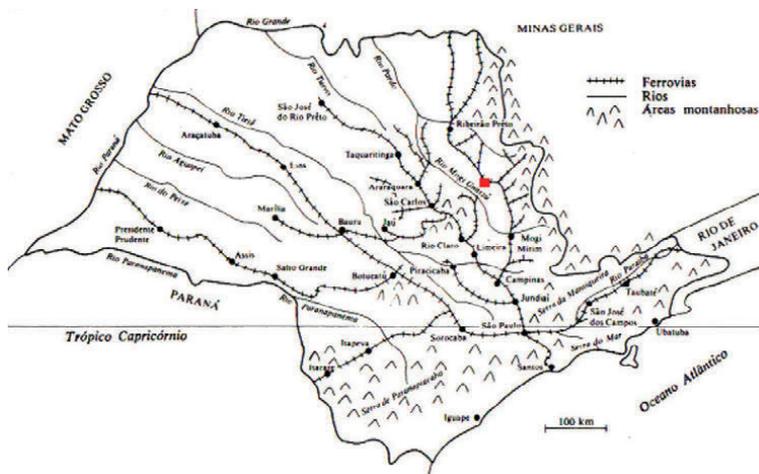


Figura 3 – São Paulo: aspectos físicos, principais cidades e rede ferroviária, 1930. Destaque para a região de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras.

Fonte: adaptado de Holloway (1984, p.35).

Isso explicita a importância da região dentro da economia cafeeira paulista e também demonstra que a expansão da malha ferroviária pelo planalto esteve sujeita aos interesses particulares, atendendo às vontades dos fazendeiros de café. Vejamos, de acordo com a Tabela 6, a produção cafeeira no espaço delimitado:

Tabela 6 – Produção de café em Casa Branca e Tambaú, 1836-1935 (em arroba).

Anos	Café	
	Casa Branca	Tambaú
1836	–	–
1854	1.750	–
1886	300.000	–
1920	211.140	109.000
1935	155.330	88.952

Fonte: Milliet (1982, p.53).

Se levarmos em conta que as primeiras fazendas de café se instalaram na região por volta de 1860 – fazendas como: “Aurora” e “Palmares”, da família Leite Penteadado e Álvares Penteadado; “Santa Veridiana” e “Brejão”, dos Silva Prado; “Santa Maria”, dos Queirós Telles; “Santa Eugênia” e “São Carlos”, dos Monteiro de Barros – e as ferrovias atingiram o município posteriormente: a Mogiana chegou em Casa Branca no ano de 1878, e na estação da Lage, em Santa Cruz das Palmeiras, no ano de 1881; a Paulista atingiu Santa Cruz das Palmeiras em 1892, através do Ramal de Santa Veridiana, construído pelo Conselheiro Antonio da Silva Prado para atingir sua fazenda de mesmo nome, com as estações de “Santa Cruz”, “Santa Silvéria” e “Santa Veridiana” – se levarmos tudo isso em conta, dizíamos, podemos afirmar, mais uma vez, que na região foi o café que, de certa forma, precedeu e chamou os trilhos, condicionando sua construção.

Se os trilhos foram instalados posteriormente à expansão da lavoura cafeeira, não podemos deixar de salientar que ela foi de extrema importância para tal evento, pois, como indica a Tabela 6, o grande salto de produção ocorreu no município entre 1854 e 1886. O café se expandiu na região no contexto da transição do trabalho livre para o trabalho escravo; porém, o crescimento vertiginoso da cafeicultura foi acompanhado de perto pelo aumento considerável do número de escravos, atingindo 200,6%, ou seja, de 2.260 escravos registrados em Casa Branca no ano de 1874, passou-se para 4.535 em 1885 (Santos, 1980).³⁰ Nota-se, também, a extrema relação entre crescimento da cafeicultura e aumento populacional, ocorrendo um acréscimo de quase 20 mil pessoas entre 1886 e 1920, como pode ser visto na Tabela 7.

30 Voltaremos a analisar esse volumoso crescimento do número de escravos em Casa Branca, e sua relação com o crédito, nos capítulos seguintes.

Tabela 7 – Crescimento demográfico de Casa Branca e Tambaú, 1836-1935.

Anos	População	
	Casa Branca	Tambaú
1836	–	–
1854	7.014	–
1886	7.748	–
1920	26.397	10.711
1935	26.701	10.814

Fonte: Milliet (1982, p.53).

O fato é que, se por um lado, o município de Santa Cruz das Palmeiras se vangloriava de ter dois entroncamentos ferroviários, por outro, essa “vantagem” não foi estabelecida sem antes motivar vários desentendimentos, pois a chegada da Paulista, posterior a da Mogiana, promoveu uma disputa acirrada entre as duas companhias e entre alguns fazendeiros locais.

A briga entre as companhias se dá pelo privilégio de zona nas margens do rio Mogi Guaçu. A Paulista seria a real possuidora dos direitos para explorar a margem esquerda do rio Mogi Guaçu, e, por sua vez, a Mogiana, teria a concessão da margem direita do mesmo rio.

Localmente esse conflito se refletiu entre o Coronel João Carlos Leite Penteado, proprietário da Fazenda Aurora, e a Companhia Paulista, liderada, na época, pelo conselheiro Antonio da Silva Prado. O Coronel Penteado entrou com um processo de Manutenção de Posse contra a Cia. Paulista em 1890, visando embargar as obras do Ramal da Paulista, que tinha como objetivo atingir a fazenda “Santa Veridiana”, propriedade do mesmo Antonio da Silva Prado. A fazenda “Santa Veridiana” chegou a ter, em 1906, seicentos alqueires de terra e 550 mil pés de café, sem contar a vizinha fazenda “Brejão”, também dos Silva Prado, com 800 alqueires e 740 mil pés de café. Contudo, João Carlos Leite Penteado não obteve êxito, ou seja, a estrada de ferro autorizada por lei e contratada pelo governo, passou por sua propriedade e atingiu

a vizinha “Santa Veridiana”, materializando o ramal que levou o nome da fazenda de Antonio Prado.³¹

Porém, podem-se aludir duas constatações deste evento: (a) ocorreu uma acomodação dos interesses entre as partes envolvidas, pois anos mais tarde, com a finalização do Ramal de Santa Veridiana, deu-se a instalação de uma estação dentro da fazenda do Coronel Penteado: a estação Aurora, que facilitaria o embarque dos frutos de seus mais de 300 mil pés de café; (b) o impasse que resultou em processo judicial de restituição de posse envolvendo, de um lado, um fazendeiro local que moveu o processo, estritamente especializado na produção de café (Coronel João Carlos Leite Penteado), e de outro, o agente do *grande capital cafeeiro*, que possuía negócios diversificados dentro do complexo cafeeiro (Antonio da Silva Prado), já adianta uma questão que será mais bem trabalhada nos capítulos posteriores: a divergência de interesses entre os diversos segmentos da burguesia cafeeira, “identificando frações autônomas de classe que mantêm entre si uma relação de subordinação” (Perissinotto, 1994, p.18).

Sobre a expansão da malha ferroviária no período de 1890-1900, e sobre a briga entre a Companhia Paulista e Mogiana, Matos aponta que foi esta última que, desrespeitando a zona da Paulista, tratou de invadir área alheia a sua:

De São Carlos, tirou a Paulista dois ramais (Ribeirão Bonito e Areia Vermelha) e a grande Fazenda Santa Veridiana, dos Prados, foi atingida pelos trilhos até as linhas da Mogiana, nas proximidades de Casa Branca. Tratava-se aqui de uma “linha de combate” [...] visando servir a uma zona já ocupada por outra estrada, pois a Mogiana, no seu prolongamento de Casa Branca a Ribeirão Preto, invadira zona privilegiada da Paulista. (Matos, 1990, p.117)

31 Manutenção de Posse. Requerente: Coronel João Carlos Leite Penteado. Requerido: Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes. 20/06/1890. Caixa Mogiana. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

Pierre Monbeig coloca a discussão de outro modo, apontando a Paulista como suposta invasora:

A Paulista assegurou para si, dessa forma, o domínio de toda a faixa à margem esquerda do Moji-Guaçu; mas não hesitou em atravessar o rio, penetrando no domínio que parecia ser privilégio da Mojiana. Uma linha atingiu a grande fazenda Santa Veridiana, outra a zona de Santa Rita do Passa Quatro, outra ainda a fazenda Guatapará, aproximando-se de Ribeirão Preto. (Monbeig, 1984, p.175)

Enfim, em 1898, as duas companhias, sem perspectivas de resolverem as discussões e não tendo alternativa, criam um *tramway*, para interligar as estações de “Lage” (Mogiana) e “Santa Veridiana” (Paulista), distantes quinhentos metros uma da outra, visando facilitar o transporte de passageiros e mercadorias entre as duas estações concorrentes (Giesbrecht, 2003, p.28). Tal imbróglgio entre as Companhias Paulista e Mogiana se deu em outras localidades, fato que prejudicava muitas vezes os mesmos acionistas, travando os investimentos devido às leis de privilégio de zona, sendo por isso que ambas estudaram a possibilidade de “fusão”, para a aquisição da Estrada de Ferro Sorocabana, anos mais tarde, mas sem sucesso.³²

Com os episódios descritos anteriormente, podemos avaliar que o conceito de zona privilegiada era confuso e dava margem a diversas interpretações, motivando desentendimentos entre as partes envolvidas.

Outro ponto que merece atenção é o que diz respeito ao esforço dos fazendeiros para trazerem os trilhos até suas fazendas. Os

32 Relatório da Comissão encarregada pelo Governo de São Paulo e pelas directorias das Companhias Paulista e Moyana de estudar a situação geral das duas companhias e estabelecer as bases para a sua fusão, tendo em vista a aquisição da Estrada de Ferro Sorocabana. São Paulo: Typ. Vanorden & Cia, 1904. “[...] o que acontece há muitos annos com relação às estações de Lage e Santa Veridiana, começa também a acontecer em relação aos dous pontos de aproximação em que ora se acham as duas empresas no município de Sertãozinho, ao lado de Ribeirão Preto” (p.42).

Prados, mesmo com a linha da Mogiana cruzando suas propriedades, foram os principais articuladores da extensão da linha férrea da Paulista para Santa Cruz das Palmeiras. Para Monbeig, isso explicita que o “desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café” (Monbeig, 1984, p.175). Nogueira de Matos, seguindo o mesmo raciocínio, frisa que a malha ferroviária foi “construída [...] atendendo aos interesses e às conveniências dos fazendeiros, a rede ferroviária paulista, no seu aspecto arboricular, dá-nos hoje a impressão de total ausência de plano [...]” (Matos, 1990, p.167).

Podemos ainda avaliar, sobre o mesmo evento, que os interesses da elite cafeeira – não entendida aqui como uma classe homogênea – apesar de convergirem na maioria dos casos, não eram alheios a desentendimentos. Dois dos maiores nomes da elite local e nacional, os Leite Penteados e os Silva Prado, que tinham até mesmo ligações familiares, não deixaram de entrar em conflito quando apresentavam visões opostas, desnudando:

[...] as diferenciações existentes no interior do bloco no poder da sociedade agroexportadora, apontando, como prova dessa diferenciação, os conflitos políticos e econômicos entre as frações dominantes. Em suma, pretende-se chamar a atenção para a complexidade do bloco no poder da economia agroexportadora [...] A uma fração de classe corresponderia uma posição específica nesse processo: frações que se concentram na produção propriamente dita (industriais, lavradores), frações que se concentram no financiamento da produção (banqueiros) e frações que se concentram na comercialização da produção (capital comercial). (Perissinotto, 1994, p.20-21)

João Carlos Leite Penteados correspondia, assim, ao típico fazendeiro local de café, pois morava em sua fazenda “Aurora” e tinha, na produção cafeeira, sua principal fonte de renda; moveu o embargo contra a Paulista e o Ramal de Santa Veridiana, de total

interesse da família Silva Prado que, além de ser cafeicultora, tinha diversos negócios dentro do complexo cafeeiro, inclusive ampliando e diversificando a área de atuação do capital cafeeiro em bancos, casas comissárias e ferrovias. Ainda segundo Flávio Saes: “Este capital cafeeiro, embora mantendo interesses significativos na agricultura, estava longe de sua origem essencialmente agrícola. [...] na estruturação do grande capital cafeeiro prevaleceram os interesses de sua face urbana (e não os de sua face agrícola-cafeeira)” (Saes, 2002, p.190).

Assim, entendemos que mesmo dentro dos estratos da elite cafeeira, muitas pendências eram motivadas, tendo como interesses “protegerem” os investimentos do capital cafeeiro. Esses investimentos, mesmo tendo origem agrícola, já estavam espalhados nos setores urbanos e de infraestrutura, por exemplo, e conquanto “a riqueza do café estivesse na origem desse conjunto de empresas, a sua dinâmica as afastava dos interesses específicos dos plantadores de café” (ibidem, p.184).

Feitas essas análises, chegamos a um ponto crucial do capítulo em questão e do trabalho em si, que tenta avaliar o impacto da ferrovia para a economia local, e sua importância na configuração do complexo cafeeiro capitalista. Buscaremos contemplar, agora, um dos mais importantes processos de transformação da economia cafeeira do “Oeste” paulista: a mudança do meio de transporte das tropas de animais para a ferrovia (já detalhado); os efeitos de encadeamentos promovidos pelo aumento da produção do produto principal; a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Usa-se aqui a noção de complexo cafeeiro exposto por Wilson Cano³³ e assim entendido:

33 “Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atuam cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipos de inter-relacionamento entre elas possibilita o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades – sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de ‘complexo econômico’” (Cano, 1977. p.17).

Entendemos o complexo cafeeiro como um conjunto de atividades integradas entre si, tais como: comércio de exportação e importação, transporte ferroviário, produção de alimentos, ensacamento, beneficiamento, constituição de uma infraestrutura urbana, financiamento, enfim, todas as atividades necessárias à produção e a comercialização do café, nucleadas pela produção cafeeira e que se incrementaram mutuamente, reforçando o ritmo da acumulação. (Tosi; Faleiros; Teodoro, 2005, p.324)

As cidades de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras se caracterizaram pela grande lavoura cafeeira em termos de produção, tendo à frente de suas fazendas nomes importantes dentro da elite cafeeira paulista, como: Silva Prado, Álvares Penteadó, Monteiro de Barros, Queiros Telles, Barão de Mogi Guaçu, Barão de Rio Pardo, Barão de Casa Branca etc. Contudo, foi de fundamental importância a chegada da ferrovia na região para diversificar e ampliar os negócios. Casa Branca não passava de um lugarejo no início do século XIX, antes do estabelecimento dos trilhos, e em 1819 foi assim descrita por um viajante:

O lugar de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca na latitude Austral de 21°29'; e Longitude 47°28' de Greenwich, e distante légua e meia de Cocais, consta de um largo retangular, ornado com pequenas casas cobertas de palha, e com uma igreja no fim do mesmo largo, ainda por acabar, de que é Padroeira Nossa Senhora das Dores: há mais algumas casas fora do largo, colocadas avulsamente; foi erecto em Freguesia há quatro anos; a gente é bisonha, e desconfiada, o sítio saudável, e alegre; as águas boas: um comprido vale coberto de arvoredó, semicircunda o lugar e a ele vão dar outros igualmente cobertos, cuja variedade forma uma agradável perspectiva. Estes povos colhem algodão, milho, feijão e algum trigo; plantam cana-de-açúcar; porém o forte do seu negócio consta de gado vacum, e capados. (D'Alincourt, 1975, p.65)

Santa Cruz das Palmeiras, quando de sua fundação em 1876, já possuía ao seu redor grandes fazendas de café, mas seu meio urbano não passava de um singelo conjunto de casas; antes disso estava anexada a Casa Branca, sendo não mais do que um bairro da mesma, chamado de “Serrado”.³⁴

Com a chegada dos trilhos da Mogiana, ainda sob o signo da sociedade escravista, e da Paulista em 1892, após a abolição da escravatura e a implantação da República, temos a inserção completa da região dentro do complexo cafeeiro, promovendo, sem dúvida, importantes transformações locais, dentre as quais podemos destacar: diminuição dos custos com o transporte; aumento das áreas plantadas; crescimento da população e da urbanização; maior difusão do trabalho assalariado; expansão do mercado consumidor; diversificação e especialização das atividades urbanas, principalmente com a vinda de imigrantes europeus etc. Para Flávio Saes: “A estrada de ferro é uma expressão definitiva do capitalismo: técnica moderna, trabalho assalariado, grandes volumes de capital representam um ‘corpo estranho’ à economia e à sociedade escravistas” (Saes, 2002, p.193). Ainda segundo Saes:

É claro que não podemos atribuir tais transformações apenas às estradas de ferro, mas devemos lembrar que as ferrovias fazem parte de processo mais geral que envolve o crescimento da produção e exportação de café (que amplia o excedente aí gerado) e da população (que dá a dimensão crescente aos mercados, principalmente pela transição do trabalho escravo para o livre). Alguns dos resultados, no entanto, relacionam-se de modo direto com a implantação das estradas de ferro. (ibidem, p.185)

34 Aludimos à perspectiva de que a rápida elevação de Santa Cruz das Palmeiras a condição de cidade se deu com a força da produção cafeeira, que gerou cafeicultores capazes de se empenharem em tal iniciativa. Foi elevada a freguesia do município de Casa Branca em 1881, dia 10 de agosto, com o nome de Santa Cruz das Palmeiras. Tornou-se vila no dia 20 de março de 1885. Por outro lado, Tambaú, com suas terras arenosas e sua pequena cafeicultura, manteve sob a batuta de Casa Branca até 1964, quando teve sua “liberdade”.

Ainda nesta perspectiva, é possível empregar a teoria do produto primário, para melhor desvelar a acumulação de capitais gerados no setor agroexportador e “vazados” – mesmo que timidamente – para outros setores, pois:

Se a demanda do produto primário de exportação cresce, a quantidade ofertada pelo país jovem crescerá. Esta expansão da exportação significa um aumento da renda do setor exportador. O gasto desta renda gera oportunidades de investimentos em outros setores, tanto no país quanto no exterior. Classificando estes fluxos de renda, podemos colocar a teoria do produto primário na forma de um mecanismo multiplicador-acelerador desagregado. [...] a indução ao investimento interno, resultante da atividade aumentada do setor exportador, pode ser dividida em três efeitos de encadeamentos: “encadeamento para trás”, “encadeamento para frente”, e aquilo que chamaremos “encadeamento da demanda final”. A teoria do produto primário torna-se, então, uma teoria de formação de capital. (Watkins, 1977, p.26)

A chegada dos trilhos a Casa Branca gerou um impacto significativo na economia local, pois, à medida que a ferrovia avançou, notou-se um incremento e uma modificação em vários setores da economia e da vida local, principalmente no setor principal, ou seja, na cafeicultura. Isso é evidente, de acordo com as séries derivadas da quantificação dos apontamentos de embarque de café, nas estações da Mogiana, em Casa Branca. Os dados são referentes aos anos entre 1888 e 1914, e foram agrupados de seis estações locais: Casa Branca, Lagoa, Lage, Cel. Corrêa, Cocais e Orindiuva. Vejamos o Gráfico 1:

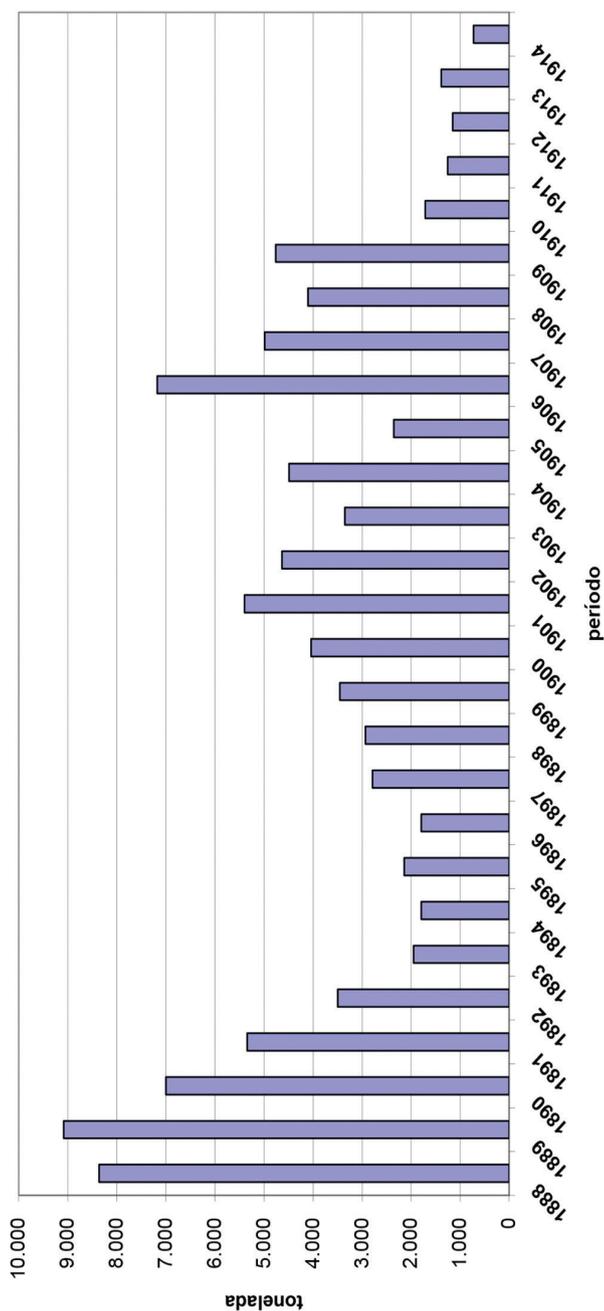


Gráfico 1 – Quantidade de café embarcado nas estações da Companhia Mogiana, no município de Casa Branca, 1888-1914.

Fonte: Relatório da directoria da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e navegação para assembleia geral (1873-1950). São Paulo/ Campinas: vv autores, dd. Diversas, 97 v.

Nota-se que a cafeicultura teve seu ponto alto em fins da década de 1880; porém, mesmo as baixas, apresentadas na década de 1890, não podem ser interpretadas somente como um declínio da produção, pois é fato que devem ter aparecido várias estações nos municípios vizinhos, devido justamente ao vigor da cafeicultura na época, abrindo ao tráfego as estações da Paulista em Santa Cruz das Palmeiras (1892). São as estações as seguintes: Engenheiro Rohe (1894), em Itobi; Coronel José Egídio (1898) e Faveiro (1901), em Tambaú.

É fato que, nos primeiros anos de 1900, a região já não era mais *frente pioneira* como havia sido cerca de um quarto de século antes, e é evidente que a década de 1890 representa para Casa Branca um período cujo ritmo de produção é menor, como aponta o Gráfico 2, talvez em decorrência do cansaço do solo, das idades dos cafeeiros que requeriam renovação, e da “crise” de um modelo de produção, calcado em grandes fazendas baseadas no trabalho escravo. No município de Tambaú, ao contrário, percebe-se uma sensível elevação do final da década de 1880 até os primeiros anos de 1910. Essa evolução na produtividade pode ter sido causada por um modelo de cafeicultura pautado em pequenas propriedades, trabalhadas por braços “livres” ou mesmo cultivada por pequenos proprietários. Infelizmente, não possuímos os dados para o município de Santa Cruz das Palmeiras.

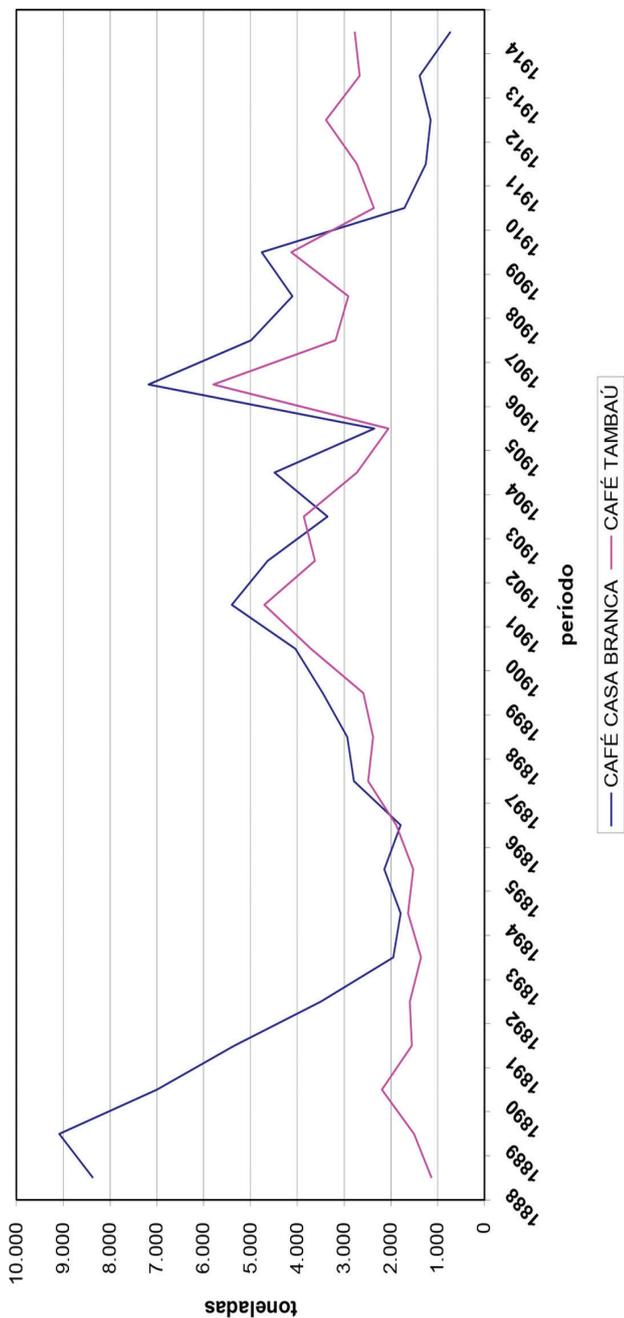


Gráfico 2 – Quantidade de café embarcado nas estações da Mogiana – comparativo entre os municípios de Casa Branca e Tambaú, 1988-1914.

Fonte: Relatório da directoria da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e navegação para assembleia geral (1873-1950). São Paulo/ Campinas: vv autores, dd. Diversas. 97 v.

Todavia, é singular o desenvolvimento da região consequente da expansão da cafeicultura e das ferrovias, elementos que estendem uma vigorosa vinculação entre o campo, principalmente através da fazenda cafeeira, unidade produtiva voltada à exportação, e a cidade, que possibilita o suporte daquela, por meio da diversificação do comércio e dos novos hábitos que tendem à urbanização da vida. Para Pierre Monbeig:

Mede-se a progressão da cidade por transformações menos ruidosas, porém duráveis. Grande passo é dado com a instalação de estabelecimentos industriais. Os primeiros a instalar-se são as serrarias, rapidamente seguidas pelas máquinas de despolpar café, descascar arroz e descaroçar algodão. Ligam-se todas essas indústrias à produção rural e a presença delas robustece tanto mais a solidariedade da cidade com o campo, quanto os donos das máquinas são ao mesmo tempo os banqueiros dos pequenos plantadores. [...] Esse primeiro estágio de industrialização evidencia, na paisagem urbana, a extensão da função comercial, a qual a industrialização deriva. (Monbeig, 1984, p.359-360)

A ampliação e diversificação dos mercados consumidores urbanos podem ser apreendidas da análise do *Almanaque de Casa Branca para o ano de 1889* (Toledo, 1888, p.71-80). Podemos constatar as seguintes atividades, envolvendo ramos do comércio, indústria e profissões: Atelier de construção (1); Alfaiatarias (4); Armadores (2); Açougues (3); Bilhares (2); Barbeiros (4); Cervejaria (1); Confeitarias (2); Compradores de Café (4); Cocheiras (4); Colchoaria (1); Carpinteiros (8); Caldeirarias (3); Descontos (2); Dentistas (3); Duchas (1); Engenheiros (3); Empresa funerária (1); Fogueteiros (3); Ferrarias (5); Ferradores (3); Fábrica de Licores (1); Fábrica de café em pó (1); Funileiro (1); Florista (1); Hotéis (5); Jornal (1); Marceneiros (7); Médicos (5); Modistas (4); Negociantes (46); Ourives (3); Olaria (1); Pintores (4); Farmácias (3); Fotógrafo (1); Padarias (3); Pedreiros (7); Restaurantes (6); Relojoaria (1); Sela-rias (2); Joalherias (2); Tanoaria (1); Sapatarias (11); Tipografias (2);

Trollys e carros de aluguel (6). Vale mencionar, ainda, os fazendeiros de café (102).

Observando brevemente os dados apresentados pelo *Almanach illustrado de Santa Cruz das Palmeiras*, para os anos de 1905-1906, veremos o quanto a cidade também mudou e se modernizou, num período relativamente curto, cerca de trinta anos desde sua fundação. O município conta, por volta de 1905, com uma população de cerca de 21 mil habitantes, na sua maioria colonos italianos, dos quais 4 mil residem na cidade. Possui sistema de água encanada, ruas largas, bem alinhadas e providas de bom passeio. Suas casas obedecem à construção moderna, notando-se a qualidade dos prédios. Têm importante praça comercial, e nela se destacam negócios de fazenda, secos e molhados, farmácias, açougues, agência de loterias, bilhares, lojas de ferragens, dentista, hotéis, alfaiates, barbeiros, ferreiros, médicos, funileiros, relojoeiros, padarias, restaurantes, selaria, sapataria, chapelaria, advogados, e algumas pequenas indústrias, como as de cerveja, sabão e macarrão. Possui ainda imprensa local com dois jornais, e diversas associações como: *Loja Maçônica Obreiros de Santa Cruz*, *Sociedade Italiana Regina Margherita* e *Sociedade Italiana Veneta S. Marco* (Simoni, 1906, p.75-89). Na visão de Wilson Cano:

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, comércio de importação e exportação e outros requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. (Cano, 1977, p.69)

Vimos, através das exposições anteriores, alguns exemplos que confirmam a lógica do complexo cafeeiro desenvolvido nos quadros do capitalismo tardio, onde a expansão da atividade nuclear (o café) e seu decorrente acúmulo de capitais gerou uma diversificação das atividades complementares. E corroborando tal visão, conclui Flávio Saes:

[...] parece-nos que as empresas ferroviárias em São Paulo tiveram importante participação no processo de destruição do escravismo e na constituição de uma economia capitalista. Por um lado, ao garantir condições para a expansão cafeeira, a estrada de ferro colocou em xeque a manutenção do trabalho escravo, induzindo a introdução mais rápida do trabalho livre do imigrante europeu. Pelo outro, a estrada de ferro viabilizou a “urbanização” dos fazendeiros de café e de seus investimentos, sendo, pois, elemento essencial na constituição do espaço urbano [...]. (Saes, 2002, p.196)

Feito este trajeto, podemos, agora, tecer algumas linhas sobre a transição da escravidão para o trabalho “livre”, ou seja, o *assalariado*, mesmo que a imigração não tenha se balizado somente por uma relação de assalariamento, marcada mais pela parceria e pelo colonato, pois dentre as diversas formas de remuneração, constavam algumas cláusulas que envolviam contrapartidas monetárias por parte dos fazendeiros.

A expansão da cafeicultura, nessa região, desenvolveu-se, haja vista, no contexto marcado pela passagem do trabalho escravo para o assalariado. Os primeiros cafezais, como apontam as fontes históricas consultadas, foram plantados exclusivamente pela mão de obra escrava, sendo que em alguns casos notamos a convivência da senzala e da colônia nas dependências da fazenda.

A Fazenda Santa Escolástica, de propriedade de Francisco Benedicto Ferreira e Escolástica Queirós Ferreira, filha do Barão de Jundiá, contava, em 1876, com 56 escravos, noventa mil pés de café e nenhuma casa de colonos.³⁵ Em 1887, a mesma fazenda possuía

35 Escritura de hipoteca nº 14. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

“modernas” instalações, como máquina de beneficiar café e seus acessórios, casa de máquina e tulha própria para café e casa de colonos, mas possuía ainda 22 escravos.³⁶ Contudo, como observou Mello, “a estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo, se opõem a ela, criando condições para a emergência do trabalho assalariado” (Mello, 1982, p.82).

Mesmo tendo sido “iniciada” por escravos, foi em decorrência do aumento da imigração europeia, e de braços livres para o café, que a economia cafeeira mais se desenvolveu no município, propriamente antes da abolição, em 1888. Um bom exemplo disso é a fazenda Santa Veridiana, do Conselheiro Antonio da Silva Prado: em 1883, um terço de sua mão de obra era composto por trabalhadores livres europeus, ou seja, compunham os quadros de trabalhadores da fazenda cerca de cem escravos e quarenta e nove famílias de imigrantes, que trabalhavam em base de contrato. Santa Veridiana foi eleita, nesse mesmo ano, a sétima fazenda cafeeira mais produtiva do país e a terceira do Estado de São Paulo, pelo jornalista holandês Van Delden Laerne, atingindo a produção média anual de 275.400 quilos de café (Levi, 1977, p.165).

Tentamos, nesse percurso, apreender a dinâmica do complexo cafeeiro capitalista e sua materialização no município de Casa Branca e região, apontando, em grande parte, para a importante relação existente entre aumento da produção cafeeira, expansão da malha ferroviária e crescimento da população, especialmente nas décadas de 1870, 1880 e 1890. Foram então estruturadas as bases do capitalismo, suprimindo a sociedade escravista através da acumulação de capitais, que atingiu cifras exorbitantes no oeste paulista, em consequência de avanços técnicos como a utilização das ferrovias, o uso de máquinas de beneficiar café, da inovação no processo produtivo, da melhor qualidade da terra, do incentivo à imigração europeia, cujos braços serviriam para lavoura cafeeira através do regime assalariado; e sendo perceptível a materialização dessas vicissitudes,

36 Inventário de Escolástica Queirós Ferreira. Caixa-15-Inventários. Museu Histórico-Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

no vigoroso processo de urbanização da vida e no crescimento das cidades.

Segundo Pedro Tosi, esse foi um processo de modernização que não atingiu a todos de forma idêntica, pelo contrário, sendo amplamente hierarquizado, beneficiou os agentes locais possuidores de maiores fortunas, e dificilmente deu espaço de inserção às camadas menos favorecidas de participarem do poder local, desnudando uma sociabilidade marcada pelo paternalismo e pelo personalismo (Tosi, 2002, p.59-72). Desta forma, “deve-se estar atento ao fato de a ferrovia estar exercendo uma espécie de papel civilizador sobre regiões até então apartadas e distantes” (ibidem, p.78). Todavia, “ainda hoje há correlação entre crescimento e facilidade de transporte. A velocidade das comunicações diz respeito também às encomendas e às informações, é indispensável no mundo dos negócios” (Braudel, 1996, p.543).

Objetivamos, desta forma, situar o leitor quanto ao processo histórico que cingiu a região de significativas mudanças nas estruturas econômicas e sociais, podendo, agora, adentrar no âmago das questões essenciais em que se debruça a pesquisa: Como a cafeicultura se expandiu, mesmo sem a existência de um sistema institucionalizado de crédito? Como se deram as relações de crédito nessa sociedade? Passemos ao segundo capítulo, voltado detidamente a essas indagações.

2

DE ONDE VEM O DINHEIRO?

O sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma. A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, em parte, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito.

(Harvey, 2006, p.51)

Cafeicultura e mercantilização da vida: toda a região se presta ao café

Em boa parte dos séculos XIX e XX, o café manteve-se como o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Como podemos ver na Tabela 8, mesmo tendo amplas variações na percentagem produzida ao longo desses anos, o produto foi o “sustentáculo” da economia nacional entre 1840 e 1960, derivando daí a expressão, largamente usada por essa época, de que “o café dá para tudo” (Love, 1982, p.64).

A princípio, ainda nos primeiros anos do século XIX, a produção cafeeira de maiores proporções se deu no Vale do Paraíba, onde o café deixou de ser cultivado para simples subsistência e atingiu a escala comercial devido, essencialmente, à generalização do consumo nos grandes centros internacionais. Com a escassez do solo na região do Vale do Paraíba, decorrente da característica predatória dessa atividade que, por sua vez, foi marcada pelo baixo nível técnico no cuidado do solo e pela abundância de terras virgens existentes em outras localidades, houve a necessidade de se buscarem novas áreas para o cultivo. Por volta da segunda metade do século XIX, a marcha do café irá se dirigir rumo às terras roxas do denomi-

nado *Oeste Paulista* (Canabrava, 2004, p.103-163). “A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região” (Cano, 1977, p.32).

Tabela 8 – Percentagem do café na exportação nacional, 1821-1970.

Anos	Sacas de 60 quilos (1000 sacas)	Percentagem do café na exportação nacional (relativa)
1821	129	16,3
1830	480	19,8
1840/ 41	1.239	42,7
1850/ 51	2.485	48,1
1860/ 61	3.571	64,7
1870/ 71	3.287	50,3
1880/ 81	3.660	54,6
1890	5.100	64,7
1900	9.153	56,9
1910	9.724	42,31
1920	11.525	49,12
1930	15.288	62,63
1940	12.053	36,31
1950	14.835	63,85
1960	16.819	56,17
1970	17.085	35,84

Fonte: adaptado de Lapa (1996, p.14).

A denominação “oeste paulista”, que se acha consolidada na bibliografia sobre o tema, merece algumas considerações, a fim de melhor situá-la. Segundo o historiador *brasilianista* Thomas Holloway:

Se a linha corresse do norte para o sul, tal nomenclatura estaria de acordo com os verdadeiros pontos cardeais. A costa de São Paulo, no entanto, corre de nordeste para sudoeste, e

assim o planalto que estende num ângulo reto para o litoral fica na realidade mais ao norte que a oeste da capital. (Holloway, 1984, p.31)

Todavia, o ponto de referência para a classificação do “oeste paulista” é o núcleo inicial da produção cafeeira, que está situado no Vale do Paraíba. A região de Casa Branca encontrava-se, deste modo, encravada na linha de expansão da cafeicultura que, por sua vez, rumava do Vale do Paraíba para o *Oeste Paulista*. A “onda verde” do café atingiu a localidade por volta de 1860, elevando-se nas duas décadas seguintes, alterando e dinamizando, como vimos anteriormente, a economia e a sociedade local. Um dos fatores de atração do café para o município reside na qualidade das terras, e pode ser observado num relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, de 1876:

[...] os terrenos que se estendem entre o Mogy-Guassú e o Pardo constituindo os municípios de Santa Rita, São Simão e Ribeirão Preto, são em quase sua totalidade terra roxa de excelente qualidade para café. Não nos referimos, porém senão a zona que percorremos neste reconhecimento sem falar em Santa Rita, por serem inteiramente livres das mais fortes geadas. [...] É verdadeiramente deslumbrante esta parte da Província. A terra roxa é à base de toda essa formação orographica. As matas indicam a maior fertilidade conhecida nesta Província pela abundancia do jaracatiá, do pau d’alho, da jangada brava, da ortiga e de outros indicadores infallíveis.¹

Um ponto fundamental, que possibilitou o conhecimento desta “riqueza natural” e atraiu as plantações de café em direção a esta “parte” de São Paulo, encontra-se numa série de artigos publicados por Luis Pereira Barreto, na imprensa paulista e fluminense. Estes

1 Relatório da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, apud Giesbrecht (2003, p.10).

artigos exaltavam a qualidade da terra roxa para a plantação do café, e diagnosticavam sua abundância no *Oeste Paulista*, promovendo uma considerável migração dos capitais do Vale do Paraíba, e de outras localidades, para os municípios ali situados e, especificamente, para Casa Branca (Matos, 1990, p.97). De acordo com Pierre Monbeig:

A cultura do café na região não datava, uniformemente, da mesma época: era mais velha em Itu e Campinas, sendo que neste último município começava a dar sinal de enfraquecimento. A produção não variou muito entre 1886 e 1904-1905 em Itu, Jundiaí e mesmo em Amparo. Mais ao norte, porém, observa-se um progresso notável: a produção de Mococa passou de 93.333 arrobas a 699.100 e a de Espírito Santo do Pinhal, de 150.600 a 428.420. Os rendimentos ultrapassavam largamente os do Vale do Paraíba: 57 arrobas por 1.000 pés em Itu, 43 em Campinas, 48 em Espírito Santo do Pinhal, 30 em São João da Boa Vista e 73 em Mococa – todos esses municípios indicando plantações jovens. [...] É ao norte de Campinas, em Limeira, Araras, Rio Claro, Leme e até Piraçununga e Descalvado que o café predominava incontestavelmente. Já há muito os fazendeiros estavam aproveitando os afloramentos de terra roxa e a importância do café na depressão periférica estava diretamente ligada ao tamanho das manchas daquele solo. Nos municípios mais especializados, a estatística indica de 6 a 8 milhões de cafeeiros, com rendimentos variando de 45 a 56 arrobas por 1.000 pés e uma produção crescente. (Monbeig, 1984, p.168-170)

A fim de compreendermos o movimento da cafeicultura em Casa Branca e também no município limítrofe de Santa Cruz das Palmeiras, selecionamos alguns dados que demonstram a relação entre o número de cafeeiros existentes e a quantidade de arrobas produzidas, no período de 1909 a 1939.

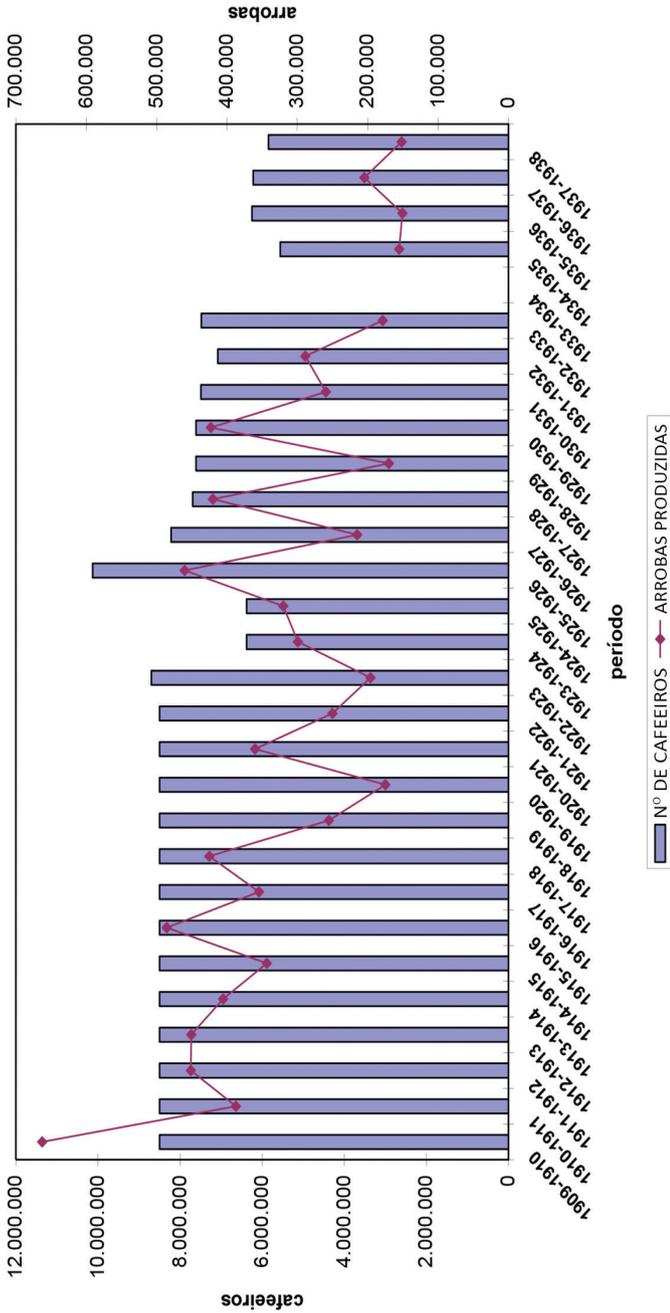


Gráfico 3 – Número de cafeeiros/arrobas produzidas em Casa Branca, 1909-1938.

Fonte: São Paulo (1919, 1929, 1937-38).

Percebe-se que o número de pés de café em Casa Branca chegou a um patamar superior a 8 milhões na década de 1910, atingindo o auge, com mais de 10 milhões de árvores, na metade da década de 1920, para em seguida decrescer e nunca mais recuperar a posição de destaque que conseguiu no passado. Uma análise na curva de arrobas produzidas também evidencia a tendência decadente da produção cafeeira no município, que teve seu auge nos anos de 1909 e 1910, onde chegou à cifra de quase 700 mil arrobas produzidas; em comparação, nos anos finais da década de 1930, a produtividade baixou sobremaneira e alcançou índices próximos a 100 mil arrobas.

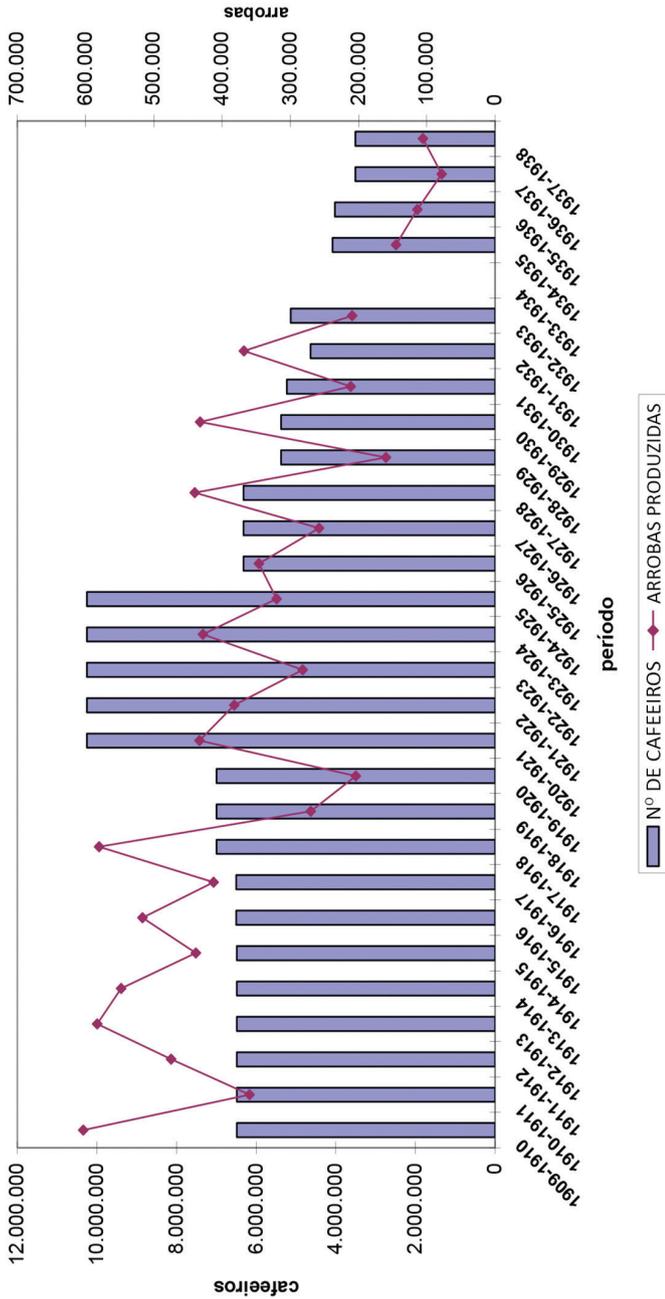


Gráfico 4 – Número de cafeeiros/arrobas produzidas em Santa Cruz das Palmeiras, 1909-1938.

Fonte: São Paulo (1919, 1929, 1937-38).

Em Santa Cruz das Palmeiras, essa tendência também se manteve, ou seja, o número de cafeeiros e a quantidade de arrobas por eles produzidas se estabilizaram por volta da década de 1910, com mais de 6 milhões de pés, que produziram cerca de 600 mil arrobas anuais; nos anos de 1920, o número da rubiácea plantada se elevou para mais de 10 milhões de pés, reflexo positivo do plano de defesa permanente adotado pelo governo nessa época, porém declinando nas décadas seguintes a patamares pouco expressivos. A produção em arrobas, após 1930, não mais chegaria aos níveis alcançados anteriormente, atingindo mesmo somas inferiores a 100 mil arrobas anuais, sinal do cansaço do solo, da idade avançada dos cafeeiros e até mesmo do impacto da geada de 1918.

A economia casabranquense vivenciou o primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, ocorrido entre o fim de 1870 e o início de 1880, quando a produção de café quase dobrou; esse processo foi realizado, em partes, sob relações capitalistas de produção (Cano, 1977, p.35).² Com o *boom* da atividade cafeeira, que alterou sobremaneira a antiga economia pautada na pecuária, houve uma crescente procura por terra e mão de obra escrava – mesmo sendo o trabalho do imigrante europeu já utilizado em algumas propriedades. A relação entre a difusão da cafeicultura e o incremento nos negócios, envolvendo a procura de terras e escravos, pode ser vista através de algumas escrituras de compra e venda realizadas no município de Casa Branca nesse contexto. Ernani Silva Bruno menciona que:

O preço das terras foi se elevando consideravelmente à medida em que se povoaram muitas regiões de início quase desertas, e na segunda metade do século XIX elas estavam mais valorizadas em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Ao passo que na província flu-

2 Ainda: “Resolvido o problema da mão de obra [...]. Com efeito, entre 1886 e 1887 o novo plantio totaliza 465 milhões de cafeeiros triplicando o estoque anterior (220 milhões) e situando a capacidade produtiva em 685 milhões, no que resultaria o aumento da participação paulista no total da produção brasileira de 40%, em 1885, para mais de 60% na abertura do século XX” (ibidem, p.42-43).

minense o alqueire de terra se vendia geralmente a duzentos mil réis, em São Paulo alcançavam as terras, mesmo em regiões distantes dos portos de exportação, duzentos a trezentos mil réis por alqueire paulista: a metade do primeiro. (Bruno, 2005, p.59-60)

Em 1878, José Bicudo de Almeida, morador de Campinas, comprou uma Fazenda denominada Santa Francisca, com todas as benfeitorias existentes e cafezais, situada no termo de Casa Branca, no valor de 37:000\$000. O vendedor João de Carvalho Barros havia comprado essa mesma propriedade do finado Barão de Antonina, e foi acrescida por terras que o vendedor recebeu na divisão da Fazenda Palmeiras, que fazia divisa com terras da Condessa Maria Eugenia Monteiro de Barros e com terras do finado Dr. Penteado, pai do Conde Álvares Penteado. Nessa mesma escritura de compra e venda, aparece a transferência de um contrato de plantação de café, onde Domingos Ferreira de Rezende, residente em Casa Branca, se obrigava a derrubar, roçar e plantar 42 mil pés de café, com dezesseis palmos de distância, em quadras completamente alinhadas.³

João Carlos de Arantes aparece, em uma escritura pública de compra e venda do ano de 1878, como comprador de cinquenta e quatro alqueires de terras sitas na Fazenda Rio Feio, neste termo de Casa Branca, no valor de 15:000\$000 [...] “cujas terras são compostas de mattas virgens e capoeira própria para o café, de cor rocha”. Como vendedores, Miguel Dias de Moura e sua mulher D. Maria Julia de Arantes. Aqui se destaca o tipo de solo (a terra roxa) que é excelente para o cultivo do café e determinante nos negócios envolvendo a *mercadoria terra*. Conforme se expande a fronteira em direção ao município, percebe-se, cada vez mais, a importância da mercadoria que, nessa escritura, atingiu o preço de cerca de trezentos mil réis o alqueire.⁴

3 Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2ª Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.17.

4 Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2ª Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.25.

A marcha do café, como é sabido, atraiu também os membros da elite paulista que, mais tarde, comporiam as fileiras do *grande capital cafeeiro*. Observamos, em 1878, numa escritura que celebraram no cartório de Casa Branca, como vendedor, João Theodoro de Nogueira e sua mulher D. Maria das Dores dos Santos Queiros, ao comprador, Dr. Martinho da Silva Prado Junior, de vinte alqueires de terras no termo de São Simão, no valor de 1:200\$000. Nessa fonte documental, o destaque recai na caracterização do perfil acadêmico e profissional de Martinho da Silva Prado Junior, que aparece como um advogado formado em *Sciencias Sociais e Juridicas pela Academia de São Paulo*; e nos laços existentes entre esses personagens endinheirados da capital e os mandatários locais, habitantes das cidades do interior, que muitas vezes ficavam como intermediários nessas transações. Na escritura em causa, de compra e venda, “Martinico”, como era conhecido esse membro da família Prado, fez seu procurador Dr. José da Costa Machado de Souza, residente em São José do Rio Pardo.⁵

Em 1879, um outro integrante da família Prado aparece adquirindo terras na região. Agora é Martinho da Silva Prado que compra de João Patrício Bueno e sua mulher D. Custodia de Jesus, um sítio denominado Arrependido, no valor de 6:000\$000. [...] “foi dito que os vendedores são senhores e possuidores de um sítio, situado neste termo, na fazenda do mesmo nome, que consta de uma parte de terras divididas, de cultura e cerrado próprias para o café”.⁶

Iremos em seguida finalizar os exemplos de escrituras envolvendo terras superiores e boas para a cultura do café, de modo a demonstrar também que essas transações envolviam personagens do município que, na impossibilidade de cultivarem eles próprios o café, aproveitaram a corrida por terras e os bons preços para venderem suas propriedades, ou partes delas, ainda incultas. Pode-

5 Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2º Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.38.

6 Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2º Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.39.

mos citar a escritura que fizeram como vendedores, em 1878, D. Anna Eufrasia Gavião e seus filhos e genros, moradores de Casa Branca, ao comprador Francisco Prudente José Correa, conhecido como Prudente do Morro e pai do Barão de Rio Pardo, deste termo, de diversas partes de terras na Fazenda das Palmeiras, no valor de 2:450\$000. [...] “as terras são próprias para cultura do café, de cor rocha e revestidas de mattas virgens e serrados, em Casa Branca”.⁷

Quanto às escrituras de compra e venda envolvendo mão de obra, percebe-se que há uma procura sistemática por cativos que trabalhavam na terra. Como destaca a maior parte da bibliografia sobre o assunto, após 1850, com a cessação do tráfico internacional, boa parte dos escravos comercializados era proveniente de Minas Gerais e do Nordeste do país, regiões essas menos pujantes do ponto de vista econômico, que as tocadas pela cafeicultura. Emília Viotti assim define esse momento:

Interrompido o tráfico externo, a população de escravos não se reproduziu tão rapidamente quanto era necessário para atender à crescente demanda de mão de obra. A crescente necessidade de mão de obra, em virtude da expansão das plantações cafeeiras no sul do país, levou os fazendeiros dessas áreas a procurarem soluções alternativas. O tráfico inter e intraprovincial permitiu o deslocamento da população de escravos dos setores rurais menos produtivos e das zonas urbanas para as plantações de café. (Costa, 1998, p.33)

A cidade de Casa Branca, entre 1870 e 1880, transformou-se num dos principais mercados de escravos interprovinciais de São Paulo. Abastecia-se de negros vindos do nordeste e de Minas Gerais, e fornecia quase que a totalidade de mão de obra cativa para a região da Mogiana (Bruno, 2005, p.62).

⁷ Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2ª Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.42.

Um olhar atento sobre as fontes documentais evidencia tal constatação. Em uma escritura de compra e venda, do ano de 1878, aparecem os seguintes personagens, todos residentes na Província da Bahia, como vendedores: Lazaro Gonçalves Fraga, Monoel Joaquim dos Santos, João José de Faria, Dr. Manoel José Gonçalves Fraga, D. Maria de Candida Moura Azevedo, D. Maria Luisa da Conceição; venderam, pelo preço de 23:100\$000, os escravos: Autino (18 anos), Marqueza (17 anos), Lucia (8 anos), Francisca (9 anos), Anna (13 anos), João (40 anos), José (19 anos), Epiphano (40 anos), Mariano (40 anos), João (12 anos), Evaristo (23 anos) e Benedicta (30 anos), todos aptos para os serviços na lavoura. O comprador desses cativos era Bernardo Álvares Leite Penteado, residente em Campinas, mas com terras em Casa Branca.

O Capitão José Caetano de Lima, residente em Casa Branca, em documento feito por oficial público, no ano de 1879, comprou os escravos Roza (17 anos) e Germano (19 anos), no valor de 2:900\$000, dos vendedores Francisco dos Santos, Fernando dos Santos e do Capitão Augusto P. Goulart, todos de Montes Claros, Província de Minas Gerais; corroborando, deste modo, a proposição de que escravos afluíam dessa província para as lavouras de café de São Paulo.

Outro ponto importante nesse conjunto é que a “interrupção do tráfico determinou também a alta nos preços dos escravos. De 1850 a 1880, o preço dos escravos subiu constantemente, chegando em certos casos a seis vezes o seu valor inicial” (Costa, 1998, p.33). Por volta de 1850, o preço dos escravos em São Paulo girava em torno de quinhentos a setecentos mil réis – o que já se julgava ser um absurdo (Bruno, 2005, p.63). “Comprados na Bahia ou no Rio, os cativos custavam, em torno de 1880, no Oeste de São Paulo, de dois a três contos de réis.” É nesse valor, mais ou menos, que podemos observar uma escritura de compra e venda firmada no tabelião de Casa Branca em 1879, envolvendo Antonio José de Souza, como vendedor de um escravo de nome Adão, de cor preta, solteiro, natural da Província de Minas

Gerais, com 24 anos, e o comprador Luis José de Souza, no valor de 2:400\$000.⁸

Essa ânsia por terras e escravos, motivada pela onda verde do café, promovia, em muitos casos, uma verdadeira armadilha, na qual o crédito era a única solução – mas também, realizado a juros altos, a causa da insolvência dos lavradores – encontrada para se expandir às plantações. Os fazendeiros “compravam os negros [...] à vista ou a prazo, como podiam e como não podiam, dissipando as sobras, hipotecando as propriedades, empenhando as safras” (Bruno, 2005, p.63).

Com o mar de café se estendendo sobre Casa Branca, houve uma consistente especialização na economia local, que passou a se fundamentar, cada vez mais, na atividade cafeeira. Em meados da década de 1890, a economia – que antes se baseava na criação de gado e nos negócios comerciais, advindos da função de entreposto que a cidade ocupava no *Caminho de Goyas* – sofreu grande alteração. O café transformou-se no pilar do erário casabranquense. O município se voltou quase exclusivamente para a produção da rubiácea destinada ao mercado externo, perdendo as feições pretéritas de localidade fornecedora de gêneros de abastecimento interno.

Uma fonte histórica crucial nos permitiu enxergar essa alteração nos padrões econômicos da cidade, que procurava, cada vez mais, destacar sua recém adquirida “vocação” para o café: trata-se de um trecho do *Relatório e roteiro da medição para divisão judicial da Fazenda São José da Serra*, da família Villas Boas, realizado em 1895:

A fazenda denominada São José da Serra [...] está locada a 35° noroeste da cidade de Casa Branca, na distância aproximada de vinte e quatro quilômetros, e a 53° nordeste da estação de Tam bahú, linha férrea Mogyana, na distância de treze quilômetros. As estradas que a ligam a Casa Branca, atravessando grandes regiões de campos razos, são boas, porém todo o comércio e tráfego

8 Livro de Escrituras nº 1, do Cartório do 2º Tabelião de Casa Branca, aberto em 4/9/1878. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. p.53.

é feito para o Tambahú. Geologicamente, divide-se esta fazenda em duas regiões distintas: a parte a noroeste, cabeceiras dos córregos Areão, Cachos e Bocaina, ocupando a quarta parte da área total da fazenda é composta de terras boas, isto é, ricas em óxido de ferro e húmus, semeadas de pequenos blocos de exorias que atestam sua origem vulcânica, porém manchada de terrenos de aluvião em que se encontram os granitos erráticos boleados, e chapadões de areia solta imprestáveis para qualquer cultivo. [...] Pela sua altitude, exceção dos chapadões arenosos, *toda esta região se presta a cultura do café, que frutifica regularmente na média de oitenta arrobas por mil pés*. A região á sudeste até o córrego da Prata, e noroeste, acompanhando o Rio Pardo, é composta de campos razos de boa qualidade que muito se prestam para a criação de gado lanígero e cavallar; *infelizmente a industria pastoril está aqui completamente abandonada*; apenas algum gado vaccum, em diminuta quantidade, de raças ordinaríssimas, povoam estes campos que poderiam dar bons resultados quando tratados com alguns conhecimentos zoothechnicos.⁹

Sendo assim, percebemos que houve, de fato, uma nítida alteração nos padrões econômicos do espaço em destaque, refletindo uma conjuntura maior, onde o café passou a ser o produto mais rentável e por isso o mais amplamente cultivado, tencionando pela força do lucro a organização produtiva das fazendas. Pelo menos, uma coisa é certa: o imaginário de muitos daqueles que se dedicaram a tal atividade esteve prenhe de esperanças em dias melhores, graças aos lucros que poderiam obter com o café; mas, como veremos, nem sempre a realidade coincidiu com essas expectativas.

Se a cafeicultura se achava consolidada na região, em meados da década de 1890, a pergunta que surge é: de quais instrumentos de

9 Divisão da Fazenda São José da Serra, Casa Branca, 11 de Janeiro de 1895. Caixa Villas Boas. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Tau-nay de Casa Branca Segundo a medição, finda em 1896, a propriedade, outra-ra denominada Paciência, constou ter nove mil centos vinte e cinco hectares e oitenta ares (9.625,80 hectares), ou seja, três mil novecentos setenta e sete alqueires e setenta centésimos (3.977,60 alqueires).

crédito a cafeicultura se valeu para sustentar seu desenvolvimento? Ou, de forma mais clara: como a expansão cafeeira foi financiada? As terras “somente seriam utilizadas no café [...] quando dispusesse de capital suficiente para arcar com o ‘custo de formação do cafezal’, que, como é sabido, imobiliza recursos durante cinco anos, com retorno praticamente nulo nesse período” (Cano, 1977, p.54).

Partimos da hipótese de que havia um *mercado de capitais* ainda pouco institucionalizado, constituído em bases mal “formalizadas”, pautado, sobretudo, em arranjos locais de cunho personalista, mas que sustentaram a demanda por crédito decorrente da cafeicultura, sem a qual não haveria possibilidades de *avanço da fronteira*. Cabe aqui, antes de prosseguir, iluminarmos dois pontos: primeiro, adotamos a visão de mercado aos moldes braudelianos, onde a comercialização de qualquer produto (no caso gêneros de abastecimento interno, café, dinheiro etc.)¹⁰ possibilita a passagem para um nível mais elevado, ou seja, a ultrapassagem de uma economia de subsistência para uma economia mercantil; assim, nas palavras de Braudel:

O mercado [...] é o lugar predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida “encerrada” [...] na autossuficiência ou na não economia. O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona. A atividade dos homens, os excedentes que eles trocam passam aos poucos por essa brecha estreita com tanta dificuldade, no princípio, como o camelo da Escritura pelo buraco da agulha. Depois os buracos se alargaram, se multiplicaram, tornando-se a sociedade, no fim do caminho, uma “sociedade de mercado generalizado”.¹¹

10 “De qualquer maneira, um belo dia, logicamente, tudo passará pelo mercado, não apenas os produtos da terra ou da indústria, mas também as propriedades fundiárias, o dinheiro, que se movimenta mais depressa do que qualquer outra mercadoria, o trabalho, o esforço dos homens, para não falar do próprio homem” (Braudel, 1996a., p.35).

11 *Ibidem*, p.12.

O segundo ponto diz respeito ao avanço da fronteira, característica peculiar da economia brasileira, principalmente da cafeicultura. Entretanto, a marcha para a frente não era “aberta” a todos nem a todas as possibilidades; carregava consigo as estruturas e os padrões de acumulação da sociedade pretérita, “que sempre conformaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão de obra” (Tavares, 2000, p.455). Assim, a fronteira avançava carregando consigo, de antemão, uma hierarquia social preestabelecida, onde o crédito jogaria papel decisivo na expropriação de parcela significativa do tecido social, canalizando os capitais a favor dos agentes de maiores cabedais, que muitas vezes residiam fora da esfera local.

Contornando o *problema do financiamento*: um crédito multifacetado.

No processo de investigação das fontes documentais, quanto à sua natureza quantitativa, a primeira inferência que podemos fazer diz respeito à conduta do volume dos valores lançados nas escrituras de empréstimos, com hipoteca, paralelamente à conjuntura vivida pela cafeicultura. Observando o volume de empréstimos concedidos, no Gráfico 5, temos:

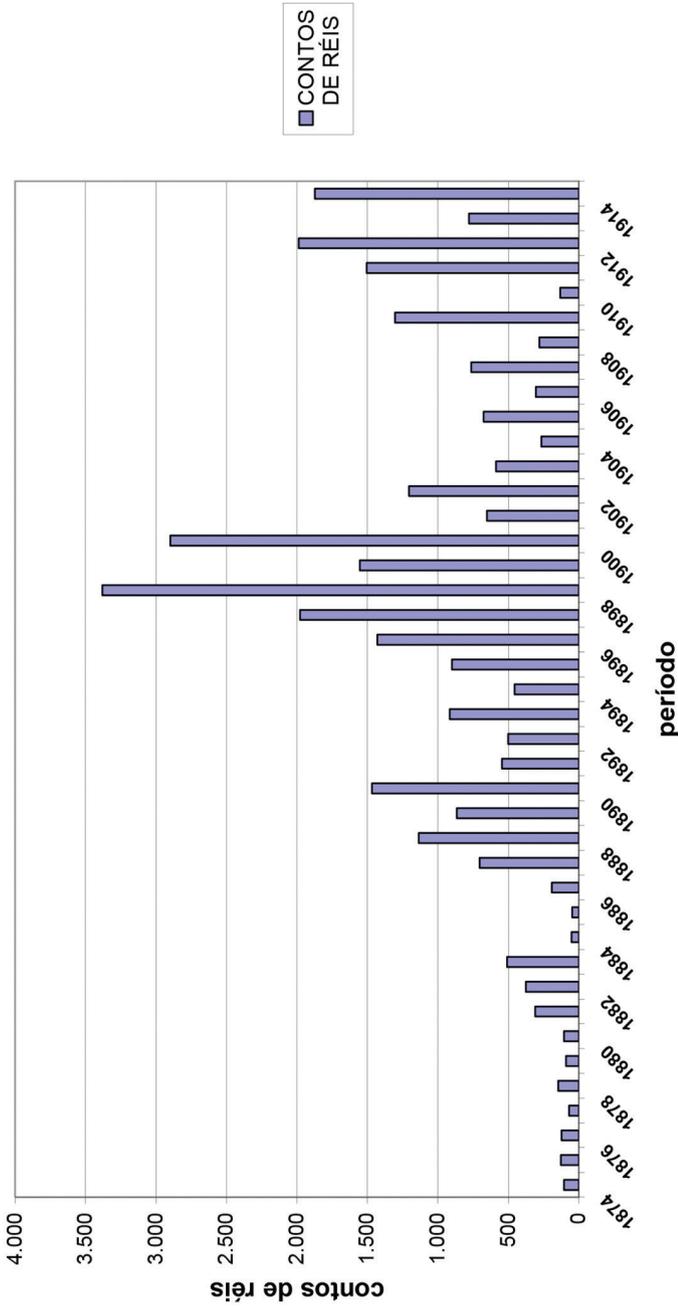


Gráfico 5 – Volume de crédito hipotecário efetivamente tomado no município de Casa Branca, 1874-1914.

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Pelo Gráfico 5, podemos verificar a íntima relação entre o volume de crédito tomado e a conjuntura financeira encarada pela atividade cafeeira. Nota-se que, com a abolição da escravatura, em 1888, houve uma busca mais acentuada por moeda-dinheiro. O período de maior volume de empréstimos ocorre justamente no momento de expansão da atividade cafeeira motivada, entre outros fatores, pela farta emissão de moedas, derivada, por sua vez, da política republicana que visava aumentar o meio circulante, resultando mais tarde no Encilhamento e no Funding Loan, em 1898.¹² Entre 1898 e 1906, principalmente, percebemos uma curva decrescente no volume de capital emprestado, resultante da política “contencionista e deflacionista” de Campos Sales e Rodrigues Alves, e dos baixos preços do café no mercado externo, devido ao descompasso entre oferta e consumo, que culminaria na supersafra de 1906 e no primeiro plano de valorização levado a cabo pelo Convênio de Taubaté. Para dar uma ideia, o volume de empréstimos hipotecários efetivados em Casa Branca ultrapassou os três mil contos de réis, em 1898, muito acima dos números apresentados para o município de Franca, no mesmo ano, que não atingiu a casa dos quatrocentos contos de réis (Teodoro, 2006, p.90). Tais índices atestam a vitalidade da cafeicultura casabranquense, baseada em grandes plantações.

Quando nos referimos aos credores, ou seja, aos fornecedores de crédito que subsistiam no complexo cafeeiro, uma série de perguntas vem à tona: quem eram esses sujeitos? Como captavam seus recursos? De que maneira eles emprestavam seus capitais? Que modalidades de crédito mais valorizavam? Que garantias exigiam? Quais os prazos e as taxas de juros praticadas? Para que setores os capitais mais facilmente se dirigiam?

12 “‘Encilhamento’ é o nome pelo qual se convencionou chamar o período da história econômica brasileira que se inicia em 1890, com Rui Barbosa no Ministério da Fazenda do Governo Provisório, e cujas consequências se estendem até 1898. Sobretudo nos anos 1890-1892, é um período de grande agitação financeira em função da política de expansão do meio circulante, da criação de novas empresas, da queda cambial, em suma, de grande instabilidade econômica” (Perissinotto, 1994, p.118).

Procurando responder a tais indagações, procuramos definir os agentes do crédito de acordo com suas ocupações, numa tentativa de melhor definir a atuação de cada um na intrincada cadeia do crédito, relacionando as áreas de maior concentração desses negociantes de dinheiro, em relação aos períodos analisados, destacando o grau de especialização que existia nesse setor, em relação à economia local. Uma análise das Tabelas 9 e 10, logo adiante, possibilita-nos tecer algumas considerações.

Cabe aludir, quanto à classificação dos diversos grupos de credores, que seguimos as linhas gerais propostas por Rodrigo da Silva Teodoro, em seu trabalho *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914* (2006). Preferimos, também, confeccionar estas tabelas – bem como os gráficos do trabalho – por períodos e não de forma constante através do tempo, por julgarmos ser este o modelo mais adequado para apreender como a movimentação da cafeicultura, em suas diferentes conjunturas, acabou por repercutir no mercado de capitais, alterando a composição de seus componentes, quanto à natureza ocupacional dos capitais.

Tabela 9 – Porcentagem por ocupação nos créditos hipotecários concedidos no município de Casa Branca, 1874-1914.

	1874-1884	%	1885-1895	%	1896-1906	%	1907-1914	%
Negociante/comerciante	112,41	6%	321,76	4%	838,78	6%	243,81	3%
Capitalista	222,77	11%	382,48	5%	2965,92	20%	124,63	1%
Proprietário	3,47	0%	228,04	3%	1370,85	9%	797,11	9%
Comissário	156,25	8%	1505,14	19%	2006,08	13%	2392,58	28%
Lavrador	326,40	16%	1820,29	24%	4369,41	29%	1466,00	17%
Banco nacional	1176,00	58%	3275,35	42%	1694,79	11%	1320,10	15%
Banco internacional	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	1621,73	19%
Outros	8,90	0%	160,95	2%	1614,45	11%	603,78	7%
Indeterminado	7,66	0%	27,37	0%	12,41	0%	41,69	0%
Total	2013,85	100%	7721,38	100%	14872,68	100%	8611,44	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Tabela 10 – Porcentagem por ocupação nos créditos com penhores agrícolas concedidos no município de Casa Branca, 1874-1914.

	1885-1895	%	1896-1906	%	1907-1914	%
Negociante/comerciante	29,50	6%	417,26	7%	108,25	2%
Capitalista	68,00	13%	70,50	1%	0,00	0%
Proprietário	0,00	0%	325,00	5%	57,00	1%
Comissário	104,85	21%	4035,47	68%	2497,37	57%
Lavrador	115,50	23%	727,98	12%	166,16	4%
Banco nacional	156,00	31%	40,41	1%	654,40	15%
Banco internacional	0,00	0%	0,00	0%	821,73	19%
Outros	11,60	2%	175,27	3%	25,85	1%
Indeterminado	21,35	4%	172,95	3%	14,00	0%
Total	506,80	100%	5964,84	100%	4344,76	100%

Fonte: Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 5, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Nos livros cartoriais do “Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Casa Branca”, muitas vezes um mesmo personagem aparecia com ocupações diferentes, variando ao longo do tempo. Priorizamos por aquelas denominações que mais se repetiram, salvo no caso dos tidos como “capitalistas”, que uma vez denominados assim, fizemos uso dessa classificação. A designação *capitalista* não pressupunha empréstimos eventuais; enquadrava aqueles sujeitos que praticavam a atividade creditícia com certa constância, uma espécie de agiota nos dias de hoje.

Os *negociantes e comerciantes* correspondem àqueles sujeitos que vivem ou mantêm negócios de compra e venda de mercadorias, seja em escala local ou não, salvo os fazendeiros que possuíam vendas e que foram classificados como “lavradores”. Adiante, destacamos diferentes escalas de atuação nesse segmento, pois em muitos casos havia uma nítida separação entre varejistas, que atuavam no âmbito local, e atacadistas, que possuíam estabelecimentos nos centros urbanos de maior volume.

Quanto aos classificados como *proprietário*, há uma grande alternância nas escrituras, designando: proprietários urbanos, como era mais comum; donos de casas de aluguel ou de prédios para negócios, rentistas e até mesmo proprietários rurais de pequenas poses, tais como os donos de chácaras. Foi o segmento mais lacônico, ou seja, o mais difícil de se avaliar, uma vez que não especificava realmente uma ocupação em si; mas, no geral, foi utilizado para designar um agente do meio citadino.

Reservamos a classificação de *comissários* a todas as empresas ou elementos que atuassem a partir de Santos ou São Paulo, e que se ocupavam com a compra e venda exclusiva do café. A princípio, eram agentes independentes, nos quais prevalecia o caráter pessoal nos negócios; com o passar dos anos, e com o incremento das atividades, transformaram-se em casas com alto grau de especialização nos negócios de compra, classificação e ensacamento do café, atuando não só no mercado nacional, entre o porto e as fazendas, mas também no mercado externo.

Em relação aos *Bancos*, adotamos, *grosso modo*, a designação de nacionais e internacionais, de acordo com a origem de seus capitais. Houve, contudo, uma diversidade significativa quanto à natureza desses bancos que ao princípio eram, em sua maioria, do Rio de Janeiro. Com o incremento da economia cafeeira em São Paulo, tencionou-se para os bancos paulistas a maioria dos empréstimos nessas agências. Mais tarde aparecem os capitais internacionais, investindo diretamente no café – isso após o primeiro plano de defesa que o governo adotou. Houve também um breve surto de bancos locais, principalmente nas cidades do interior, posteriormente ao estabelecimento do Convênio de Taubaté, em 1906.

Optamos por designar os fazendeiros de *lavradores*, pois é assim que mais foram mencionados nas escrituras, referindo-se tanto aos grandes proprietários quanto aos pequenos proprietários, que cuidavam da terra com a própria força de trabalho; não entendemos aqui o lavrador como sendo um trabalhador rural assalariado, mero instrumento braçal.

Colocamos as várias profissões liberais – médicos, advogados, empreiteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, empregados públicos, empregados de companhias ferroviárias, farmacêuticos etc – que de alguma forma escapam das denominações que demos atrás, como *outros*.

A primeira consideração a ser feita é que o crédito no complexo cafeeiro era “multifacetado”, ou seja, subsistiram diferentes modalidades de financiamentos na cadeia creditícia; as mesmas guardavam íntimas relações com os movimentos da atividade cafeeira. É fato, entretanto, que se houve diversidade quanto à origem dos capitais, sendo que as formas de financiamentos mais praticadas foram as hipotecas e os penhores agrícolas, pois em uma conjuntura marcada pela baixa circulação monetária, somente seria possível a concessão de empréstimos com garantias reais, que se alteraram ao longo da expansão cafeeira e das mudanças no cenário econômico: segundo vimos, a princípio, o escravo era o principal bem reclamado como garantia; posteriormente, passou a ser a terra dedicada à plantação de café, bem como seus frutos.

Buscamos, a seguir, explorar algumas facetas de cada uma dessas modalidades de crédito estabelecida no complexo cafeeiro, levando em conta que “seja qual for a moeda e em todos os países do mundo, o prestamista encontra-se no cerne da vida cotidiana” (Braudel, 1995, p.430). Sem o agente financiador dificilmente há desenvolvimento econômico; ele está presente desde o chão da vida, e nem tudo se restringe às regras formais da economia, os arranjos de escala são um traço distinto do avanço do capitalismo tardio, pois “falta o dinheiro, recorre-se ao crédito: improvisa-se” (idem, p.434).

Bancos nacionais e conjuntura financeira: o crédito bancário é para poucos.

A Tabela 9 apresenta uma supremacia dos bancos nacionais, no total de empréstimos efetivados com garantia hipotecária.¹³ Eles

13 As maiores parcelas emprestadas pelos Bancos, até 1895, foram advindas, respectivamente, do Banco do Brasil (Rio de Janeiro) e do Banco de Crédi-

abarcaram, respectivamente, 58% entre 1874 e 1884, e 42% entre 1885 e 1895; decaindo para 11% no intervalo de 1896 a 1906, pois esse período foi marcado por uma delicada conjuntura financeira, decorrente da política governamental deflacionista, seguida pela baixa cotação internacional do café,¹⁴ elevando-se sua participação, mesmo que timidamente, no período posterior ao Convênio de Taubaté, em 1906, que buscou manter a estabilidade e a alta dos preços do produto. Podemos perceber que os bancos emprestavam mais nas conjunturas favoráveis, não arriscando seus capitais em situações financeiras adversas, o que explica o “sumiço” dos empréstimos promovidos pelos bancos nacionais entre 1896 e 1906, retomando a concessão de crédito após a primeira defesa do café: dessa forma, seus investimentos teriam lucros garantidos. Vejamos alguns exemplos de como procediam.

Em 1874, o Coronel Joaquim Benedito de Queirós Teles,¹⁵ morador de Jundiá, contraiu um empréstimo de 80:000\$000, junto ao

to Real de São Paulo. Podemos citar outros que atuaram na região: Banco Mercantil de Santos; Banco da Lavoura e do Comércio do Brasil (Rio de Janeiro); Banco de Crédito Real do Rio de Janeiro; Banco Construtor e Agrícola de São Paulo; Banco União de São Paulo; Banco Industrial Amparense; Banco Hipotecário do Rio de Janeiro. Esses empréstimos foram capitados essencialmente por grandes fazendeiros com propriedades em Casa Branca. Nossas constatações parecem estar de acordo com o *brasilianista* Joseph Love, que afirmou que: “Antes de 1920, era difícil obter crédito hipotecário agrícola por causa do baixo custo relativo da terra como fator de produção, além da limitação representada pela curta duração dos cafezais. Na década de 1880, o crédito agrícola era fornecido principalmente pelo Banco do Brasil e pelo Banco de Crédito Real de São Paulo. Muitas das melhores fazendas estavam hipotecadas. No entanto, os bancos estrangeiros e a maioria dos bancos particulares nacionais mostravam pouca disposição de entrar no negócio hipotecário, de forma que essa forma de crédito representava um constante problema para a maioria dos fazendeiros” (Love, 1982. p.91).

14 “[...] no governo de Campos Sales, mais precisamente a partir de 1899, como resultado da política econômica ortodoxa, a taxa cambial começou a valorizar-se, conjugando-se com uma queda internacional nos preços do café que vinha desde 1896. Superprodução – em função dos estímulos existentes no período do Encilhamento – queda dos preços externos e valorização cambial foram os fatores que deram origem, em 1906, ao primeiro esquema valorizador” (Perissinotto, 1994. p.69).

15 Primeiro e único Barão de Japi. Era filho de Antonio de Queirós Teles, Barão de Jundiá. Foi casado com Maria Januária de Moraes Queirós.

Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. O prazo estipulado para pagamento foi de dez anos, com taxa de juros de 6% a. a. Como garantia real desse empréstimo, hipotecou a Fazenda Santa Maria, situada na freguesia de Casa Branca. Esse estabelecimento rural possuía “484 hectares de terras, 46.000 pés de café, casas de morada, moinho e *várias obras em construção para beneficiar café*”, além de tulha, senzalas e sessenta escravos.¹⁶ Essa escritura nos permite avaliar que: (a) famílias influentes e de grandes posses poderiam recorrer diretamente aos bancos, conseguindo prazos maiores e juros menores do que se fossem conseguidos em outras fontes; (b) o acesso ao crédito era crucial para a estruturação da fazenda, desenvolvimento e modernização da atividade cafeeira; (c) até 1888, os escravos representavam a principal garantia dos empréstimos, uma vez que a terra, mercadoria abundante nesse momento, ainda estava em processo de valorização; recorria-se, assim, aos escravos, que correspondiam a um “bem” mais valioso, o que significa dizer que possuir escravos era garantir acesso a um crédito privilegiado, mais em conta, desviando-se do problema do baixo custo da terra como fator de produção.

Uma outra escritura de empréstimo com hipoteca sinaliza nessa direção. Em 1876, Francisco Benedito Ferreira e sua mulher Escolástica Queiroz Ferreira, filha do Barão de Jundiá, adquiriram, no Banco do Brasil da corte, um crédito no valor de 55:000\$000, com prazo de catorze anos para pagar e com juros de 6% a.a. Como garantia, hipotecaram a Fazenda Santa Escolástica que possuíam em Casa Branca, contendo “968 hectares, 90.000 pés de café, casa de morada, 14 lanços de senzalas novas, paiol, casa de engenho com pilões, ventiladores, tulha, pastos e *cinquenta e seis escravos empregados na lavoura*”.¹⁷ Podemos presumir, desta maneira, que as hipóteses que tecemos antes, amparadas documentalmente, apontam que para aqueles senhores de maiores fazendas e plantéis, são tam-

16 Escritura de hipoteca nº 4. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

17 Escritura de hipoteca nº 14. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

bém maiores as possibilidades de se contraírem empréstimos mais vantajosos, para lá do raio local.

Partindo-se do pressuposto de que os credores exigiam como garantias reais os bens mais valorizados, e sendo essa prática de concessão de empréstimos sob a garantia de escravos, podemos fazer as seguintes constatações: (a) a escravidão, considerada na maioria das interpretações um entrave ao capitalismo, como de certa forma o foi, possibilitou aqui um arranjo fundamental para o avanço da cafeicultura, pois era mercadoria fundamental para se ter acesso ao crédito. Sem a garantia dos escravos, dificilmente teríamos capitais afluindo regularmente para o incremento da economia cafeeira, podendo obstruir seu desenvolvimento; (b) essa necessidade de escravos para garantia dos créditos – além de sua capacidade de trabalho – pode estar na raiz da explicação do acréscimo de escravos em regiões de fronteira nesse instante, como, por exemplo, Casa Branca, que teve aumento considerável no número de escravos, atingindo 200,6%, ou seja, de 2.260 escravos registrados na cidade no ano de 1874, passou para 4.535 em 1885 (Santos, 1980). Eles eram braços para a lavoura, mas não se prestavam só a isso, eram um capital que gerava acesso ao capital-dinheiro via crédito. Esses arranjos levaram mesmo à sistematização de técnicas creditícias, tal como o penhor de escravos.¹⁸

Apreciemos uma dessas escrituras envolvendo dois atores de Casa Branca. Damazo Ribeiro Nogueira, em 1881, forneceu um empréstimo a Venerando Antonio Ribeiro, na importância de 1:255\$000. Para a garantia dessa dívida, o devedor penhorou os escravos José e Rita, devidamente matriculados na coletoria daquela cidade. Não consta o juro e o prazo nesta escritura, mas percebe-se que era uma prática habitual e reconhecida perante a lei.¹⁹

18 Vejamos estas palavras: “Servirá este livro para a transcrição do penhor dos escravos pertencentes as propriedades agrícolas celebradas com clausula constituinte [...]. Casa Branca, 13/12/1878”. Livro de Penhor de Agrícola e de Escravos, nº 5, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca. De agora em diante só o denominaremos como *Livro de Penhor de Agrícola nº 5*.

19 Inscrição de Penhor Agrícola nº 1. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca..

Voltemos à análise dos financiamentos bancários. Em outra concessão de crédito hipotecário, no valor de 120:000\$000, feita pelo Banco do Brasil fluminense ao Tenente Coronel Ignácio Monteiro de Barros, fazendeiro em Casa Branca, verificamos os mesmos juros de 6% ao ano e o prazo de catorze anos para quitação do débito. Para caução desse valor, o devedor hipotecou a Fazenda Santa Eugênia, que possuía:

893 hectares, 142.000 pés de café já formados e 28.000 de dois anos, com caça de morada, assoalhada com varandas, sólida e elegantemente construída e vastas dependências [...] *um puchado para colocação de uma machina a vapor*, uma dita de beneficiar café, terreiro em frente a caça fechados por muros de tijollos, grande terreiro com separação de tijollos, tanques de lavar café [...] *e mais os setenta escravos*.²⁰

Percebemos que esse empréstimo também se efetivou de forma vantajosa, devido às causas já mencionadas: poderosa família da elite que possuía garantias reais valorizadas, como número considerável de cativos e terras com cafeeiros.

Fazendo um parêntese, esse costume estava arraigado por toda sociedade, não sendo artifício só das instituições bancárias. Em 1879, o Dr. Antonio da Silva Prado, de São Paulo, emprestou a soma de 6:000\$000 ao fazendeiro casabranquense Prudente Antonio de Carvalho. Como esse era um crédito não captado em agência institucionalizada, o que aumentava seu caráter comercial, o prazo estabelecido para reembolso foi de um ano, bem menor que o prazo atribuído pelos bancos, e os juros bem maiores, de 15% a.a. A garantia desse crédito hipotecário constituía-se de uma fazenda de 439 alqueires, denominada Santa Mariana, sita na freguesia de Casa Branca, com todas as suas benfeitorias: casa de morada, cafezais e onze escravos.²¹

20 Escritura de hipoteca nº 29. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

21 Escritura de hipoteca nº 31. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Num outro exemplo, agora de 1882, temos o fazendeiro Antonio José Correia, de Casa Branca, que se constituiu devedor da quantia de 46:735\$000 para com o credor dr. Elias Pacheco Chaves, de São Paulo, mediante um empréstimo com juros de 12% a.a. e prazo de três anos. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda Campo Alegre, com duzentos alqueires de terras, campos e mato, e mais 35 escravos.²² Nunca descartando o valor da terra, é evidente a importância dos escravos nessas transações.

Quanto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, “cujo objetivo era o crédito hipotecário de longo prazo – em especial para a lavoura – teve seus estatutos aprovados em 1882” (Saes, 1986, p.77), como eram efetuadas suas operações de crédito?

No ano de 1883, João Carlos Arantes, fazendeiro em Casa Branca, pediu um empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, no montante de 100:000\$000, com juro fixado em 9% a.a. e o prazo de cinco anos para compensação. Consta na escritura que o devedor deu como garantia a Fazenda Morro Alto, localizada na freguesia de Casa Branca, que possuía “1.108 hectares [...] com cinco casas de morada, casa de beneficiar café Lidgerwood, vapor de força de oito cavallos, vinte e nove casas para collonos, sensallas com dez portas e janellas,”²³ e mais 283.300 pés de café, de diferentes idades, variando de 1 a 15 anos, e cinquenta e três escravos.

José Thomas de Andrade e sua mulher Maria Claudelina Vilella, fazendeiros em Casa Branca, realizaram um empréstimo no Banco de Crédito Real de São Paulo, no valor de 50:000\$000, em 1883, a juros de 12% a.a. e com quinze anos de prazo para o pagamento. Como garantia, concederam:

Uma fazenda de lavoura de café com 2.873 hectares [...] contendo 53.000 pés de café, casa de morada, casa para escravos, moinho, monjollo, paiol com fundo de pedras, casa com

22 Escritura de hipoteca nº 69. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

23 Escritura de hipoteca nº 91. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

engenho de serra, casa grande com tulha, machina para café, brunnidor, engenho de cana, e mais sessenta rezes de criar, dez bois de carro, dez cavallos de sella, três bestas de sella, duas ditas de carga, três carros, um carretão e *vinte e oito escravos empregados na lavoura*.²⁴

Vejamus um outro caso, antes de tecermos algumas considerações. Em 1887, o Banco de Crédito Real de São Paulo emprestou 70:000\$000 para Antonio Carlos do Amaral Lapa, fazendeiro residente em Campinas, com prazo de vinte anos para total reembolso e juros de 9% ao ano. Como garantia, o devedor concedeu a Fazenda São José da Boa Vista, situada em Casa Branca, com 1.270 hectares, 110 mil pés de café, máquinas de beneficiar (contendo dois separadores, ventilador, catador, moinho americano e vapor de 28 cavalos) duas senzalas e dezenove escravos empregados na lavoura.²⁵

Nesses exemplos de empréstimos concedidos pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, notam-se práticas bastante similares às do Banco do Brasil fluminense, onde contatamos um crédito voltado tipicamente para os fazendeiros de grande fortuna, donos de verdadeiros latifúndios, baseados em trabalho escravo – mas já mesclado com a mão de obra assalariada do imigrante. Os pequenos e médios cafeicultores, como veremos, não tinham acesso a essa modalidade de financiamento: ficavam reféns de práticas abusivas, restando-lhes um crédito de caráter pessoal e caro. Uma leve diferença entre os dois bancos que mais emprestaram dinheiro para os lavradores de Casa Branca residiu na taxa de juros, sendo mais favorável a convencionada pelo Banco do Brasil, que se manteve em torno dos 6% ao ano, enquanto a do Banco de Crédito Real de São Paulo variou entre 9% e 12% a. a.

Ainda quanto ao financiamento bancário, um movimento mais geral, ou seja, o incremento da cafeicultura paulista em fins do sé-

24 Escritura de hipoteca nº 104. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

25 Escritura de hipoteca nº 161. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

culo XIX, tencionava o mercado financeiro da capital federal para a capital do Estado de São Paulo, que mais tarde se tornaria o principal do país. De acordo com Flávio Saes:

É lícito concluir, portanto, que a cidade de São Paulo tornou-se nos anos oitenta o centro financeiro da Província, prenúncio da progressiva concentração econômica na capital em detrimento especialmente da atividade comercial e financeira situada em Santos. Ao mesmo tempo, a vitalidade econômica da capital parece garantir-lhe crescente autonomia frente ao mercado financeiro do Rio de Janeiro. (Saes, 1986. p.86)²⁶

Fica evidente que a “formação de um capital bancário paulista, ligado ao capital cafeeiro em geral, parece fazer parte, portanto, de um movimento mais amplo de diversificação de suas atividades” (ibidem, p.77). Essa diversificação irá resultar, mais tarde, na formação de dois estratos no interior da elite paulista: um, o *médio capital cafeeiro*, ligado exclusivamente à propriedade rural e à produção de café; e outro, o *grande capital cafeeiro*, ligado a negócios variados dentro do complexo cafeeiro, principalmente nas atividades urbanas como a comercialização, financiamento, serviços públicos etc. Essa divisão irá ter um papel fundamental no campo político, onde residiram interesses conflitantes quanto a medidas governamentais de expansão ou não do crédito estatal: para os lavradores especializados na produção, o governo deveria intervir; mas para os que possuíam negócios diversificados, era interessante a não participação estatal,

26 O mesmo autor apresenta que: “Desse modo, em fins de 1887, o quadro bancário da Província de São Paulo poderia ser assim delineado: São Paulo (Capital): Caixa Filial do Banco do Brasil; London & Brazilian Bank; English Bank of Rio de Janeiro; Banco de Crédito Real de São Paulo; Banco Mercantil de Santos (Agência); Casa Bancária da Província de São Paulo; Banco da Lavoura; Banco Comercial de São Paulo. Santos: London & Brazilian Bank; English Bank of Rio de Janeiro; Banco Mercantil de Santos; Casa Bancária da Província de São Paulo; Banco da Lavoura (Agência); Banco Comercial de São Paulo (Seção). Campinas: Banco Mercantil de Santos (Agência); Casa Bancária da Província de São Paulo; Banco Comercial de São Paulo (Agência)”.

deixando o sistema de crédito comercial funcionar “normalmente”, pois desta forma “liberal” teriam maior lucratividade.

A primeira grande crise financeira, que assolou a economia paulista e que repercutiu sobremaneira no setor bancário, foi a de 1899-1906. Mais adiante, veremos seus reflexos na cafeicultura. Cabe aqui salientar as palavras de Flávio Saes:

Os efeitos da crise bancária de 1901 são particularmente marcantes no Rio de Janeiro. Em São Paulo, no entanto, não deixam de ser sentidos, embora, se prolonguem por alguns anos mais. Em 1906 pudemos encontrar apenas dois bancos com sede na cidade de São Paulo: Comércio e Indústria e Banco de São Paulo. O Bando dos Lavradores tem sua liquidação aprovada em novembro de 1904 e o Banco Construtor e Agrícola, no mês seguinte, reduzia seu capital, prenúncio de posterior encerramento. (Saes, 1986, p.102)

Wilson Cano, que também se debruçou sobre esse assunto, faz a seguinte constatação:

Da vigorosa expansão monetária, que surge com o nascimento da república, se passaria, a partir de 1896, no governo de Prudente de Moraes, a uma política de contenção que, associada à crise do café e a crise cambial, faria com que os rumos da política econômica se mantivessem francamente deflacionistas, tanto no governo Campo Salles (1898-1902) quanto no quadriênio seguinte, de Rodrigues Alves. Cassado o privilégio de emissão, aos bancos, em 1896, e desencadeada a deflação, o sistema atingiria seu ponto crítico em 1900, com a crise bancária, quando vão à falência, nada menos de 17 bancos nacionais. Nesse período (aproximadamente 1896 a 1906) são inúmeras as transformações bancárias que ocorrem, como falências, novos bancos, fusões etc. (Cano, 1977, p.73)

Em São Paulo, apesar de os bancos serem sensíveis ao impacto da crise, acarretando reduções de capital, mais crises e até falências, não desorganizaram profundamente esse setor, como ocorreu no Rio de Janeiro; e isso, porque:

Em primeiro lugar, a dinâmica da economia paulista garantiu-lhe condições de amenizar a crise, dada a existência de cafezais novos, com alta produtividade física e, conseqüentemente, uma margem de lucratividade razoável, mesmo com a queda de preços. Ademais, a indústria paulista, apesar da crise cafeeira, desfrutava de um mercado regional mais amplo que sua capacidade instalada. (Tannuri, 1981, p.124)

Deste modo, segundo Luiz Tannuri, essa crise teve como principal sucedâneo o fortalecimento do mercado financeiro paulista, em detrimento da praça carioca, que sofreu os maiores prejuízos (ibidem, p.128). De forma geral, “na ausência de crises, o sistema bancário executa suas funções satisfatoriamente, pois se limita a conceder créditos ‘comerciais’” (ibidem, p.112). Isso, é claro, no caso daquela reduzida camada social, que tem os devidos *predicados* para aceder ao crédito bancário.

Podemos compreender, desta maneira, o porquê da “fuga” dos empréstimos bancários,²⁷ entre 1896 e 1906, que deriva, em nossa visão, de dois fatores principais: (a) a crise, apesar de ter sido sentida com menor intensidade em São Paulo, repercutiu sim, de forma negativa, no sistema bancário, gerando falências, redução de capitais, mingando a emissão de financiamentos para a cafeicultura; (b) por outro lado, aqueles bancos que se mantiveram “intactos”, não se sentiam seguros em fazer concessão de créditos para o setor agrário-

27 Para os empréstimos bancários efetuados mediante hipotecas, em Santa Cruz das Palmeiras, temos os seguintes números, que atestam a “fuga” dos Bancos: 32% entre 1894 e 1898; 0% entre 1899-1906; 44% entre 1907-1914. Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2 e 2A, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

-exportador, já que o preço do café estava em baixa,²⁸ complicando a saúde financeira das fazendas produtoras da rubiácea, o que aumentava o risco de “calotes”. Assim, no momento em que mais precisavam de um crédito institucionalizado, com menores taxas de juro e prazos mais dilatados, os cafeicultores se viam totalmente desprotegidos, gerando, como veremos, inúmeros casos de falência.

A situação só foi restabelecida depois do Convênio de Taubaté, em 1906. Essa “reunião” contou com a participação dos líderes políticos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cabendo a liderança aos paulistas, os mais interessados nesse plano de valorização. As propostas visavam, principalmente: (a) a desvalorização do mil-réis; (b) a retirada de parte da produção através de compras efetuadas pelo governo, que contrairia empréstimos internacionais para proceder a tais compras, visando elevar o preço do produto; (c) fixar o preço do café em patamares lucrativos, protegendo o setor da especulação.²⁹

Apesar de muitos pontos discutidos e acordados não surtirem o efeito esperado para os cafeicultores, que continuaram reféns da especulação e da falta de crédito agrícola, podemos concordar com Perissinotto e dizer que o “resultado mais imediato e o mais visível da intervenção valorizadora foi a subida do preço do café. Este tinha permanecido estável entre 7,6 e 7,9 cents por libra-peso. Entre 1906 e 1908, passou a 13,8 cents” (Perissinotto, 1994, p.74).

Isso devolveu a confiança dos Bancos nos negócios do café, ou seja, garantida a lucratividade do setor, não teria por que não injetar aí dinheiro. Porém, um capítulo pouco estudado nesse contexto foi o incentivo à criação de Bancos de créditos regionais, na tentativa de diminuir a distância entre os lavradores e as agências institucionalizadas de crédito. Na visão de alguns autores, essa foi uma tentativa frustrada: como era de se esperar, “os lavradores que têm dinheiro (quantos são?) não vão, por espírito de classe emprestá-lo como au-

28 “A crise cafeeira do período de 1895/1906 levou o preço do café de 100\$, em 1893, para 25\$, em 1903” (Perissinotto, 1994, p.47).

29 Para uma discussão mais precisa desse plano de valorização, ver: Holloway (1978); Furtado (2005, p.185-193); Perissinotto, (1994).

xílio aos seus colegas, percebendo exígua remuneração do seu capital, quando podem empregá-lo com muito maior vantagem” (Saes, 1986, p.174).

Todavia, vejamos como se deu a fundação do Banco de Custeio Rural de Casa Branca, e como se davam suas operações de empréstimo. Esse Banco foi fundado em 22 de dezembro de 1909, no bojo das medidas do primeiro plano de valorização do café, e assim contava nos termos de sua abertura:

O Banco de Custeio Rural de Casa Branca, com sede nesta cidade de Casa Branca. São seus fins: attrahir o dinheiro esparso e desaproveitado de sua soma, estimular a formação de economias da população, offerecendo aos depositantes, com a segurança de reembolso o juro igual ao das Caixas Economicas; desinvolver um fundo indivisível de garantias e *emprestar esse dinheiro aos socios para o custeio da lavoura* e outras transações.³⁰

Sendo assim, um dos principais objetivos deste Banco era fornecer crédito aos seus sócios, principalmente para aqueles que viviam da lavoura. Observemos o primeiro contrato realizado por este banco. Em 1910, o Major João Bento de Oliveira Horta, lavrador de Casa Branca, por meio de uma escritura particular, contraiu um empréstimo no Banco de Custeio Rural de Casa Branca, no valor de 8:000\$000 a juros de 6% ao ano. Para garantir o contrato, o devedor penhorou 8.100 arrobas de café, sendo 2.700 arrobas de cada uma das safras de 1910, 1911 e 1912, de sua Fazenda denominada São Joaquim.³¹

A escritura de cessão de crédito com o valor mais alto, que foi subscrita pelo Banco de Custeio Rural de Casa Branca, data do ano de 1912, e traz como devedor Francisco de Almeida Nobre, lavrador residente em São Paulo, que pediu um empréstimo de 48:000\$000,

30 Livro de Abertura de Firmas e Associações. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

31 Inscrição de Penhor Agrícola nº 285. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

com juros estipulados em 6% a.a. O Banco pegou, como garantia, 28 mil arrobas de café de sua Fazenda Santa Christina, localizada em Casa Branca, sendo 9.600 arrobas de cada uma das safras de 1912, 1913 e 1914.³² Ao contrário, a escritura de empréstimo lavrada pelo Banco de Custeio com o menor valor transacionado, data de 1910. Nessa escritura, Joaquim Tomé dos Santos, lavrador de Casa Branca, conseguiu a quantia de 2:000\$000 a juros de 6% a. a., fornecendo como penhor 2.100 arrobas de café, sendo setecentas arrobas de cada uma das safras de 1910, 1911 e 1912, de sua Fazenda Santa Guiomar.

Em dezembro de 1913, segundo as fontes consultadas, ocorre o último empréstimo fornecido pelo Banco de Custeio Rural de Casa Branca. Neste negócio, João Bento de Oliveira Horta recebeu um crédito no valor de 12:000\$000, a juros de 6% a.a. Como garantia, penhorou as safras de sua Fazenda Santa Flávia, calculada em 9 mil arrobas, sendo 3 mil de cada uma das safras de 1914, 1915 e 1916.³³

Diante desses exemplos de empréstimos realizados pelo Banco de Custeio Rural de Casa Branca, podemos tecer algumas considerações: (a) este Banco praticava especialmente transações garantidas com penhor agrícola, não operando no regime de hipotecas, como também foi comum em outras agências da época; talvez por isso conseguia realizar empréstimos com os juros módicos, à taxa de 6% ao ano, quase a metade do usualmente praticado, uma vez que a garantia real era dada em café, uma mercadoria de fácil circulação e bem valorizada até 1914; (b) foram poucas as escrituras que mencionaram o prazo estipulado para o pagamento da dívida; porém, pela documentação arrolada, deduzimos ser comum a este tipo de operação o prazo de um ano, ou, também, acontecia prevalecer o período das safras empenhadas, ou seja, esse era um crédito de “giro rápido”; (c) verificamos que os valores envolvidos não eram altos, se comparados aos empréstimos concedidos pelos Bancos

32 Inscrição de Penhor Agrícola nº 327. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

33 Inscrição de Penhor Agrícola nº 367. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

da capital, o que suscita a hipótese de ser esse tipo de crédito pertinente aos integrantes dos escalões inferiores do capital cafeeiro, isto é, apropriado aos pequenos e médios cafeicultores, pois houve empréstimos de valores diminutos (2:000\$000) e o valor mais alto transacionado foi de 48:000:000.

Essa realidade não foi visível somente em Casa Branca. Na região deste município constatamos, no trato da documentação, a existência de Bancos de Custeio Rural, após 1906, nas seguintes cidades: Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista e São Simão.

De fato, o crédito fornecido por este “tipo” de Banco, em comparação com outras modalidades de crédito, pareceu ser bastante vantajoso para os agricultores, principalmente para aqueles com pequenas e médias propriedades.³⁴ Contudo, o entrave a ser superado era quanto à captação de recursos, que ficava restrito à carteira dos lavradores e da população local, ceifando a possibilidade de se constituir um “caixa” generoso para suportar os empréstimos. Assim, no município em questão, o “sonho” de um crédito agrícola, que fosse realmente benéfico para os lavradores em geral, durou apenas cinco anos. Não tivemos contato com o processo de falência integral do Banco de Custeio de Casa Branca, mas conseguimos uma prestação de conta do mesmo, realizada em 1914, dirigido ao Juiz de Direito do caso, onde: “Os syndicos da massa fallida do Banco de Custeio Rural desta cidade, infra assignados, vem perante V. Exa. Na forma do art. 71 da lei de fallencias, prestar contas de sua gestão”.³⁵ Um crédito “bom”, mas que durou pouco.

Como o empréstimo bancário era restrito a uma pequena parcela do tecido social, outros arranjos foram tecidos para solucionar o problema cotidiano do financiamento, assim, “as formas de crédito

34 Analisando uma propaganda do Banco de Custeio Rural de Franca, fundado em 1911, Pedro Geraldo Tosi apresenta uma outra vantagem nesse tipo de empréstimo: a plena liberdade na venda do café pelos lavradores (Tosi, 2002. p.134).

35 Prestação de contas do Banco de Custeio Rural de Casa Branca, 14/07/1914. Caixa S/D. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

existentes entre 1850 e 1889, período em que claramente predomina o crédito privado, o empréstimo entre indivíduos” (Saes, 1986, p.16).

Desta maneira, uma modalidade de crédito comum na cafeicultura paulista, durante o período em tela, foi a advinda dos *capitalistas*, espécie de agiotas, que emprestavam dinheiro regularmente. Foram responsáveis, de acordo com a Tabela 9, por 11% dos empréstimos com hipoteca, entre 1874 e 1884; 5% entre 1885 e 1895; 20% entre 1896 e 1906; 1% entre 1907 e 1914. No que tange aos empréstimos com penhor agrícola, tiveram participação considerável, segundo a Tabela 10, somente no interstício de 1885 e 1895, com representação de 13%. Vejamos como procediam.

Em 1877, o credor Martinho da Silva Prado, morador e capitalista em São Paulo, empresta 35:000\$000 a Francisco Nogueira de Carvalho, lavrador residente em Casa Branca. Os juros convencionados dessa escritura foram de 12% a.a. e o prazo de vencimento de nove meses. O devedor concedeu como garantia a Fazenda Santa Firmina, situada em Casa Branca, contendo mais de cem alqueires de terras, sendo a maior parte de terra roxa, de superior qualidade, livre de geada, com 40 mil pés de café formados, casas de morar, senzalas, vinte escravos e mais benfeitorias existentes, “confrontando com a Fazenda Santa Mariana, pertencente a Francisco José Prudente Correia, [...] ao norte com a Fazenda Santa Veridiana, pertencente ao credor Dr. Martinho da Silva Prado”.³⁶

Em outra escritura de hipoteca, de 1891, vemos Manoel Olympio Carlos Arantes, capitalista de Casa Branca, emprestando a Antonio Joaquim de Santana, fazendeiro de Casa Branca, a quantia de 40:000\$000, com juros de 8% ao ano e prazo de nove anos para o vencimento.³⁷ O credor recebeu de garantia a Fazenda Cocais, com casa de morada, cafezais, casa para camaradas e colonos, tulha e todas as benfeitorias existentes. Manoel Olympio Carlos Arantes concedeu outro crédito, no ano de 1891, para Justino da Costa e Sil-

36 Escritura de hipoteca nº 21. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

37 Escritura de hipoteca nº 299. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

va, negociante em Santa Cruz das Palmeiras, no valor de 1:500\$000, com juros de 10% a.a., e prazo de dois anos para pagamento. Como garantia, o devedor hipotecou uma casa de morada e um terreno.³⁸

O Conde Antonio Álvares Leite Penteado, que aparece como capitalista em uma escritura lavrada no cartório de Casa Branca, em 1897, emprestou a José Caetano de Lima (Barão de Mogi Guaçu) 120:000\$000, sem juros e com prazo de seis meses para reembolso. Como garantia, o Barão hipotecou uma Fazenda denominada Alegre, contendo setenta alqueires de terra, 65 mil pés de café; propriedade essa confronta com Veridiana da Silva Prado e Eduardo da Silva Prado.³⁹

Podemos, diante desses exemplos, engendrar algumas considerações: (a) de fato, este crédito pessoal foi fundamental para suprir a demanda cotidiana de capitais, arranjos sem os quais a cafeicultura estaria em desvantagem; (b) era um crédito mais “caro”, em algumas situações contando juros de 12% ao ano; mas como este tipo de transação era bem variada, prevaleciam ajustes conforme a quantia emprestada, e, principalmente, quanto ao caráter personalista das relações, que aconteciam mesmo sem juros entre os membros da elite cafeeira, como se deu entre o Conde Álvares Penteado e o Barão de Mogi Guaçu; (c) essa feição, pautada na diversidade de situações, valia também para o prazo praticado, que na maioria das vezes era menor que os concedidos por agências institucionalizadas, mas sempre se ajustando às diversas situações, que, entre parentes, vizinhos e amigos, tinham melhores condições.

O crédito entre a cidade e o campo: o suporte do comércio a lavoura.

Outra modalidade de crédito presente na cafeicultura paulista, e que captamos na documentação pesquisada, foi a desenvolvida en-

38 Escritura de hipoteca nº 321. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

39 Escritura de hipoteca nº 480. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

tre negociantes e agricultores. Analisemos, então, o crédito entre a cidade e o campo, procurando compreender o suporte do comércio a lavoura.

Cabe destacar, nessa ocasião, o papel dos comerciantes, na tentativa de estabelecer a relação entre os de pequeno e os de grande porte, ou seja, entre os atacadistas, geralmente situados nos grandes centros urbanos, e os varejistas, estabelecidos nas pequenas cidades. Estes agentes foram fundamentais na cadeia do crédito, em especial aqueles que atuavam a nível local e regional, já que vendiam as mercadorias a prazo para os cafeicultores, diminuindo sua necessidade por moeda-dinheiro; sendo assim, a expansão da cafeicultura deve muito à participação desses comerciantes e/ou negociantes.

As transações entre comerciantes e lavradores foram de extrema importância para manter a baixa monetarização dos produtores de café, sejam eles grandes ou pequenos, pois estes comerciantes suportavam um longo período de espera – cerca de um ano ou, pelo menos, de safra a safra – até receberem o pagamento daquelas mercadorias utilizadas pelos agricultores ao longo do ano, para manterem a fazenda em pleno funcionamento e a própria subsistência da vida cotidiana, que, por sua vez, dependiam, em grande medida, do fornecimento dos produtos advindos desses *mercadores citadinos*.

Dessa forma, a atuação dos referidos comerciantes se dava em dois patamares distintos. De onde e como os negociantes locais conseguiam dinheiro e mercadorias para sustentarem a demanda de crédito “anual”? E em que bases eram firmadas as relações, na outra ponta, junto aos lavradores?

Nas palavras de Pedro Geraldo Tosi, em estudo sobre a cidade de Franca, na passagem do século XIX para o século XX, percebe-se que:

Nas relações de negócios entre fazendeiros e comerciantes, o conceito de reputação e bom nome era condição necessária ao desempenho da função de comerciante; enquanto critério de suficiência, era completado, no outro lado da relação, pelo crédito que o fazendeiro pudesse auferir. (Tosi, 2002, p.129)

Sendo assim, para que seus negócios se tornassem realidade, mais do que a boa reputação do comerciante, estava em jogo a capacidade destes em fornecerem crédito em moeda corrente, ou mercadorias a crédito para os fazendeiros. Tal fato pode se concretizar na medida em que estes comerciantes locais (varejistas) estabeleceram vínculos com os comerciantes de maior vulto (atacadistas), sediados nos grandes centros urbanos.

Se não fossem esses ajustes em escala, indo dos atacadistas aos lavradores estabelecidos nas cidades do interior do estado, passando, antes, pelos comerciantes locais, esse sistema de crédito dificilmente suportaria o prazo anual comumente utilizado para os pagamentos. Os grandes comerciantes tinham maior acesso ao crédito, principalmente junto aos bancos, obtendo melhores taxas de juros e maiores prazos para suportarem o tempo necessário até à recepção das mercadorias que vendiam. Desta forma, presumimos existir a seguinte estratificação neste elo da cadeia creditícia: grande comerciante – comerciante local – lavrador; esquema que pode ser observado através da análise de algumas fontes documentais, recolhidas no cartório de Casa Branca.

Assim, temos uma escritura de hipoteca lavrada no cartório de Tambaú, em 1897, onde F. Papini & Cia., negociantes estabelecidos em São Paulo, forneceram a quantia de 4:000\$000 a Anicetto Scaravelli, negociante residente em Tambaú, com juros de 1% ao mês e prazo de um ano. O devedor hipotecou um sobrado como garantia junto aos credores, situado na mesma cidade, sobrado esse composto de moradia na parte de cima e contendo os cômodos de seu negócio na parte de baixo.⁴⁰ Deste modo, está claro que o negociante de Tambaú teria condições de suportar um provável crédito anual junto a seus fregueses lavradores.

Melhor exemplo dessas condições favoráveis, facultadas por negociantes estabelecidos nas grandes cidades do complexo cafeeiro aos comerciantes de escala local, pode ser dado através de uma

40 Escritura de hipoteca nº 529. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

escritura de hipoteca, firmada em 1897, no município de Tambaú, entre o credor Vagner Carvalho & Cia., negociante de São Paulo, e o devedor José Justino Fernandes, negociante daquela cidade. O credor forneceu a soma de 2:900\$000, garantida pela hipoteca de uma casa de morada, para ser paga no prazo de um ano; porém, sem juro algum. Eis uma situação bastante confortável dada a este negociante local.⁴¹

Esse exemplo não é único. Vejamos outro, no ano de 1890, em que o credor Francisco Horta, negociante estabelecido no Rio de Janeiro, emprestou a quantia de 5:000\$000 aos devedores Antonio Poli e sua mulher, mediante garantia hipotecária de uma casa de morada, no largo do mercado, na cidade de São José do Rio Pardo. Essa quantia deveria ser reembolsada ao credor no prazo de um ano e meio, sem contar juro algum.⁴²

Esses contratos de hipoteca evidenciam, até certo ponto, uma situação favorável dada aos negociantes locais, pois se constituíam de linhas de crédito com “preços módicos”, disponibilizadas pelos atacadistas, que tentavam manter a lucratividade de seus negócios através do escoamento de mercadorias de forma mais ágil e eficiente. Temos assim, na figura do varejista local, uma perfeita ponte de vazão de produtos do mundo urbano para o mundo rural. É por meio deste agente que grande parte do circuito mercantil cidade-campo pode se realizar de forma eficaz, através da boa reputação e da confiança que dispunham, bem como a capacidade de efetivar vendas com prazos alongados.

Contudo, essa mesma conexão, que possibilitou a passagem de mercadorias do mundo urbano para o rural, também esteve aberta na via contrária, ou seja, possibilitou o escoamento de produtos do meio rural para o urbano. E talvez seja esse o ponto que mereça maior atenção e até justifique o favorecimento que os atacadistas deram aos varejistas das pequenas cidades do interior. A tentativa de monopoli-

41 Escritura de hipoteca nº 522. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

42 Escritura de hipoteca nº 273. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

zação da venda das mercadorias, produzidas no campo, talvez justificasse os empréstimos sem juros vistos anteriormente, na medida em que seria mais lucrativo garantir a comercialização desses produtos – seja o café ou gêneros alimentícios em geral – nos grandes centros.

Para este mecanismo funcionar, era necessária a existência da figura do comerciante local como *intermediário*, que garantiria, através dos contratos de fornecimento junto aos fazendeiros ou lavradores em geral, contrapartidas que prefixavam o monopólio relativo à compra da produção dos mesmos. Para elucidar a questão, vejamos o teor da seguinte escritura.

Em 1895, Luis de Abreu e Lima e sua mulher Maria Constança de Abreu, lavradores residentes em Casa Branca, contraíram um empréstimo no valor de 25:000\$000, com prazo de pagamento estipulado em dois anos e juros anuais de 18%, junto ao credor Bacci & Canquerine, negociantes de Casa Branca. Percebe-se que os pequenos cafeicultores estavam em desvantagem quanto às linhas de crédito, e, por isso, submetidos a juros elevados decorrentes de arranjos locais. O que chama a atenção nessa escritura são as severas cláusulas estipuladas pelo credor, que visam garantir os excedentes produzidos pelos devedores. Este empréstimo possuía como garantia a hipoteca da propriedade rural dos devedores, composta de um sítio com 28 mil pés de café, paiol, tulha, monjolo, pastos cercados, um carro com dez bois, *roça, gado e mais criações*; e ainda todas as benfeitorias existentes e as que crescem; também os *frutos pendentes* dos cafeeiros durante o prazo da dívida hipotecária e enquanto essa não fosse saldada.⁴³

Em trabalho recente, Rogério Naques Faleiros demonstrou que o fazendeiro sempre procurou estabelecer cláusulas contratuais com os “colonos”, de forma a que estes garantissem ficar em suas mãos o poder de comercialização da produção de alimentos intracafeeiros, estreitando, por um lado, o poder de acumulação dos colonos, e, por outro, alargando suas possibilidades de lucro no mercado interno de gêneros alimentícios (Faleiros, 2010, p.246-247). E a negociação dos excedentes monopolizados pelos cafeicultores, posteriormente,

43 Escritura de hipoteca nº 415. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

se realizava com o varejista que havia fornecido, ao longo do ano, os produtos necessários para o bom funcionamento da propriedade, ou seja, “ocorre que parte dos gêneros obtidos junto aos colonos ou parceiros pelos cafeicultores [...] destinar-se-iam ao pagamento de suas dívidas com os comerciantes da cidade [...]” (Teodoro, 2006, p.226).

Fica evidente, em muitos casos, a submissão dos lavradores para com os varejistas que, através da associação destes com os atacadistas (que também poderia ser uma relação de submissão), sustentavam a existência cotidiana dos produtores de café, fornecendo mercadoria com prazo dilatado de pagamento. Esta prática, em compensação, se tornava lucrativa, pois, em muitos casos, assegurava ao comerciante a monopolização das plantações de seus clientes. Esta técnica pôde ser observada também em algumas propagandas de negociantes de Casa Branca.

Antenor Carvalhaes & Comp., estabelecidos à Rua Coronel Lucio, em Casa Branca, eram negociantes de fazendas, ferragens, molhados, roupa feita, sal, ferro, cobre e gêneros do país. Em uma propaganda que fizeram no *Almanach de Casa Branca para 1889*, ressaltaram: “*recebem-se generos á commissão*” (Toledo, 1888, p.8).

Honório de Silos possuía um comércio com o nome “Loja do Progresso”, situada à Rua Tenente-Coronel Silos, em Casa Branca, com armazém de fazendas, ferragens, tintas, couros, arreios, cobre, ferro em barra, molhado, grande depósito de sal e açúcar, farinha de trigo, querosene, cimento e cal de Sorocaba. Em um anúncio no mesmo almanaque destacaram: “*recebe generos à consignação, compra café e mais generos do paiz*” (ibidem, p.142).

Para retificar nossa posição, acreditamos, segundo a constatação de Pedro Geraldo Tosi, que “os negócios privados da cafeicultura [...] não se sustentavam em uma relação pura e simples de confiança, essa era tão somente uma justificativa que encobria a verdadeira fonte de lucro, qual seja: a intermediação nos negócios com café”. E, podemos acrescentar, de outros gêneros alimentícios. A possibilidade de se estabelecer nesse ramo de negócios abria uma série de vantajosas possibilidades, buscada até mesmo por muitos agricultores que, como veremos, tentaram diversificar seus negócios, para não cair nessas “armadilhas” e para valorizar o capital cafeeiro.

O crédito no mundo dos grandes fazendeiros: a divisão dos riscos como estratégia.

Passemos, agora, à análise do crédito no mundo dos grandes fazendeiros,⁴⁴ onde, como já adiantamos, um traço foi marcante: o acesso ao banco não se estendia, de forma majoritária, a toda sociedade.

É sabido que não só de grandes propriedades viveu o complexo cafeeiro paulista. Ele é muito mais coerente se observado do ponto de vista de um mosaico, onde predominavam, lado a lado, propriedades de tamanhos distintos, sejam elas grandes, médias ou pequenas, o que refletia sua capacidade produtiva diversa. Contudo, a “grande propriedade era a regra na franja pioneira e o grande senhor, o latifundiário, continuava a ser o pioneiro do café, como já o havia sido no vale do Paraíba, nos arredores de Campinas ou no relevo montanhoso de Amparo” (Monbeig, 1984, p.177).

Dada a importância desses grandes fazendeiros, tornam-se necessárias algumas linhas a respeito do modo como financiavam suas produções de café. Depositaremos aqui nossas atenções, em duas possíveis vertentes da cadeia do crédito, que englobava esses agentes, senhores de grandes plantações: tentaremos avaliar as principais fontes de crédito que permitiam a manutenção dessas notáveis empresas, ou seja, as fazendas de café; examinaremos, também, como estes foram importantes fornecedores de crédito local, analisando, a forma como emprestavam seus rendimentos.⁴⁵ Para desenvolver tal tarefa, focaremos nossa análise em duas figuras: Antonio da Silva Prado e Antonio

44 A respeito das unidades de produção cafeeiras, adotamos aqui a seguinte classificação: *grandes*, com mais de 100 mil pés/ propriedade; *médias*, de 20 mil a 100 mil pés/ propriedade; *pequenas*, até 20 mil pés/ propriedade (Lapa, 1998, p.46-47).

45 Segundo hipotecas do município de Rio Claro, temos as seguintes “fontes de créditos para a lavoura (1850-1859): Fazendeiro e comerciantes de Rio Claro: 6%; fazendeiros e comerciantes do restante de São Paulo: 14%; exportadores e comerciantes, Santos e Rio de Janeiro: 80%” (Dean, 1977, p.48). Em nossas análises referentes ao município de Casa Branca, chegamos aos seguintes dados, quanto à importância dos fazendeiros na concessão de crédito hipotecário: 16% entre 1874-1884; 24% entre 1885-1895; 29% entre 1896-1906; 17% entre 1907-1914. Denota-se, assim, a importância dos lavradores na cadeia creditícia, pois, como veremos, eles mediavam o crédito entre os Bancos da capital e os tomadores de crédito local de menores posses.

José Correia (Barão de Rio Pardo). O primeiro, componente do *grande capital cafeeiro*, e o último, ligado ao *médio capital cafeeiro*.⁴⁶

Desta maneira, veremos, ao longo da exposição que, segundo Monbeig:

Longe estava o fazendeiro médio de possuir a fortuna de um Prado, de um Queirós Teles, de um Toledo Piza, de um Alves Lima. Participa, entretanto, do sistema, partilhava suas maneiras de ver, sem perceber que, em mais de um ponto, não coincidiavam seus profundos interesses forçosamente com o dos outros. (Monbeig, 1984, p.142)

Estas diferenças de pertencimento ao capital cafeeiro, guardadas as particularidades que os aproximavam em alguns casos, como veremos, refletiram-se nas diversas formas de financiamento praticadas, nos diferentes *níveis* apresentados, ao que se pressupõe, desde já, que as linhas de crédito fossem mais acessíveis àqueles que estavam vinculados ao grande capital cafeeiro.

Alguns trabalhos evidenciaram uma estrutura na cadeia do crédito, marcada por diversos intermediários, sobrepostos entre o cafeicultor e o mercado internacional, onde o café, no caminho da fazenda à xícara, passaria pelas mãos de comissários, corretores, ensacadores, exportadores, onerando, como era de se esperar, o produtor, que arcaria com todos os riscos da produção agrícola e ainda veria “rarear” parcela importante de seus lucros nesse cami-

46 Uma observação, na esteira de Sérgio Silva, se faz necessária quanto essa divisão entre grandes e médios capitais. “Em seu conjunto a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais. Isso é verdade se consideramos cada capital individualmente. Porque o desenvolvimento do capital cafeeiro desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grande capitais e capitais médios. À sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra” (Silva, 1986. p.55).

inho *infecundo*, do seu ponto de vista, de comercialização.⁴⁷ Mas na teia mercantil, e na esfera multifacetada da produção resultante do complexo cafeeiro, ver-se-á que nem sempre predominaram estas relações de sangria para os integrantes do grande capital cafeeiro.

Começemos com o Conselheiro Antonio da Silva Prado.⁴⁸ Este personagem foi uma das principais figuras do grande capital cafeeiro-

47 “A estrutura do comércio de exportação de café, em São Paulo, era semelhante à que se formara no Rio de Janeiro: A) fazendeiro; B) comissário; C) ensacador; D) corretor e E) exportador, atividade em que predominava o capital forâneo, principalmente, o norte-americano. Eram poucos os fazendeiros que também exerciam as demais atividades, e a maior ocorrência de casos em que ele exercia mais de uma, se limitava até o serviço de comissariar os negócios cafeeiros, dado que o capital externo praticamente controlava a exportação de café” (Cano, 1977, p.70-71). Ainda, para elucidar essa sangria de recursos da produção: “Taubay nos dá preciosos informes relativos à questão, deixados por Van Delden Leaerne, referentes aos anos de 1885, segundo os quais, só as comissões, fretes e carretos absorviam quarenta por cento da saca de café” (Tannuri, 1981. p.23).

48 “O conselheiro Prado, como é conhecido, é um dos homens mais eminentes de São Paulo, pela sua cultura e pelos seus trabalhos. Nascido em 1840, formou-se em Direito em 1861, iniciando então a sua carreira jornalística que foi brilhante. Em 1865, foi eleito deputado à Assembleia Provincial de São Paulo, e durante as sessões dos anos de 1869, 1872 e 1889 foi delegado pelos seus colegas para a Câmara dos Deputados do Império no Rio. Em 1877 foi presidente da Câmara Municipal de São Paulo; em 1885, a convite do barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros do Império, dirigiu com brilho e grande patriotismo a pasta da Agricultura, sendo então feito conselheiro d’Estado. Como ministro, muito contribuiu o conselheiro Prado para o voto da lei de 21 de setembro de 1885, que declarava livre todo escravo maior de 60 anos; foi esse o primeiro passo para a abolição da escravatura. Em 1887, era nomeado senador do Império e, quando o senador João Alfredo assumiu a chefia do Gabinete de 10 de Março, que devia efetuar a abolição definitiva da escravatura no Brasil, Antonio Prado tomou conta da pasta dos Negócios Exteriores; em seguida, a da Agricultura e por último a das Obras Públicas. Em 1888, foi presidente da Assembleia Provincial de São Paulo e, em 1889, proclamada a República no Brasil, retirou-se da política, dedicando-se à agricultura, à indústria e à finança. Viajou muito pelo estrangeiro. Em 1898, criava-se o cargo de prefeito municipal de São Paulo, e era para ele eleito, por unanimidade e por três anos, o conselheiro Antonio Prado. Reeleito quatro vezes, exerceu aquelas funções até 1910. A ele se deve o saneamento e embelezamento de São Paulo, cidade que ora rivaliza com as mais adiantadas do mundo. O dr. Antonio Prado é presidente de diversas grandes empresas, tais como: Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais; Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos (com o capital de £240.000); Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e outras. Foi ele o encarregado, pelo Governo de São Paulo, de negociar o empréstimo de £15.000.000 para a valorização do café, o qual teve pleno êxito” (Lloyd, 1913. p.39-F).

ro. Possuía participação em vários setores do complexo cafeeiro, tais como: na produção do café (era dono da fazenda Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras); na comercialização (era um dos proprietários de umas das maiores casas exportadoras de café do país, a Prado, Chaves & Cia.); no transporte (com ações na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na qual, por vários anos, esteve à frente como diretor) e no financiamento (sendo um dos fundadores do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo).

Sendo assim, em vistas de sua ação plural no conjunto dessa economia, não é por menos que tivesse os canais de financiamentos para sua produção facilitados. Vejamos uma escritura de penhor agrícola firmada, em 1915, entre este eminente empresário paulista, como devedor, e o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, como credor; ela foi realizada em uma conjuntura internacional delicada para a lavoura cafeeira nacional, motivada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Neste contrato, o Conselheiro Antonio Prado solicitou junto ao banco a quantia de 160:000\$000, celebrado a juros de 10% ao ano (abaixo dos 12% anuais praticados mesmo em uma conjuntura desfavorável) pelo prazo de um ano (como era factível, nos contratos de penhor agrícola, tendo em vista que a garantia empenhada seria a safra de café, cuja colheita é de regime anual). Para garantia desta dívida, foram dados em penhor os frutos de café da fazenda Santa Veridiana, a serem colhidos no ano de 1915, sendo a safra estimada em 40 mil arrobas. Se já não bastassem, até aqui, esses “benefícios” de juros abaixo dos praticados e com acesso a fontes de crédito, como os bancos, que eram somente para agentes do topo da cadeia mercantil, ainda há dois itens no contrato que chamam a atenção, pois corroboram a hipótese de “favorecimento” auferida àqueles fazendeiros fundidos ao grande capital.⁴⁹ Observemos essas cláusulas.

Consta na escritura o seguinte: “que, para todos os efeitos legais, o valor dos fructos dados em penhor é estimado e deter-

49 Inscrição de Penhor Agrícola nº 60. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro e Imóveis de Santa Cruz das Palmeiras.

minado pelos contractantes, por mútuo e expresse accordo em 200:000\$000, a razão de 5\$000 a arroba, depois de beneficiado”. Esta determinação averbada em cartório diz respeito ao valor dos frutos dado em penhor, que em muitos casos não era firmado de antemão, ainda mais em uma conjuntura econômica delicada, pois estando os principais mercados consumidores do café nacional em guerra, quem iria garantir que os preços se manteriam ao final do contrato (?), uma vez que a tendência era de queda nas cotações da saca no mercado mundial. Ainda diante deste mesmo contrato, encontramos uma evidência bastante curiosa e complacente para com o devedor, no caso o Conselheiro Antonio Prado, já que estabelecia “que todo o café da safra sujeita ao penhor, será beneficiado e remetido a Companhia Prado, Chaves & Cia., que a venderá”.

Este contrato mostra, com clareza, que o citado componente do grande capital cafeeiro usava todo o rol de influência, e todos os artifícios disponíveis em sua carteira variada de investimentos, para manter a lucratividade nas operações realizadas no seio do complexo cafeeiro, dominando cada fase desse circuito, pois possuía, como vimos, a fazenda, a ferrovia (podemos deduzir aqui que o café negociado na escritura anterior foi transportado no *seu* Ramal de Santa Veridiana, que ligava os trilhos da Paulista à porta de sua fazenda), e possuía também, dizíamos, o banco e a casa comissária (uma das maiores exportadoras de café do país). Dificilmente este ator seria afetado pela *sangria na produção*, que atingia a maior parte dos fazendeiros *especializados* apenas num segmento da cadeia produtiva, e teria sempre maiores condições de suportar momentos de crise, pois lucrava em vários setores.⁵⁰

Descendo uma escala na hierarquia dos *produtores*, encontramos alguns agentes de extrema importância a nível local e até mesmo

50 Em uma fala proferida por Immanuel Wallerstein, citando a visão de Fernand Braudel sobre o capitalismo, podemos compreender a questão da seguinte maneira: “Braudel mostra claramente que os grandes especialistas procuram sempre fazer tudo: o negócio, a produção, a finança. Só estando estabelecido em todos os domínios é que se pode esperar levar vantagens monopolísticas. Só os fracassados se especializam, só eles são apenas comerciantes ou apenas industriais [...] A vantagem e a superioridade do capitalismo é a possibilidade de escolha” (Braudel, 1989, p.104-105).

regional. Figuras que desempenharam importante papel na política Imperial e Republicana, mas que elegeram, de acordo com suas forças econômicas, um raio de ação assentado nas cidades do interior, porém vinculado ao *locus* de seu poder rural, ou seja, não extravasavam o espaço dos seus domínios territoriais; atuavam num raio de abrangência no qual o centro era a fazenda, onde residiam. Podemos dizer que compunham os estratos subalternos da elite cafeeira, mas eram importantíssimos elementos de ordenação local.

Neste rol de personagens, é possível citar o Barão de Rio Pardo, figura de destaque no município de Casa Branca. Vale ressaltar que esses personagens especializados na produção sempre estiveram em desvantagem do ponto de vista econômico, pois eram dependentes do capital mercantil e estavam agrilhoados ao crédito, conforme expõe Raymundo Faoro:

Neste mundo, que a prodigalidade do fazendeiro não disfarça, o agricultor não passa [...] do “empregado agrícola que o comissário ou o acionista de banco tem no interior para fazer seu dinheiro render acima de 12%”. A lavoura é o parceiro que paga mas não desfruta. O primeiro dos mecanismos [...] pelos quais a agricultura sustenta uma classe importante da sociedade, é o crédito. O antigo fazendeiro trabalhava para o traficante que lhe fornecia escravos, como o atual trabalha para o correspondente (comissário) ou para o banco que lhe adianta capitais. Uma boa parte da riqueza nacional é eliminada do país pelo comércio de exportação, cujos lucros ficam em parte no estrangeiro, mas uma boa porção dessa riqueza pertence de direito aos que fornecem a lavoura de capitais. Estes alimentam nas cidades uma considerável clientela de todas as profissões. (Faoro, 2001, p.478)

Procuramos investigar as fontes documentais para descobrir: (a) se guardavam relações verossímeis com a explanação feita anteriormente, de modo a compreender se, de fato, o fazendeiro aparecia como um prisioneiro do crédito, sofrendo a expropriação por parte daqueles que forneciam capitais para a lavoura; (b) se, constatada tal expropriação,

evidenciar como a mesma ocorria; (c) apontar as formas utilizadas pelos lavradores, para romper tal situação de dependência.

Iniciemos com o teor da seguinte escritura de hipoteca, lavrada em 1889, envolvendo o Banco de Crédito Real de São Paulo, como credor, e o Barão de Rio Pardo, como devedor; escritura essa no valor de 110:000\$000, juros anuais de 6% e prazo de quinze anos, com destaque para as características dos imóveis hipotecados:

Fazendas agrícolas de café [três fazendas no município de Casa Branca: Campo Alegre, Santana da Serra e Serrinha], com uma superfície de 1.410 hectares, dividindo com o conselheiro Antonio da Silva Prado [...] contendo 230.000 pés de café, uma casa de morada mobiliada, uma dita para administrador, uma tulha, uma estribaria, uma casa para negócio, doze casas para colonos, casa de machinas (descascador, despolpador, ventilador de aço, catador, separador, locomovel de força de oito cavallos, moinho americano), três tanques cimentados e quatro tulhas para café; um terreiro ladrilhado fechado de tijollos, umacasacommonjolloemoinho, dezcasasparaempregados, uma olaria, três carros, uma carroça, cinquenta bois de carro, duas reses de criar, dois muares, oito cavallos, e vinte egoas de raça.⁵¹

Analisaremos, agora, alguns pontos que julgamos pertinentes. Como é de notar, esses grandes fazendeiros especializados na produção de café, pertencentes aos estratos do *médio capital cafeeiro*, ou seja, exclusivamente ligados à terra, também tinham acesso a fontes institucionalizadas de crédito, uma vez que eram proprietários de extensas posses, e como já foi exposto, estavam bem relacionados com figuras da elite, como Antonio Prado, que na escritura aparece como vizinho de suas terras.

Outro ponto a destacar é que, tratando-se de uma escritura de hipoteca, os juros eram menores relativamente aos do mercado que,

51 Escritura de hipoteca nº 236. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

em média, ficavam em torno de 1% ao mês, e com prazo maior para o reembolso, ou seja, quinze anos para liquidação da dívida. Mas como esta é uma escritura de hipoteca, não temos acesso à forma como a produção desses 230 mil pés de café poderia ser comercializada.⁵² Assim, podemos recorrer a outras escrituras, onde se explicita a dependência do médio capital cafeeiro, ou seja, aquele ligado exclusivamente à propriedade da terra, como o Barão de Rio Pardo, em relação aos intermediários do café. Para tanto, se faz necessário um exame acurado de tais escrituras.

Em 28 de setembro de 1898, o Barão de Rio Pardo contraiu um crédito hipotecário junto à casa exportadora Neumann, Geep & Co., Ltda – com sede em Londres e filial em Santos desde 1887 – no valor de 250:000\$000, com juros anuais de 12% e prazo de dois anos no que respeita ao pagamento. Para garantia da mesma, o devedor hipotecou as fazendas “Campo Alegre” e “Serrinha”, agora com 350 mil pés de café, evidenciando que perderiam parte de seu lucro na comercialização, que ficaria a cargo de outrem.⁵³

Seguindo o mesmo raciocínio, podemos ver, de forma mais clara, semelhante atitude de transferência da capacidade de negociação do café para casas comissárias, que abocanhavam fatia valiosa dos lucros do produtor, mediante contrapartidas contratuais de cessão de crédito. Em outra escritura de penhor agrícola, de 31/12/1898, envolvendo como credor a casa comissária Lara Campos, Toledo & Cia., de Santos, e o Barão de Rio Pardo, como devedor, observamos que o Barão teve que penhorar junto à casa credora 15 mil arrobas

52 Dentro do complexo cafeeiro e de uma economia agrário-exportadora, como era a que se encontra aqui em questão, boa parte dos lucros se realizavam na esfera da circulação, denotando uma dependência do produtor local especializado para com os grandes centros comerciais e seus respectivos agentes. “Esta dependência, que é constitutiva à economia cafeeira, se repõe alimentada por dois fatores fundamentais. De um lado, os investimentos para a formação do cafezal eram vultuosos e seu prazo de maturação bastante longo; de outro, a estrutura de comercialização e financiamento, por causa do maciço investimento inicial, revelava-se altamente concentrada, ao contrário da estrutura da oferta do café. O fazendeiro estava preso [...] à dominação do capital mercantil” (Mello, 2009, p.56).

53 Escritura de hipoteca nº 594. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

de café pendentes da safra de 1899 e 1900, para receber a quantia de 50:000\$000. Os juros anuais convencionados eram de 12% e o vencimento ocorria no prazo de um ano.

Estes exemplos são lapidares para diagnosticar a dependência que, mesmo no caso dos grandes fazendeiros do interior paulista, existia em relação aos comissários e às linhas de financiamento advindas dos grandes centros financeiros do complexo cafeeiro; esses financiamentos estabeleciam contrapartidas contratuais, em muitos casos perniciosas àqueles ligados exclusivamente à lavoura, pois redundavam na subordinação do capital agrário ao capital mercantil.⁵⁴

Uma estratégia utilizada por esses membros do *médio capital cafeeiro*, foi “repassar” o crédito contraído nos grandes centros aos lavradores e outros agentes de menores posses, valendo-se da inexistência de fontes de financiamento estabelecidas no interior. Esse “vácuo de capitais”, para ser empregado, pode se preencher por aqueles que tinham acesso a estes centros; porém, repassavam o capital sob um regime, mais sufocante ainda, que podemos chamar de *divisão dos riscos*, isto é, escolhiam recursos financeiros com juros baixos, e acrescentavam um valor a esse dinheiro que repassavam a outros fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros atores locais. Vejamos um exemplo.

Para facilitar a compreensão, escolhemos duas outras escrituras de hipotecas que envolvem o próprio Barão de Rio Pardo, com o objetivo de estabelecer essa ponte entre uma modalidade de crédito de âmbito restrito a fazendeiros de maiores cabedais – crédito esse captado em agências institucionalizadas da capital paulista –, e transferindo à escala local através de um crédito pessoal, com taxas de juros superiores. Contemplemos os exemplos que apresentam tal modelo.

54 “É inegável, portanto, que esse desamparo no qual vivia o fazendeiro deixava-o à mercê do capital comercial, dando a este último poderes para determinar o preço do café no nível mais baixo possível, apropriando-se da maior parte do excedente produzido pelos fazendeiros. É inegável também que o problema do crédito não recebeu nenhuma solução final durante o período, o que não deve ser visto como mero descuido por parte dos governantes, mas como indicação da força política do capital comercial” (Perissinotto, 1994, p.48).

No ano de 1900, o Barão de Rio Pardo, lavrador residente em Casa Branca, assumiu um crédito hipotecário no valor de 500:000\$000 junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, com taxa de juros convencionada em 10% ao ano e com prazo de pagamento datado em vinte anos. Como garantia, ofereceu um imóvel rural denominado Campo Alegre, com 472 alqueires e 420 mil pés de café.

Em 1902, entretanto, o mesmo Barão, agora como credor, cedeu a quantia de 7:500\$000, ao devedor Francisco Aleixo de Carvalho e sua mulher Waldomira Nogueira de Carvalho, lavradores em Casa Branca. Para garantir este crédito, o devedor hipotecou uma parte de terras de campos e matos com um pequeno cafezal ao credor. Porém, o que mais chama a atenção e corrobora nossa hipótese de *divisão dos riscos* é a taxa de juros acordada, no valor de 12% ao ano e, mais, o prazo de seis anos para o vencimento da dívida.

Resta, ainda, explicar um dado de certa forma “original”: no interregno de 1896 e 1906, justamente o mais crítico para os lavradores, eles foram responsáveis por 29% dos financiamentos, constituindo-se no “segmento” que mais dinheiro emprestou nessa conjuntura. Mas como explicar tal circunstância? Pensamos ser este fato decorrente de duas proposições: (a) da capacidade de *autofinanciamento* de alguns fazendeiros decorrente da alta lucratividade que alcançaram no período anterior, que foi marcado pelas condições favoráveis proporcionadas pelo Encilhamento, como dinheiro farto e desvalorização cambial, e também pela ótima condição da produtividade cafeeira local, como terras propícias, clima favorável, idade dos pés de café, técnicas mais avançadas etc. (Vilardo, 1986); (b) do fato de muitos lavradores dependerem exclusivamente da venda do café para “sobreviver”, e o preço do mesmo estar em baixa, diluindo seus lucros, bem como da incapacidade de aumentar sua própria produção, pois os riscos seriam maiores: uma forma encontrada foi emprestar dinheiro aos “colegas cafeicultores”, estabelecendo contrapartidas contratuais que garantissem a ele a safra alheia; assim, aumentavam o volume comercializado, sem correr o risco com novas plantações.

Nosso propósito foi, desta forma, tecer as linhas que ligam as diversas escalas de lavradores de café, alinhavando-os de certa forma a uma cadeia de crédito fortemente hierarquizada, cujo topo era ocupado pelo *grande capital cafeeiro*, que diversificava suas atividades no cume da cadeia mercantil, com fácil acesso às linhas de crédito existentes; esse grande capital ia perpassando a uma escala inferior, onde é dominante a figura do grande fazendeiro – atrelado ao *médio capital cafeeiro*, especializado e preso à produção de café –, porém, também dominado pelo capital mercantil, que, através das relações de crédito, tinha sua safra aliciada. Na base, encontramos os pequenos lavradores, que sofriam ainda mais com o artifício da *divisão dos riscos* que era utilizado pelos integrantes do *médio capital cafeeiro*, na tentativa de romper com a dominação que sofriam do capital mercantil. Esses pequenos cafeicultores não tinham muitas escolhas para captar o crédito em nível local e, por isso, acabavam presos a esta “armadilha”, onde os juros elevados os colocavam na situação bastante desconfortável de dependência face aos credores.

O manancial peculiar do crédito à cafeicultura: as casas comissárias

Até aqui, arrolamos algumas das modalidades de crédito mais comumente estabelecidas na economia paulista; porém, os mananciais peculiares do crédito para a cafeicultura foram as casas comissárias. “A conjuntura foi tão propícia à ampliação da produção de café em São Paulo que as Casas Comissárias se multiplicaram de 19 em 1870, para 57 no final do século” (Vilardo, 1986, p.43).⁵⁵

55 A mesma autora, Franceschina Vilardo, cita que, em fins do século XIX, as casas que atuavam em santos eram: “1. Freitas, Lima, Nogueira & Comp.; 2. Marques, Valle & Cia.; 3. Queiros Ferreira & Azevedo; 4. Junqueira Guimarães Leitão & Cia.; 5. Ernesto Whitaker & Cia., 6. J.D. Martins; 7. Gomes, Godinho & Cia.; 8. João Procópio, Irmão & Cia.; 9. Delfino Martins & Cia.; 10. Almeida Mello & Cia.; 11. J. Conceição & Cia.; 12. Levy, Álvaro & Cia.; 13. Correa, Irmãos & Cia.; 14. Ig. Penteado; Pamplona, Priester & Cia.; 16. Queiroz, Barros & Cia.; 17. João Osório; 18. Belmiro R. Moraes e Silva; 19. Pinto de Almeida & Cia.; 20. Cerquinho, Rinaldi & Cia.; 21. Angerami,

É lugar-comum na historiografia, a respeito do complexo cafeeiro sobre o papel desempenhado pelas casas comissárias junto ao cafeicultor. Com um sistema de crédito pouco estruturado por parte das políticas governamentais, a solução para expandir a produção foi a de ir encontrando arranjos alternativos. As figuras locais tiveram importância significativa, mas a figura do comissário acabou por constituir um dos principais agentes fornecedores de crédito. Tal fato se explica em consequência da organização espacial deste complexo econômico agroexportador, onde a produção era realizada em áreas do interior e a comercialização efetivada nos grandes centros, com saídas para o litoral, exigindo a figura do intermediário entre o produtor e o mercado internacional.⁵⁶

Nossa análise se volta à tentativa de compreensão das formas estabelecidas nesses contratos entre comissários e produtores de café, objetivando correlacionar os nexos causais de tais práticas, diagnosticando a quem mais interessava e quem mais lucrava com estas relações financeiras. A primeira questão é saber se os comissários atuavam diretamente junto aos fazendeiros, ou se possuíam intermediários nesses negócios.

Demasi & Cia.; 22. Souza, Pinto & Cia.; 23. Toledo, Assumpção & Cia.; 24. Monteiro de Barros & Cia.; 25. J.F. de Queiroz Telles; 26. Dellfino Ribeiro; 27. J. Cordeiro; 28. Soares de Camargo & Cia.; 29. Silveira Cintra & Cia.; 30. Barbosa Pontes & Cia.; 31. Francisco Salles Pupo; 32. Lara Campos, Toledo & Cia.; 33. D. Carvalho & Cia. 34. Rafael Sampaio & Cia.; 35. Junqueira & Cia.; 36. Santos Cobra & Cia.; 37. Hermes Lima; 38. B. Villela & Cia.; Romano, Irmão & Cia.; 40. F.A. Coutinho; 41. Amaral & Lara; 42. Souza Franco & Cia.; 43. A. Bastos & Cia.; 44. Malta & Cia.; 45. Cunha Bueno & Cia.; 46. Meira Botelho & Cia.; 47. Dauntre & Cia.; 48. R. Alves, Toledo & Cia.; 49. Raposo Irmãos & Cia.; 50. Leite & Santos; 51. Victor Meirelles; 52. Alves Lima & Cia.; 53. Ferreira da Rosa & Cia.; 54. Leme Ferreira & Cia.; 55. Lara Campos & Cia.; 56. Seraphin Leme & Cia.; Raul Carvalho & Cia” (p.43-44).

56 “Mas o significado do comissário na organização do grande negócio de café não se esgota por ter sido o *pivot* da comercialização em massa. Articulado a esse traço de sua atividade, aparece um outro, que aumentou a importância de sua figura: seus interesses, que eram o de fazer passar por suas mãos a maior quantidade possível de café, fizeram-no participar da montagem e custeio das fazendas, invadindo a própria área da produção, financiando-a” (Franco, 1997. p.173-174).

Segundo Wilson Cano, os comissários desempenharam um papel importante na atividade cafeeira, principalmente em sua fase inicial e até à Primeira Guerra Mundial, atuando como “banqueiros” dentro de um sistema financeiro ainda em vias de constituição. Contudo, o autor também aponta para a situação crítica que passaram, alguns comissários, nos momentos de crise de preços e da política deflacionista dos primeiros anos do século XX (Cano, 1977, p.71).

Rodrigo da Silva Teodoro (2006), em trabalho recente acerca da estrutura do crédito no município de Franca, diagnosticou que houve uma mediação entre os comissários e os fazendeiros, residindo na figura do capitalista local o intermediário desse negócio.⁵⁷ “A conclusão a que se chega é que o comissariado deveria atuar de forma coordenada com os capitalistas locais [...]” (ibidem, p.109). Dado o intrincado sistema das unidades de produção dentro do complexo cafeeiro, como já afirmamos, é bem possível que tal estrutura seja uma realidade, ainda mais em uma cafeicultura como a de Franca, baseada na média e na pequena lavoura. A hipótese mais plausível seria a baixa rentabilidade dessas casas em uma região produtora pulverizada em plantações médias e pequenas, elegendo, para isso, um agente local que administrasse seus investimentos. Porém, temos que fazer algumas ressalvas quanto a essas afirmações peremptórias, válidas, como expõe o autor, no caso de pequenos valores envolvidos.

Tal constatação da existência de intermediários pode ser comparada, e acrescida, por exemplos de diferentes formas de atuação dessas casas comissárias em outras localidades, onde existiam grandes lavouras de café, presumindo que tenham atuado nestas de forma mais direta, sem necessitar da escala de outros agentes. Para

57 O autor, calcado na realidade do município de Franca, afirma com sólida documentação, que “com base nestes números [66% do total de empréstimos feitos por casa comissária a capitalistas locais] e nos relatos anteriores que associam os comissários a usurários locais, que até certo ponto, aqueles não lograriam estender sua influência sobre as localidades do interior sem o auxílio dos capitalistas. Não podemos afirmar com certeza se a totalidade dos comissários dependia desta intermediação, mas este tipo de associação parece ter se intensificado durante a economia pós-plano de valorização” (Teodoro, 2006, p.107).

contrapor essa realidade, de mediação do capitalista local, vejamos o caso do município de Casa Branca e região.

Uma lista dos principais cafeicultores elucida a estrutura das propriedades de Santa Cruz das Palmeiras, no ano de 1906 (desmembrada de Casa Branca em 1881): Antonio Álvares Leite Penteadado, 806 mil pés de café; Eduardo da Silva Prado, 737 mil; Antonio da Silva Prado, 550 mil; João Carlos Leite Penteadado, 550 mil; Condessa Monteiro de Barros, 335 mil. Em Casa Branca, no ano de 1919: Cel. Christiano Ozório de Oliveira, 1.790 mil pés de café; Coriolano de Lima, 430 mil; Bento Ribeiro Nogueira, 360 mil; Cel. Prudente José Corrêa, 197 mil; Luciano Ribeiro Nogueira, 192 mil.

Percebe-se, desta maneira, que a região era *locus* da grande lavoura cafeeira, e abrigava nomes do alto escalão da elite paulista; por isso, como veremos, seria inviável a estes – muitas vezes aparecendo mesmo como proprietários de casas comissárias – a intermediação de capitalistas em suas negociações.

Os dados colhidos no cartório de Casa Branca, a respeito da participação dos comissários na massa de hipotecas firmadas na região, revelam a seguinte proporção: 8% entre 1874 e 1884; 19% entre 1885 e 1895; 13% entre 1896 e 1906 e 28% entre 1907 e 1914. A porcentagem da participação direta do comissário no financiamento do fazendeiro é bem maior que a de Franca, porém em um ponto se encontram: o acentuado aumento verificado, após o plano de valorização de 1906. Em Santa Cruz das Palmeiras, o crédito hipotecário, envolvendo os comissários, é da seguinte monta: 34% entre 1894 e 1898, 43% entre 1899 e 1906 e 4% entre 1907 e 1914. Percebemos também uma maior atuação destes agentes no município; porém, uma tendência que tem sentido contrário ao de Franca e ao de Casa Branca é quanto à diminuição destes no período posterior ao Convênio de Taubaté; a explicação reside na busca direta de crédito junto aos bancos, eliminando aqui a intermediação dos próprios comissários, dada a composição da elite cafeeira ali estabelecida: membros do *grande capital cafeeiro*.

Rodrigo Teodoro não referiu uma fonte mais adequada para mapear a participação dos comissários na cadeia do crédito: as es-

crituras de penhor agrícola. Uma vez que os comissários estavam mais interessados na comercialização dos frutos pendentes dos cafeeiros, é cabível que tenham se dedicado e se especializado no crédito com penhor, pois envolvia um prazo menor que os praticados nas hipotecas, ou seja, em torno de um ano (safra a safra). Para corroborar nossa hipótese, vejamos os números arrolados segundo a análise quantitativa dos livros de penhor do município de Casa Branca: 21% entre 1885 e 1895; 68% entre 1896 e 1906 e 57% entre 1907 e 1914. Porcentagens bem mais elevadas, que demonstram a atuação *direta* dos comissários na região em questão.

Uma das principais casas comissárias que atuou na região de Casa Branca foi a Prado, Chaves & Cia., estabelecida na cidade de São Paulo.⁵⁸ Vejamos alguns exemplos de como ela atuava. No ano de 1895, essa casa comissária emprestou a considerável quantia de 1:145:000\$000, com juros de 12% ao ano, aos proprietários da fazenda Brejão, Dona Veridiana Valéria da Silva Prado e Doutor Eduardo Paulo da Silva Prado, com a garantia hipotecária da fazenda e de todas as suas benfeitorias, como cafezal com 700 mil pés de café, frutos, máquinas de beneficiar, casas de moradia e de colonos. O prazo do contrato era de um ano e os devedores deveriam entregar todo o café ao estabelecimento comercial da firma credora. Devido às cifras envolvidas no contrato, podemos perce-

58 Essa companhia foi fundada em 1890 por grandes proprietários de fazendas de café. “Eram, a princípio, comissários; depois, dedicaram-se à exportação. A firma compõe-se dos sócios dr. Antonio da Silva Prado, dona Anezia Chaves, João Pinto Machado Portella, dr. João Conceição, dr. Paulo Prado, dr. Ernesto Ramos, Carlos A. Monteiro de Barros e d. Albertina Prado. Possui vários depósitos nesta cidade [São Paulo] e em Santos, onde tem máquinas aperfeiçoadas para bonificar e classificar café antes de ser exportado. No ano de 1910, foram os srs. Prado, Chaves & Cia. os maiores exportadores, embarcando cerca de 1.500.000 sacas de café. [...] Todos os sócios que compõem a firma são proprietários de fazendas. D. Albertina Prado é proprietária da bem conhecida fazenda de Guataparã, no município de Ribeirão Preto, Estação de Guataparã, a qual é servida por uma linha particular, e onde há para cima de 2.500.000 pés de café. Ao dr. Antonio da Silva Prado pertencem diversas fazendas, das quais a mais importante é a de Santa Veridiana, que mede 5 000 hectares e tem 500 000 pés de café” (Lloyd, 1913, p.39-F).

ber que não era um crédito “ruim” para os devedores, muito menos para os credores, mas aqueles teriam de se sujeitar a entregar sua produção à casa comissária, perdendo na comercialização do produto.⁵⁹

Em outro crédito fornecido pela casa comissária Prado, Chaves & Cia., no ano de 1904, ao Coronel Ignácio Augusto Monteiro de Barros, proprietário da fazenda Santa Eugenia, no valor de 50:000\$000, com juros de 12% ao ano, vemos outra estratégia da empresa que, ao conceder o crédito ao fazendeiro através de um penhor agrícola de 12 mil arrobas de café, impôs ao devedor severas cláusulas contratuais, como: entregar a fazenda a um administrador, da confiança do devedor, mas indicado pelo credor, “ficando esse administrador com poderes desde já conferidos na actual escriptura para agir com interna liberdade na dita fazenda Santa Eugenia”.⁶⁰

Nesses dois exemplos de épocas diferentes – uma no período que antecedeu a efetiva crise e outra no momento da crise –, vemos que as relações de crédito eram intimamente marcadas pelo contexto nacional e internacional. Outro ponto importante a ser considerado é que, em ambos os exemplos, há uma conotação de parentesco entre devedores e credores, pois os proprietários da casa comissária em questão tinham ligações familiares com os devedores, e, mesmo com severas imposições feitas no empréstimo com penhor do Coronel Monteiro de Barros, ainda assim este manteve o acesso à fonte de crédito no auge da crise.⁶¹

59 Escritura de hipoteca nº 2. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

60 Inscrição de Penhor Agrícola nº 11. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

61 É comum, quando se trata de crise na cafeicultura, aludir-se à crise de 1929. Contudo, houve períodos delicados pelo qual passou a economia cafeeira antes mesmo desta data. Ressalta-se, tendo em vista essa questão, que a crise mencionada aqui é referente ao momento que se segue, de 1898 a 1906. Ela é decorrente dos baixos preços praticados no mercado internacional, da alta produção nacional e de políticas econômicas “desastrosas” levadas a cabo pelo governo republicano. É cessada, parcialmente, em 1906, com a realização do Convênio de Taubaté, onde os fazendeiros paulistas, mineiros e fluminenses pedem a intervenção estatal, com o objetivo de “salvar” a cafeicultura (Cano, 1977; Holloway, 1978; Netto, 1979).

Outra questão toma corpo: de onde advinham os capitais das casas comissárias? No final do século XIX, estas casas já contavam com uma estrutura muito mais sofisticada do que aqueles *simples comissários*, do início da marcha do café no Vale do Paraíba, que não podiam entrar no jogo final da exportação. Ainda na esteira das elucidações de Rodrigo da Silva Teodoro, podemos dizer que este autor intuiu acertadamente quanto à “primeira parte” da sua estrutura creditícia, ou seja, os comissários dependiam do capital bancário.⁶² Observemos um exemplo bastante elucidativo.

Em 1898, a casa comissária estabelecida em São Paulo, Prado, Chaves & Cia., contraiu um empréstimo, no valor de 2:000:000\$000, junto ao Banco de Comércio e Indústria de São Paulo. Na ocasião, foi representada pelo sócio-gerente, dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, e, pelo conselheiro Antonio da Silva Prado, que hipotecou sua fazenda Santa Veridiana para garantir o crédito. Os juros firmados foram de 10% ao ano; curiosamente, a dívida não tinha prazo fixo de vencimento, o que era muito conveniente para os devedores, sendo que esse privilégio pode ser explicado pela fusão dessas famílias frente ao banco e à respectiva casa comissária, evidenciando, mais uma vez, as estratégias de atuação da *elite paulista*,⁶³ tratada aqui como típica representante do *grande capital cafeeiro*.

É cabível que essa estruturação da cadeia do crédito tenha auferido grandes lucros para uns poucos participantes que se situavam no topo da cadeia mercantil. Os reflexos dessa acumulação e concentração de renda foram extremamente perniciosos para os produtores ligados exclusivamente à lavoura de café – bem como para os municípios onde residiam, cabendo o papel de “exportadores de riqueza” – pois perdiam os espaços privilegiados no jogo das trocas,

62 O esquema proposto pelo autor é o seguinte: bancos → comissário → capitalista → fazendeiro (Teodoro, 2006, p.103-104).

63 Emprega-se o termo *elite* aqui em sua versão braudeliana, significando o grupo privilegiado de atores que ocupam o topo da hierarquia social de determinada sociedade, gozando “o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários, convergem para eles” (Braudel, 1996a. p.415).

limitado aos capitalistas de moldes braudelianos, que dominavam os principais circuitos da riqueza na *economia-mundo do complexo cafeeiro*. E podemos acrescentar que:

Correlatamente à sua dependência para com o comissário, houve a quase impossibilidade de desenvolver-se a capitalização no setor agrícola. Terminado o ciclo da produção, o lucro auferido escapava do sujeito diretamente empenhado nesse processo e rumava para aquele que o dominava à distância. [...] No balanço final das coisas, o grande arruinado foi o fazendeiro. (Franco, 1997, p.18)

Além da casa comissária Prado Chaves & Cia., outras atuaram de forma incisiva em Casa Branca: Gaffrée & Guinle; Marques Valle & Cia.; Penteadado & Dumont (substituída por Ignácio Penteadado & Cia.); Raphael Sampaio & Cia.; José Leão de Sillos & Cia.; Monteiro de Barros & Cia.; Neumann, Geep & Co.; Lara Campos, Toledo & Cia.; Floriano Ferreira & Irmãos; Souto & Cia.; J.D. Martins; João Osório; A. Bastos & Cia.; J. Levy & Cia.; Ferreira da Rosa & Cia.; Ferreira Junior & Saraiva; Brazilian Warrent Company Limited; Junqueira Guimarães Leitão & Cia.; Uchoa & Cia.; J. Bernardes & Cia. etc. Veremos, no capítulo seguinte, mais detalhes da atuação das mesmas. Adiantamos que boa parte delas tinha relações de parentesco com os lavradores da região ou possuíam propriedades cafeeiras no município.

O crédito para os Bancos: as moedas fortes sustentam o sistema

Tentamos apreender, desta maneira, o máximo de relações possíveis acerca das formas de financiamento, demonstrando como se teciam os laços na multifacetada cadeia do crédito. Uma pergunta toma corpo: se os bancos eram tão importantes para a manutenção do sistema de crédito, de onde vinham seus capitais, além dos acu-

mulados com a produção cafeeira? Vejamos a concessão de crédito para os bancos, ou seja, como as moedas fortes sustentam as *economias-mundo*.

Antes de falarmos, à guisa de conclusão deste segundo capítulo, sobre as moedas fortes, vale mencionar algumas palavras a respeito do seu inverso, ou seja, das *moedas fracas*. O fato é que a reprodução da vida de parcela significativa da população rural interiorana não travava nenhum tipo de contato com as instituições oficiais de crédito, submetendo-se esta população, composta em sua maioria por pequenos produtores, à captação de recursos junto a fazendeiros e financistas locais, em relações que se aproximavam da “agiotagem”, ou a um determinado tipo de crédito de vizinhança, salientando que algumas destas relações não eram necessariamente permeadas pelo dinheiro, mas simplesmente pela abertura de algum crédito em caderneta ou nas “Vendas” das fazendas ou bairros rurais.

É-nos dado um exemplo desta estratégia na dissertação de mestrado de Fábio Augusto Missura, que trata da atuação de Costa Machado, um eminente cafeicultor de São José do Rio Pardo. Nesse trabalho, o autor nos mostra alguns casos em que o fazendeiro em questão conseguia levar adiante suas atividades econômicas, sem o uso extensivo da *moeda corrente*.

Analisando 140 cadernetas de contas de colonos de uma das fazendas de Costa Machado, a Vila Costina, entre 1891 e 1892, demonstra uma situação de endividamento destes para com o fazendeiro, dívida oriunda principalmente dos gastos dos trabalhadores no armazém (Venda) da fazenda. Mas o colono não poderia escapar a esta armadilha simplesmente buscando adquirir os artigos pretendidos de outras fontes, como os comerciantes da cidade? Vejamos o que afirma Missura:

Os colonos tinham liberdade para fazerem suas compras onde preferissem. O fazendeiro, por sua vez, procurava controlar o monopólio de seu negócio, evitando que nenhum concorrente se estabelecesse na vizinhança. Na fazenda Vila Costina desenvolveu-se um artifício bastante curioso como forma de manter o

colono preso ao armazém e à farmácia (havia uma farmácia dentro da fazenda): criou-se uma espécie de moeda interna, que o colono recebia como vale; como esse vale dificilmente era aceito na cidade o trabalhador não tinha outra alternativa a não ser gastá-lo no armazém da própria fazenda. (Missura, 2003, p.46-47)

Pensamos ser este artifício utilizado pelos fazendeiros uma importante fonte de *lucros*, mesmo não envolvendo moeda sonante, uma vez que eliminava a necessidade de contrapartidas monetárias, em uma sociedade onde o capital era, muitas vezes, *caro*. Tal mecanismo, que consistia inicialmente na abertura de uma “venda” na fazenda, foi utilizado até mesmo em fazendas de figuras pertencentes ao *grande capital cafeeiro*, como Veridiana da Silva Prado e Eduardo da Silva Prado, respectivamente mãe e irmão do conselheiro Antonio da Silva Prado. No ano de 1901, no auge de uma das maiores crises do setor cafeeiro, estes personagens montaram um negócio de compra e venda de “fazendas, secos, molhados, calçados e outros artigos” na Fazenda Brejão, situada no município paulista de Santa Cruz das Palmeiras, propriedade essa com mais de 730 mil pés de café.⁶⁴

Fica claro, assim, que numa ponta importante das negociações os fazendeiros não recorriam diretamente ao uso de moeda circulante, substituindo-a pelas denominadas *moedas fracas*, ou seja, outras formas de “moedas”, como os vales e os empréstimos em caderneta, que tinham uma circulação restrita, mas eficiente para suprir a falta de capitais e para “amarrar” os colonos às fazendas.

Percorrendo, até aqui, este trajeto a respeito das modalidades e as hierarquias do crédito no complexo cafeeiro, não nos limitamos a arrolar as diversas formas de financiamentos efetuadas; procuramos fazer uma análise histórica das mesmas junto aos diferentes setores desta economia vista, aqui, como a entende Braudel, dividida em três andares:

64 Livro de Registro de Firms ou Razões Sociais de Santa Cruz das Palmeiras, de 3/10/1900 à 12/04/1957. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

Um nível elementar denominado vida material, ao rés do chão, marcado pela permuta, local das soluções civilizacionais, visando a própria manutenção da existência. É neste nível que as moedas fracas sustentam o cotidiano, como, por exemplo, através da criação de vales para solucionar a falta de numerário nas fazendas.

Subindo os degraus, chegamos ao segundo andar, denominado economia de mercado, onde acontecem as trocas dos excedentes produzidos no primeiro andar, local de barulho, de regularidade, da transparência, do comércio habitual, do mercado, das trocas efetuadas num raio curto – e por isso exigente quanto a um tipo de moeda mais robusta e ativa, como o mil réis, que pode se atrelar à economia nacional – porém, seus agentes são altamente especializados, sofrendo com isso o peso de uma concorrência que os priva de maiores possibilidades de acumulação de capital e, assim, de tocar o terceiro andar.

O terceiro andar é o local privilegiado de poucos participantes, amplamente diversificado, onde seus agentes conseguem “mascarar” as trocas via constituição de monopólios, minando a concorrência ordinária, e garantindo maiores margens de lucros, efetuadas sempre em relação aos desnivelamentos de mercado, garantindo a acumulação e a concentração de capitais nas mãos de uma minoria. Não observamos em todas as civilizações a existência de elites? Elas não se fazem sem os prejuízos dos “habitantes de baixo”. Aqui já estamos na escala do comércio internacional, dos longos caminhos percorridos pela mercadoria, do comércio inusual, que não se realizaria sem instrumentos especializados de créditos para garantir a circulação e a realização do circuito do capital, assentado em moedas fortes, o que vale dizer, em nosso contexto, a libra, o franco e, em breve, o dólar.

Complementando esta visão das hierarquias sociais, base das desigualdades econômicas, temos na forma de modelo a constituição do conceito de *economia-mundo*, sendo que, no lugar dos atores sociais, podemos encaixar os países e suas cidades dominantes, suas capitais econômicas, ocupando cada qual seu lugar na divisão internacional do trabalho, uns mais especializados na base e outros mais plurais, quanto às possibilidades de realização e investimentos do capital.

É evidente que o complexo cafeeiro paulista depende da economia mundial, sendo nítido o lugar de pertença que nos cabe e sem a qual não haveria a realização completa do capital, ou seja, um país pertinentemente especializado em criar um produto de exportação: o café. Como podemos abarcar esta realidade, que até então foi exposta como um *modelo*? Isso é possível, mais uma vez, recorrendo às fontes documentais elencadas para a análise. Verifiquemos nosso último exemplo, encarregado de atrelar e dar sentido ao conjunto, desnudando a realidade subjacente no documento e no âmago da estrutura econômica mundial da qual fazemos parte; a esta pergunta também para os bancos: as moedas fortes sustentam as *economias-mundo*.

Em 1909, o Banco de Crédito Real de São Paulo contraiu um empréstimo junto à Société Financière et Commerciale Franco-Brésilinne, sociedade formada com capital de 5 milhões de francos, sediada em Santos, atuando no comércio de importação e exportação.⁶⁵ Esta escritura foi lavrada no 2º Tabelião de São Paulo, e computava os juros anuais de 10% e prazo de vencimento de um ano. Para garantia deste crédito hipotecário, o Banco de Crédito Real de São Paulo ofereceu duas fazendas de café estabelecidas na comarca de Casa Branca, que passaram ao poder do banco mediante um processo de falência, ocorrido em 1906, contra seus antigos donos, que foram obrigados a dar o bem hipotecado para saldar a dívida.⁶⁶

Podemos dizer que esta escritura pertinente constitui um documento-síntese, pois revela toda hierarquia da economia-mundo

65 “A sociedade tem agências em todos os centros principais do Brasil. A diretoria da sociedade acha-se à Rua Chauchat, 5, em Paris. São seus representantes em Londres, à Rua Cannon, 112, os srs. Fry Miers & Co., e em New York, William E. Peck & Co., Broad Street, 116. Compõe-se a diretoria dos srs. Pierre Girod, presidente, em Paris; Ch. Pairson, delegado-administrador; Allen C. Nathan (Londres), Samuel Fry (Londres), Edward W. Wysard (São Paulo), e William Smith Wilson (São Paulo). [...] O gerente em Santos é o sr. Ernest StrocKmeyer, que reside no Brasil há 15 anos e é gerente em Santos desde a formação da Companhia. O sr. StrocKmeyer é muito conhecido nos círculos comerciais e membro de várias instituições locais. Em 1908-1911, foi cônsul da Áustria” (Lloyd, 1913. p.39-F).

66 Escritura de hipoteca nº 1020. Livro de Inscrição Especial nº 2D. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

na qual se sustenta o complexo cafeeiro paulista, que, como vimos, pode ser entendido como uma *microeconomia-mundo*, subordinada à economia europeia dominante. Percebemos, nitidamente, que saímos da periferia dessa economia-mundo, ou seja, Casa Branca, município extraordinariamente especializado na produção de café, passando ao polo desse complexo econômico, que é a cidade de São Paulo, com uma economia já em parte diversificada, sendo causa e efeito da realização do capital cafeeiro que, dadas as possibilidades, pode se transformar em capital industrial, financeiro, comercial ou agrário novamente, dependendo da escolha de seus agentes. Contudo, a constatação principal reside na entrada de *moeda forte*, via agência internacional, em um banco nacional, que por sua vez irá derramar esse capital nas formas explicitadas até aqui, incumbindo-se de azeitar as engrenagens do sistema e de sincronizar o complexo cafeeiro paulista ao tempo do mundo. Para finalizar este capítulo, usemos as palavras de Braudel:

As técnicas do dinheiro, como todas as técnicas, correspondem pois a uma *procura* expressa, insistente, longamente repetida. Quanto mais um país é economicamente desenvolvido, mais ele amplia a gama dos seus instrumentos monetários e dos seus instrumentos de crédito. Com efeito, na unidade monetária internacional, as sociedades têm cada qual o seu lugar, umas privilegiadas, outras a reboque, outras pesadamente penalizadas. O dinheiro é a unidade, é também a injustiça do mundo. (Braudel, 1995, p.437)

3

PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

Dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de status entre doador e donatário, desigualdades que em certas circunstâncias podem se transformar em hierarquia.

(Godelier, 2011, p.23).

Especialização do crédito e da produção: o lavrador como limite, os arranjos locais como solução

Os movimentos da cadeia do crédito expostos no capítulo anterior evidenciam algo patente: o comércio paulista assentado no café não foi um circuito fechado em si mesmo, pelo contrário, ele assentou num raio internacional de troca que envolveu, desde a base, parte crucial do sistema, gêneros *in natura*, mercadorias variadas, dinheiro vivo e crédito. Esse mercado de crédito trabalhou com instrumentos variados também, realçando as diferentes voltagens que operam no circuito, indo das moedas fracas às moedas fortes, e vice-versa. Podemos dizer que foi uma música a várias vozes.

Anteriormente destacamos os distintos agentes que operavam no multifacetado mercado de capitais. Cabe agora evidenciar a outra face da mesma moeda: os devedores. No intervalo temporal em pauta, quem eram os tomadores de crédito na sociedade de Casa Branca? Além desse diagnóstico, procuramos também compreender os impactos dessa estrutura hierarquizada da cadeia creditícia na região, ou seja, tentamos observar como tal hierarquia se refletiu e desempenhou um papel fundamental na constituição das redes

urbanas; no caso, nas cidades interioranas baseadas na produção do café. Uma análise da Tabela 11 destaca o rol dos devedores:

Tabela 11 – Percentagem por ocupação dos devedores nos créditos hipotecários concedidos no município de Casa Branca, 1874-1914.

	1874- 1884	%	1885- 1895	%	1896- 1906	%	1907- 1914	%
Negociante/ comerciante	26,51	1%	1757,44	23%	215,57	1%	295,21	3%
Capitalista	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	16,00	0%
Proprietário	13,31	1%	324,01	4%	430,47	3%	243,11	3%
Lavrador	1952,19	96%	5508,14	72%	13353,19	89%	6736,96	78%
Outros	33,62	2%	64,48	1%	889,15	6%	1329,16	15%
Indeterminado	7,66	0%	34,76	0%	32,55	0%	0,00	0%
TOTAL	2033,29	100%	7688,83	100%	14920,91	100%	8620,44	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Desta maneira, em contraposição à cadeia multifacetada dos credores, temos uma especialização do crédito quase que absoluta quanto aos devedores. Aproximadamente a totalidade das ocupações dos devedores esteve integralizada pela categoria dos lavradores, que, como salientamos, correspondiam aqueles dedicados à lavoura de grande, médio ou pequeno porte. Sua participação efetiva teve uma queda moderada ao longo do período em tela, fato derivado em parte: (a) a uma pequena diversificação das atividades desses agentes, que já se dedicavam a outros negócios, principalmente como profissionais liberais; (b) ao próprio avanço da fronteira, sendo que Casa Branca correspondia, na década de 1910, a uma região onde a cafeicultura se encontrava “consolidada”, não atraindo mais capitais como no tempo em que era “frente pioneira”.

Em vista desse panorama, podemos perceber que houve uma hierarquia na cadeia mercantil do crédito, cujo topo foi ocupado pelo *grande capital*, nacional e/ou estrangeiro, tendo como fonte os grandes centros financeiros onde a diversificação dos investimentos é realidade, como por exemplo Londres e São Paulo, o primeiro hierarquizando o segundo, até chegar à órbita do complexo cafeeiro, nas cidades especializadas na produção do café, como Casa Branca. No próprio município as hierarquias se mantiveram, pois o *grande capital* esteve acessível aos lavradores locais de maiores posses, ativando as transformações e a expansão das atividades, inserindo outros agentes que participaram de forma mais modesta, mas não menos importante, na reprodução e na acumulação do capital cafeeiro. Essa estruturação fica evidente quando observamos as hipotecas e penhores agrícolas, já que na grande maioria eram realizadas tendo como garantias a propriedade rural ou o café. Os Gráficos 6 e 7 evidenciam a forte especialização do município:

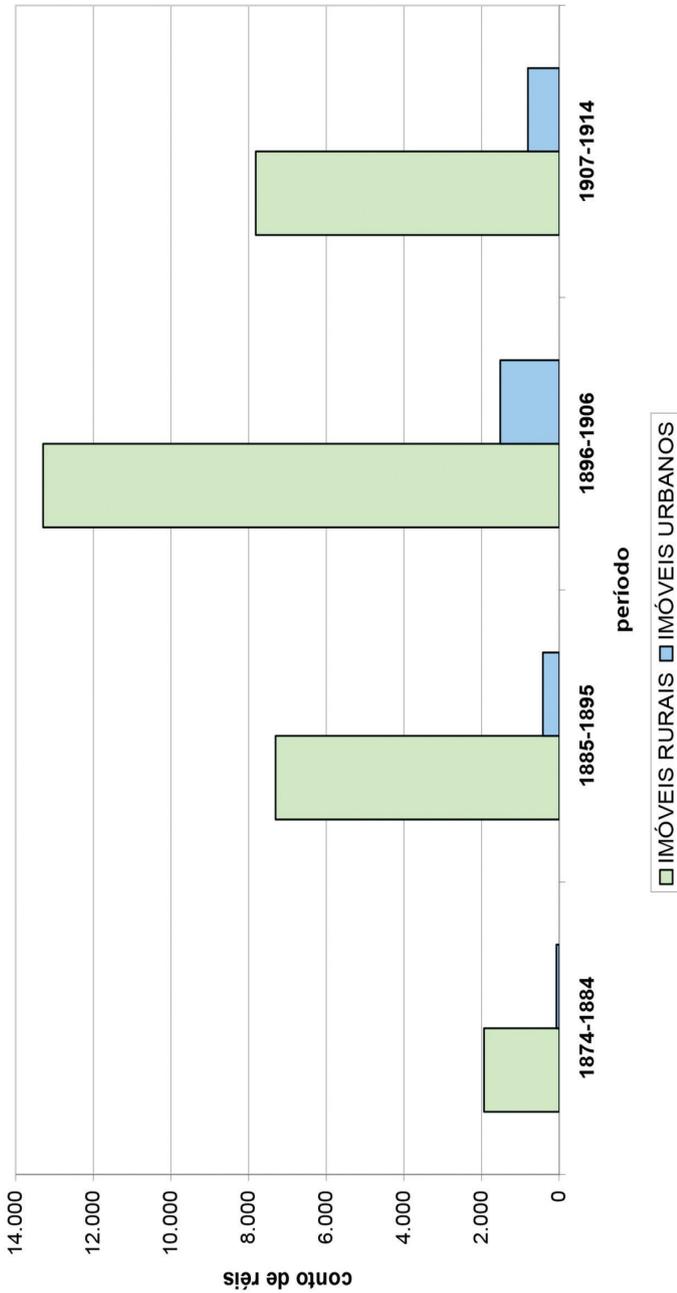


Gráfico 6 – Proporção por tipo de bem hipotecado no município de Casa Branca, 1874- 1914.

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Com o fim da escravidão em 1888, que ceifou a possibilidade de hipotecar ou penhorar um dos bens mais valiosos que os cafeicultores possuíam, ou seja, os escravos, e com o avanço do processo de valorização e mercantilização da terra destinada a plantações de café, observamos uma vigorosa especialização da produção e do crédito¹ na região, contribuindo para agravar sua situação de dependência para com as oscilações do preço do café no mercado internacional, bem como as vicissitudes inerentes da própria cultura cafeeira, alternando anos de “alta e baixa” produtividade, exposição a geadas e pragas, eventualidades do clima, entre outros riscos que eram “jogados” nas mãos dos lavradores. Apesar do incremento dos empréstimos com garantia urbana, sinal da dinamização dos negócios citadinos reclamado pelo complexo cafeeiro, não houve uma supremacia do meio urbano sobre o rural, reforçando nossa hipótese de cidade especializada exclusivamente na produção de café.

1 Quanto às noções de *especialização relativa da produção* e a *especialização absoluta ao nível do crédito e da circulação*, julgamos pertinentes as palavras do próprio autor: “Buscamos construir esta síntese trabalhando com duas categorias, quais sejam, ‘especialização relativa ao nível da produção’ e ‘especialização absoluta ao nível do crédito e da circulação (transportes)’, que se referem, respectivamente, ao potencial dinamizador e diversificador criado pela cafeicultura ainda no plantio das árvores e à criação de demanda que deu sentido a um processo de integração do mercado interno no âmbito do estado de São Paulo, e à disponibilidade quase que exclusiva de crédito à atividade nuclear e à vinculação quase que direta entre companhias ferroviárias e produção cafeeira” (Faleiros, 2010, p.22).

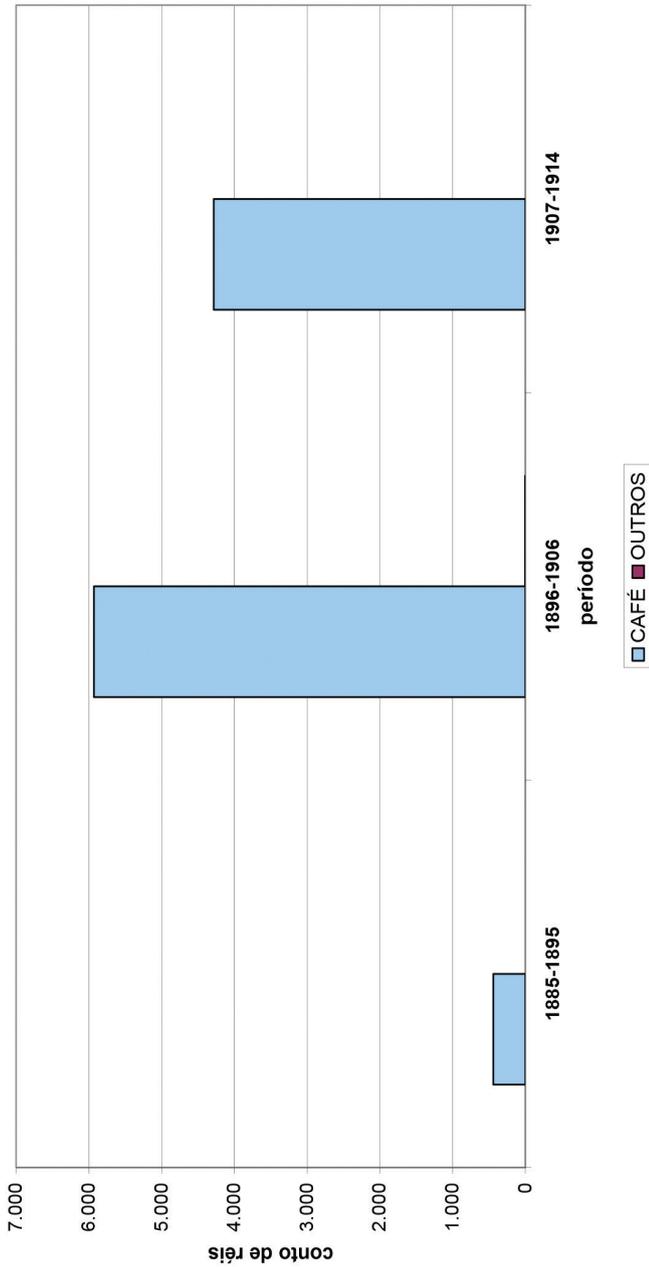


Gráfico 7 – Proporção de bens penhorados no município de Casa Branca, 1885-1914.

Fonte: Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob número 5, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

O café, haja vista, foi o produto absoluto exigido nos penhores. Em raríssimos casos apareceram outros bens, como: máquinas de massa e de cerveja, gado, porcos, carro de boi, entre outros, denotando a importância do produto nas relações creditícias. Em boa parte desses contratos de penhor explicitava-se o direito que os credores possuíam de comercializar os cafês dos devedores, fato pouco observado nas hipotecas.

Algumas escrituras amalgamavam hipotecas e penhores, ou seja, os credores garantiam seus empréstimos com a propriedade rural “em si” e também passavam a ter direito de comercializar o café produzido pelo devedor. O predomínio das propriedades rurais nos registros com hipoteca sinalizava uma garantia maior frente às oscilações que poderiam ocorrer no mercado cafeeiro, havendo a possibilidade de o preço do fruto ser puxado para baixo em conjunturas adversas.

Podemos observar uma grande valorização da terra como fator de produção ao longo do período estudado, fato corroborado pela supremacia dos imóveis rurais nas hipotecas. No valor dessas propriedades estavam incluídas várias benfeitorias, responsáveis por manter o bom funcionamento das unidades de produção, que chegavam a ter casas de morada, casas de colonos, terreiros para secagem do café, tulha, pomar, paiol, casa de máquina com seus respectivos maquinismos para beneficiar café, moinho, monjolo, entre outras benfeitorias. Vejamos um exemplo de como os bens hipotecados eram descritos com minúcia:

[...] uma casa de morada, uma casa de machina, uma dita de tijollos e telhas, uma dita para moradia do administrador, uma dita para tulha de café, uma dita para engenho, coberta de telhas com vinte e dois metros de frente e onze de fundos com uma machina Lidgerwood composta de um ventilador, dois sopradores de cobre, um ventilador de coco, um catador e seus acessórios, condutores para café, um debulhador de milho, uma tulha grande com caldeira de vapor de força de 10 cavallos, um moinho para fubá, uma serra circular, oito casas novas em qua-

tro grupos de duas cada uma, uma outra de oito casas cobertas de telha com cinquenta metros de frente e oito de fundos, com oito portas e oito janellas [...] uma dita no alto do cafezal [...], um monjollo, com tacho para farinha e mais três terreiros de terra, com alicerce de pedra, cercado de tijollos, um dito maior ainda por concluir, dois carros, um carroção de rodas, uma carroça com arreios, um trolly com arreios, [...], quarenta milheiros de telhas, um lavador de café com tanque [...].²

O imóvel descrito era propriedade de Augusto de Vasconcellos Bittencourt e José Vasconcelos Bittencourt, fazendeiros em Casa Branca, e corresponde à Fazenda Terra Vermelha. A fazenda possuía 527 hectares de terras superiores e 140 mil pés de café de um e dez anos. Ela foi hipotecada em 1890, junto ao Banco da Lavoura e do Comércio do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, para garantir um empréstimo no valor de 75:000\$000, com juros anuais de 6% e prazo de quinze anos para o vencimento. Pode-se deduzir que em caso de execução da dívida os credores dificilmente arcaíam com prejuízos, pois teriam direitos sobre uma considerável plantação de café e sobre vários bens que agregavam valor ao imóvel. No entanto, o objetivo dos credores não era executar seus devedores, e sim garantir seus investimentos e lucrar com o reembolso dos empréstimos acrescido dos juros.

Esse cenário de extrema especialização encontrado na região, somado à especulação característica do mercado de compra e venda de café, estabelecida nos centros urbanos de maior expressão, aumentava a necessidade dos lavradores por linhas de financiamento, que, em função das “fragilidades” do setor produtivo e da pequena institucionalização das agências creditícias, tinham juros exorbitantes e prazos pouco elásticos, relegando ao produtor uma situação amplamente desfavorável. Para se conseguir crédito, em algumas conjunturas, era preciso ter café, e para ter café era preciso ter crédito. Uma ciranda nociva à qual estava preso o ca-

2 Escritura de hipoteca nº 258. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

feicultor. Os que emprestavam, jogando papel de especuladores, visavam abocanhar as safras sem correr os riscos da produção, estabelecendo, assim, cláusulas contratuais que lhes garantissem os rendimentos de outrem.

Segundo Renato Perissinotto a questão do crédito caminhou lado a lado com os interesses da especulação comercial. Se o problema do financiamento “permaneceu durante todo o período, foi porque não houve jamais uma política de crédito agrícola eficaz que livrasse a lavoura da tutela comercial” (Perissinotto, 1994, p.47). Ainda segundo a visão desse autor, o crédito esteve na plataforma política de vários candidatos durante a Primeira República, mas, apesar de ser muito propagado nas campanhas eleitorais, pouco foi feito para que deixasse o plano da retórica e passasse a modificar a dura realidade à qual estavam submetidos os lavradores, principalmente os estritamente ligados à terra, sem diversificação de investimentos (ibidem, p.89).

De acordo com Flávio Saes, foi corriqueira a súplica dos lavradores quanto à exploração sofrida por esta fração frente aos interesses especulativos, levada a cabo principalmente pelos agentes comerciais ligados ao setor de exportação. Para clarificar esta questão o autor se valeu das palavras de Alfredo Ellis, referindo-se a uma imagem bastante comum no final do século XIX:

Em suma, o lavrador engorda rez durante um ano mata-a e pendura-a para a divisão. Chega o colono e leva a metade ou mais, vem a estrada de ferro e arrecada para si um dos quartos e chega afinal o fisco e leva o resto. O comissário tira o couro. De braços cruzados, o lavrador assiste à *razzia*, sem poder tugar nem mugir e verifica que lhe deixaram afinal os chifres, provavelmente para palitar os dentes e a cauda para divertir-se enxotando os usurários que, como moscas famintas, esvoaçam sobre os restos mesquinhos da carniça. (Saes, 1986, p.17)

O apelo geral dos homens ligado à terra, basicamente do produtor de café, sempre esteve direcionado a um crédito que rompesse

com o conteúdo mercantil, demasiado danoso nos momentos de baixa internacional dos preços do café. Na visão de Raymundo Faoro “por um momento, só se pensa, ao norte e ao sul, no crédito agrícola, a longo prazo e a juros baixos” (Faoro, 2001, p.479); era esse o “sonho” da maior parte dos lavradores, porém esteve longe de ser a realidade da maioria.

Tabela 12 – Proporção dos valores em conto de réis dos empréstimos hipotecários efetuados no Município de Casa Branca, 1874-1914.

Anos	Até 10	Entre 10 e 100	Acima de 100
1874-1884	8%	92%	0%
1885-1895	8%	52%	40%
1896-1906	8%	36%	56%
1907-1914	6%	31%	63%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

A Tabela 12 apresenta uma classificação dos tomadores de crédito segundo os valores envolvidos. Buscamos dividir três segmentos de devedores: os de pequena monta, que perfazem até 10:000\$000; os de médio cabedal, que realizam movimentações entre 10:000\$000 e 100:000\$000; e os de maior monta, situados em um patamar restrito de agentes, que transacionavam valores acima de 100:000\$000.

Quanto aos empréstimos situados até 10:000\$000, percebe-se que não houve grandes alterações em sua composição, uma vez que a figura apresenta uma estabilidade ao longo do período estudado, sinal de que os pequenos negócios não constituíram o forte da cafeicultura local, e que o comércio de dinheiro não enlaçava toda a população; só alguns conseguiam entrar nessas fileiras. Entretanto, quando esses sujeitos de pequenas posses entravam nos negócios do crédito, ocupavam papel subordinado na hierarquia, ficando relegados a severas cláusulas contratuais que, no limite, visavam à expropriação máxima de seus rendimentos, especialmente nos mo-

mentos de crise da economia cafeeira.³ Observemos algumas dessas escrituras.

Henrique Gonçalves Ferreira Novo e João Gonçalves Ferreira Novo, negociantes residentes em Mococa e São José do Rio Pardo, fizeram um empréstimo, no ano de 1894, a Afonsina Laurentina Nogueira de Andrade, que aparecia como fazendeira de Casa Branca, no valor de 5:500\$000, sem juros estipulados e com seis meses de prazo para o vencimento. A devedora, em garantia “*penhorou 500 arrobas de café beneficiado, superior, ensacado, posto na estação de Casa Branca*”. Constava mais que, em caso de não cumprimento do contrato pela devedora, esta teria de pagar uma multa de 50% sobre o capital; o contrato obrigava a fazendeira a uma renúncia de foro; e não poderia vender os frutos sem consentimento dos credores.⁴ Se pensarmos na cotação da arroba de quinze quilos de café em Santos para esse ano, que estava orçada em cerca de 22\$000⁵, e na exigência de quinhentas arrobas do fruto pelo credor, vemos que o mesmo passou a contar com uma garantia real de 11:000\$000, ou seja, um valor bem confortável acima do emprestado. Fazemos menção, de igual modo, que não teria custo com o beneficiamento, ensacamento e transporte do mesmo, e quem sabe ainda poderia operar com uma comissão na venda. Assim, o credor dificilmente teria prejuízo na transação.

3 Como já afirmamos no capítulo anterior, a crise que mais repercutiu no setor cafeeiro se deu entre 1896 e 1906, culminando com o primeiro plano de valorização, resultado do Convênio de Taubaté. Por mais que tenha derivado de uma série de fatores e surtido efeito em outros segmentos, ocasionando a crise bancária de 1900, nas palavras de um observador: “A crise era, sobretudo, a crise do ‘produtor’. Os preços, em declínio já há muito tempo, atingiam, por volta de 1906, um nível nitidamente abaixo do custo de produção. Note-se, no entanto, que os preços pagos pelos consumidores estrangeiros no varejo não se alteravam, revelando que quem vivia de fato a crise era o ‘produtor’ nacional, enquanto o exportador mantinha, apesar da baixa, o mesmo preço ao consumidor” (Perissinotto, 1994, p.70).

4 Inscrição de Penhor Agrícola nº 19. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

5 Quanto à cotação da arroba de café em Santos, usamos os valores obtidos por Holloway (1978, p.104).

Em 1898, Joaquim Rodrigues Carrera, proprietário de Vargem Grande do Sul, emprestou a João Roberto de Andrade e sua mulher Maria Theodora de Jesus, lavradores em Casa Branca, o valor de 500\$000, sem juros e prazo de um ano. Os devedores hipotecaram uma parte das terras de cultura na Fazenda da Onça, com uma casa coberta de telhas, monjolo, um pequeno pasto, meio alqueire de terreno plantado em café com algumas falhas, “*tendo os outorgantes de entregar ao credor no dia 31 de julho de 1898, quinze alqueires de café em coco, limpo e seco, pronto para ser beneficiado*”.⁶ Essa escritura de hipoteca só foi quitada em 30 de março de 1905, seis anos depois do prazo estipulado, sem a mesma ser executada. Julgamos ser esse contrato interessante, apesar do parco valor transacionado, por demonstrar que: (a) o credor também adiantou o capital ao devedor sem juros, mas em troca exigiu do mesmo a safra futura, tomando poder sobre a comercialização do produto; (b) sendo vantajoso o contrato para o credor, ele poderia prorrogar o prazo para quitação, pois estendia por mais tempo seu domínio sobre a safra do devedor. O contrato, além de previamente garantido por hipoteca, concedia ainda o direito de comercialização do café ao credor, elevando suas possibilidades de lucro.

Em 1899, João Pinto Fontão, fazendeiro de São João da Boa Vista, emprestou a Francisco Pereira de Castro, fazendeiro em Casa Branca, a quantia de 10:000\$000, com juros anuais de 18% e prazo de um ano para o pagamento. O devedor, como caução, penhorou 2 mil arrobas de café, dos frutos pendentes da Fazenda Monte Alto, da safra de 1900. Essa escritura de crédito com penhor agrícola continha mais uma averbação onde constava que:

Os fructos ficam em poder do outorgante devedor, como fiel depositário. Aos outorgados credores compete receber o café, vende-lo e do rendimento abater a conta do débito, voltando o excedente ao outorgado devedor ou receber o que fal-

6 Escritura de hipoteca nº 554. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

tar para o completo pagamento da dívida, que vence em 30 de julho de 1900.⁷

Esse documento, lavrado num contexto delicado da economia cafeeira, traz cláusulas ainda mais rígidas e revela sob que princípios agiam os negociantes de dinheiro e café, ou seja, através de negociações calcadas no estreitamento das relações de mercado. Só com os juros de 18% ao ano, o credor já teria um “ágio” superior a 2:000\$000. Se considerarmos que o preço da arroba de café no porto de Santos, em 1900, havia baixado para aproximadamente 9\$000, podemos dizer que o credor receberia 18:000\$000 com a venda dos frutos empenhados; desta forma, seu empréstimo estaria garantido e ainda abria espaço para lucros com a venda do café, que, negociado pelo credor, podia acrescentar uma porcentagem de cerca de 3% (usual) de comissão sobre a venda.⁸

Outra escritura de empréstimo revela mais um artifício utilizado pelos credores para lucrarem além da taxa de juros, passando a ter também o direito de comercialização dos cafés. Em 1899, o mesmo João Pinto Fontão aparece como credor de Francisco Candido Alves da Cunha, lavrador em Casa Branca, do valor de 2:000\$000, com juros de 18% ao ano e prazo de dez meses para o total reembolso. Se já não bastassem os juros exorbitantes, bem acima dos 12% costumeiramente cobrados, vejamos o artifício de que lançou mão o credor na penhora sobre os:

fructos de café pendentes da safra de 1900, sito na Fazenda Monte Belo, ficando o outorgante devedor como fiel depositário dos fructos do café até a data do pagamento da divida, isto é, 1 de agosto de 1900. O café será em quantidade suficiente para

7 Inscrição de Penhor Agrícola nº 109. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

8 “Em geral, o comissário cobrava 3% pelo serviços prestados no porto e 12% de juros anuais sobre os empréstimos a curto prazo, taxa que persistiu da década de 1880 até o final dos anos 20” (Love, 1982. p.68). Na documentação pesquisada encontramos os valores de comissão variando entre \$500 e 1\$000 por arroba de café.

o pagamento da dívida, e deverá ser remetido á casa comissária, na praça de Santos, pelo devedor, e aquela que convier ao credor, devendo para isso o devedor dar o café ao outorgado na Estação da Lagoa, linha Mogyana, no dia 1 de agosto de 1900, e pagando o outorgado credor, por arroba de 15 quilos, mais 1\$200, sobre o preço que derem os jornais do dia das entregas, por 10 quilos.⁹

No empréstimo anterior, é latente a expropriação a que ficou sujeito o devedor, obrigando-se a entregar o café na proporção de quinze quilos ao valor de dez, mais 1\$200 acima do valor que estiver sendo cotado em Santos; ou seja, o credor receberia quinze quilos de café pelo preço de dez quilos, por uma pequena quantia que desembolsasse a mais; o credor levaria quinze quilos de café pagando somente dez. Outrossim, vale ressaltar que essa prática de financiamento completamente adversa, envolvendo pequenos produtores, também foi encontrada por Rodrigo Teodoro em análise que desenvolveu sobre o crédito em Franca (SP), demonstrando ser estratégia usual de comercialização no complexo cafeeiro (Teodoro, 2006, p.214).

Outro ponto que merece destaque diz respeito aos juros altos dos quais ficavam refêns os produtores de café, principalmente os de menores cabedais. Cabe aqui um parêntese, antes de continuarmos a análise, para investigarmos um pouco mais os juros praticados nos empréstimos, considerando o espaço e o tempo da pesquisa. Confeccionamos dois gráficos: o primeiro envolve as hipotecas, o segundo os penhores agrícolas, de forma a possibilitar uma compreensão mais ampla da questão.

9 Inscrição de Penhor Agrícola nº 110. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

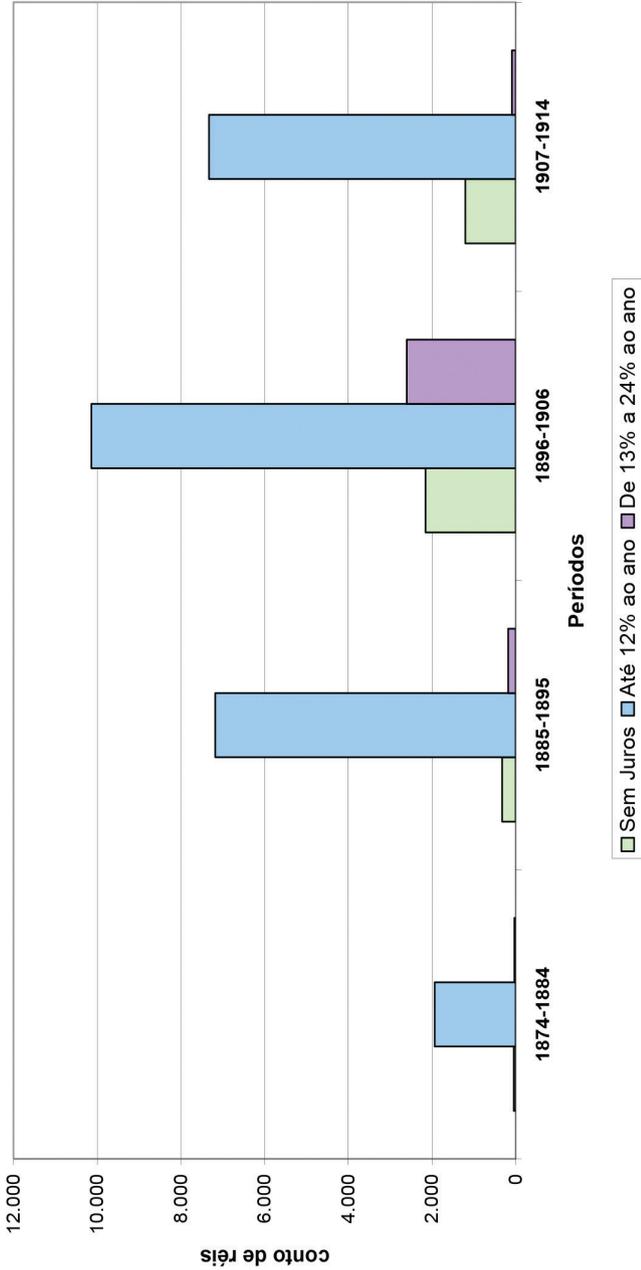


Gráfico 8 – Taxas de juros praticadas nos créditos hipotecários registrados no município de Casa Branca, 1874-1914.

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Tanto nos contratos de hipoteca como nos de penhor agrícola, podemos observar que os juros mais habitualmente praticados rondaram os 12% ao ano. Porém, essa taxa de juro variou ao longo do tempo, demonstrando a correlação entre a economia cafeeira, o mercado de capitais, o sistema financeiro e o mercado mundial. Em conjunturas de baixa liquidez monetária, os juros subiam; e, em caso contrário, de “fartura” de numerário, o crédito baixava. Do ponto de vista marxista, é possível dizer que o conflito não se deu somente na parte inferior da sociedade, entre capital e trabalho; houve também uma luta entre os capitais no topo da pirâmide, entre os “capitalistas”, visando à valorização do capital,¹⁰ desnudando aquilo que Immanuel Wallerstein chamou de “primeira contradição elementar do sistema” (Wallerstein, 2001, p.16). E dada a característica especulativa e comercial do crédito na economia cafeeira, era indiscutível que a sentença “aventurar-se”, de modo a se expor diante de situações de risco, não fizesse parte da rotina dos “credores”, que só entravam nos negócios de “empréstimo” se tivessem contrapartidas que garantissem lucros. Um outro aspecto merece ser ressaltado: “os níveis e oscilações das taxas de juros acompanharam visivelmente as variações conjunturais da economia, tornando nítida a inserção das transações financeiras locais no âmbito de um mercado” (Pires, 2009, p.403).

10 Para uma descrição mais acurada dos conflitos pela valorização do capital na economia nacional, bem como no complexo cafeeiro, ver: SAES, *Conflitos do capital*, 2010.

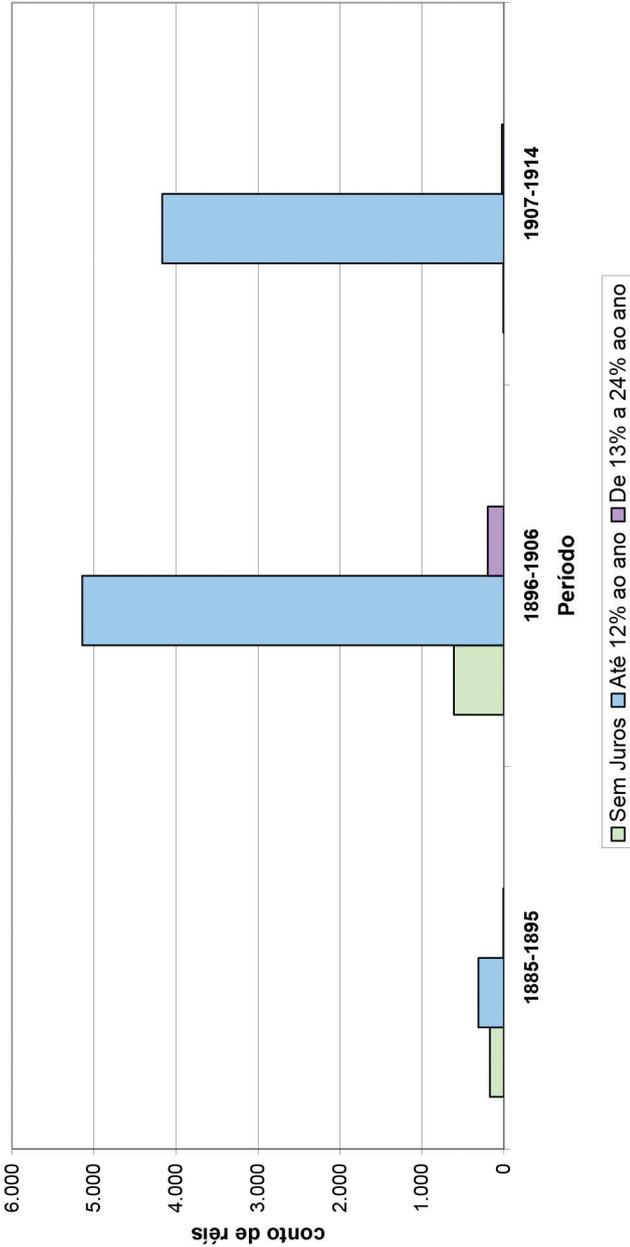


Gráfico 9 – Taxas de juros praticadas nos empréstimos com penhor agrícola no município de Casa Branca, 1885-1914.

Fonte: Livro de Transcrição de Penhor Agrícola e Escravos, sob o número 5, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Para elucidar a questão, vale a pena mencionar alguns exemplos a respeito da interdependência entre economia cafeeira, sistema financeiro e juros. Em 1895, Luis dos Santos Correa, lavrador de Santa Cruz das Palmeiras, emprestou a Joaquim Thomé dos Santos e sua mulher, Francisca Aleixa de Faria, lavradores em Casa Branca, a quantia de 8:000\$000, com juros à razão anual de 24% e prazo de vencimento de quatro anos. Como garantia, os devedores hipotecaram a Fazenda Cercadinho, contendo sessenta alqueires de terras cultas e incultas, casa de morada, 12 mil pés de café, monjolo, moinho e benfeitorias.¹¹ Não haviam chegado ainda os anos “turbulentos” da crise de 1896 e 1906 mas, mesmo nessa conjuntura favorável ainda derivada do Encilhamento e marcada pelo crédito farto, o pequeno produtor enfrentava condições adversas na captação de capitais.

O mesmo ocorreu com José Maximo da Costa, lavrador em Casa Branca, que, em 1896, conseguiu um empréstimo de Joaquim Rodrigues Carrera, proprietário em Vargem Grande do Sul, no valor de 7:200\$000, com juros anuais de 24% e prazo de um ano e cinco meses para saldar a dívida. Como garantia, o devedor hipotecou dois alqueires de terras com uma casa coberta de telhas, 5 mil pés de café formados, uma casa de morada coberta de telhas e feita de pau a pique. Apesar dos juros altos, o devedor conseguiu quitar a dívida no prazo estipulado, não correndo o risco de execução de seu imóvel.

Nem sempre as coisas funcionavam corretamente, e o credor tinha de executar judicialmente o devedor, para requerer o pagamento. Isso aconteceu, por exemplo, em uma escritura de 1899, segundo a qual Ezequiel Pereira, proprietário residente em Tambaú, emprestou a João de Souza, empreiteiro de obras da mesma cidade, o valor de 6:000\$000, com juros anuais de 36% e prazo de vencimento de dois anos. Como garantia, o credor recebeu a hipoteca de uma casa de morada, em formato de *chalet*, no largo de São José, em Tambaú. O devedor não pagou o que estava no contrato, por isso “Ezequiel Pereira, por escriptura de 6 de novembro de

11 Escritura de hipoteca nº 422. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

1903, recebeu em doação em pagamento de João de Souza, pelo valor de 2:000\$000, uma casa de morada em forma de *chalet*".¹² Percebemos, através dessa escritura, que: (a) em casos extremos, a solução era dada sob a forma da lei, e o credor recebia a garantia como pagamento; (b) não só os pequenos lavradores ficavam sujeitos a um crédito "ardiloso", mas também aqueles indivíduos, de menores posses, que se dedicavam a variadas tarefas nas cidades do complexo cafeeiro.

Fica claro que os pequenos cafeicultores se limitaram a um crédito de natureza "local", que os fazia reféns de estratégias nada favoráveis do ponto de vista econômico, como pagamento de juros altos, ardil utilizado com frequência pelos credores. Mas por que tal segmento social, principalmente os pequenos produtores, não lançou mão de outras formas de financiamento?

Algumas respostas podem ser encontradas na debilidade do próprio sistema creditício, que, em muitos casos, não cumpriu seu papel de fornecer crédito agrícola nem mesmo aos fazendeiros de grande porte; por outro lado, esse assunto esteve fora dos feitos das lideranças políticas, muitas vezes ligadas ao capital mercantil e ao grande capital cafeeiro, não havendo esforço para que se disponibilizasse linhas de crédito aos pequenos produtores, junto aos bancos e outras agências institucionalizadas da época. Porém, seguindo o pensamento de Pierre Monbeig, não podemos nos limitar a este aspecto da questão, uma vez que a própria mentalidade dos pequenos sitiantes e as ingerências da vida de "comunidades interiorana" conferiam um caráter "local" ao crédito, onde para o autor:

Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito da gente simples, a tudo que diz respeito à administração e governo. É mais fácil falar direta-

12 Escritura de hipoteca nº 653. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

mente com um conhecido que nada ignora da vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor de retaguarda de sua escrivania [...]. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o “maquinista” não pedirão títulos das propriedades nem estimativa de safras. É mais simples e econômico [...]. (Monbeig, 1984, p.225)

Esta característica referida por Pierre Monbeig, pela qual os produtores de menor porte tinham preferência (dada a restrição das instituições formalizadas), significava adquirir crédito com o “comerciante vizinho” ou com o “maquinista” (proprietário de máquina de beneficiar café que prestava serviços àqueles que não possuíam suas próprias); pensamos ser essa uma estratégia bastante peculiar nas pequenas cidades do interior paulista, pois esse arranjo permitia o acesso ao dinheiro, mesmo que em condições adversas, a uma parcela importante da sociedade. Esse arranjo, em vista de ser um importante elemento de coesão social baseada na reciprocidade,¹³ merece algumas linhas para melhor compreensão.

Dentre outros agentes, priorizamos a figura de um importante político e negociante de Tambaú, chamado Capitão David de Almeida Santos, que também era proprietário de uma máquina de beneficiar café, localizada na mesma cidade, e de várias fazendas de café. Esse agente era uma espécie de elo entre as modalidades de crédito mais institucionalizadas, como bancos e casas comissárias,

13 Marcel Mauss, em seu livro *Ensaio sobre a dádiva* (1924), “chegara à proposição de que a reciprocidade, isto é, o ato de dar e o ato de receber (ou retribuir), é um atributo fundamental e necessário no relacionamento entre os homens. Tudo que um homem dá a outro transforma o recebedor em devedor e assim o obriga a retribuir a dádiva para equilibrar sua relação. Assim é no aspecto econômico, na troca de bens, quanto nos rituais, na amizade e no relacionamento, tanto pessoal quanto coletivo, entre grupos e entre povos. Ao contrário o ato de não retribuir uma dádiva recebida implica uma ofensa, que pode resultar num relacionamento negativo e na inimizade” (Gomes, 2009, p.72). Mesmo sendo o mundo do café que aqui observamos pautado em relações capitalistas, racionalizadas e com fins ao lucro, pensamos serem subjacentes a essa sociedade, em vias de modernização, alguns elementos de sociabilidade pretérita que mantém ainda uma lógica personalista e típica de comunidades rurais, onde os laços de amizade e vizinhança estão presentes.

restrita a “senhores” de maiores fortunas, e aqueles sitiantes e pequenos produtores de café da região de Casa Branca.

Vejamos primeiramente como o Capitão David granjeava crédito nas grandes cidades do complexo cafeeiro. Esse personagem aparece em uma escritura de hipoteca, lavrada em 1895, contraindo um financiamento junto à casa comissária Penteadó & Dumont, de Santos, no valor de 90:000\$000, com juros anuais de 12%. O devedor foi descrito como sendo fazendeiro e negociante em Tambaú, e hipotecou as Fazendas Serrinha, Bebedouro e Tambahú. Pela descrição dos bens hipotecados, temos:

O sítio de cultura de café denominado Serrinha, situado em Tambahú, município de Casa Branca, contendo cerca de 40.000 pés de café, duas casas de collonos, feita de tijolos e coberta de telhas, uma casa de morada, olaria e mais benfeitorias e as terras que lhe couberam na divisão da Fazenda Bebedouro. O sítio Serrinha faz parte da Fazenda do Bebedouro [...]; e mais treze cazas construídas de tijollos na freguesia de Tambahú, sendo uma *machina de beneficiar café* e doze de moradia e para negócio e são as seguintes: uma na esquina do largo da Estação, onde mora Marcílio Guimarães; uma anexada a esta onde moram os outorgados; uma encostada na casa de machina onde existe um hotel; uma onde funcionam os bilhares dos outorgados; uma onde mora Sebastião Bertoncini; uma anexa a esta; uma no largo da Estação que confronta com o mesmo largo e com a rua e linha férrea; uma casa alugada a Francisco Lins; uma que serve de cadeia e quartel; uma allugada a Marcílio Guimarães; uma outra onde mora o cunhado de José Lorio, casas que confrontam com terrenos da Mogyana [...].¹⁴

Por meio desse relato, percebemos que alguns fazendeiros buscavam diversificar seus negócios, explorando principalmente o nicho urbano, em vias de constituição, que apresentava várias

14 Escritura de hipoteca nº 427. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

possibilidades de investimentos. Outro ponto em destaque é a localização estratégica dos negócios do Capitão David (principalmente da máquina de beneficiar café), próximos da linha ferroviária da Mogiana, que partindo de Casa Branca tocava a cidade através da Estação de Tambaú. O Capitão David é tido como o “fundador” da cidade que levou o nome desta estação da Mogiana.¹⁵ Além dessas constatações, cabe destacar como esse agente “redistribuiu” seu capital na forma de empréstimos.

Em 1897, David de Almeida Santos é descrito como proprietário em Tambaú, e surge emprestando a Joaquim Baptista do Prado, lavrador da mesma cidade, a cifra de 8:500\$000, com juros anuais de 24% e prazo de três anos para efetuar o pagamento. Como garantia, o devedor hipotecou um sítio de cultura na Fazenda Bebedouro, contendo 10 mil pés de café e uma casa coberta de palha. Nota-se que o credor se valeu daquilo que denominamos no capítulo anterior de *divisão dos riscos*, pois teve acesso a um crédito com taxa de juros de 12% a.a., junto aos comissários Penteadó & Dumont, e repassou esse capital a um pequeno cafeicultor local, com juros de 24% a.a. Todavia, há outro dado presente na averbação dessa escritura que chama a atenção:

Certifico que por escriptura de dívida com caução, lavrada no 4º Tabellião de São Paulo, em 15 de maio de 1898, o credor David de Almeida Santos se constitui devedor de Francisco Sampaio Moreira, residente em São Paulo, pela quantia de

15 “Com a construção da Estrada de Ferro Mogiana, a partir de 1875, houve um fluxo intenso de imigração para as localidades ao longo da ferrovia, incluindo-se a futura Tambaú (de origem tupi, “rio das conchas pretas”). O núcleo primitivo de Tambaú surgiu em 27 de julho de 1886, com a construção de uma pequena casa, nas terras da Fazenda Arrependido, pelo português David de Almeida Santos, então funcionário da Companhia Mogiana. Naquele local desenvolveu-se um povoado, elevado a distrito em 25 de agosto de 1892, em terras do município de Casa Branca. Em 20 de agosto de 1898, obteve sua autonomia político-administrativa. Em razão do solo rico em argila, em 1905, instalou-se a primeira cerâmica, produtora de utensílios domésticos e, em 1918, outra, de telhas, transformando Tambaú num importante centro industrial cerâmico” (Seade, s.d.). Acesso em 2010.

15:000\$000 e para garantia deste fez-lhe especial caução do título hypothecario nº 532.¹⁶

Esse ato de caucionar uma hipoteca para aquisição de um outro empréstimo referenda uma importante propriedade dos títulos hipotecários. Observamos ao longo da pesquisa que esses títulos cumpriam importante papel na circulação monetária, pois as escrituras de hipoteca serviam como garantia para outras hipotecas, assumindo assim a função de *moeda*, uma vez que ela circulava de mão em mão entre os credores, funcionando como “moeda de garantia”, isto é, um crédito que gerava outro crédito. Esta foi uma estratégia interessante para se “criar” dinheiro utilizada pelos componentes do complexo cafeeiro, numa época marcada pela baixa liquidez de numerário.

Vemos esta técnica se repetir em outras escrituras. Em 1893, *nosso agente* que aparecia como proprietário em Casa Branca, concedeu um crédito de 6:500\$000 a Joaquim Baptista do Prado e João Baptista do Prado Sobrinho, lavradores na mesma cidade. Os juros anuais praticados foram de 12% e prazo de cinco anos para o pagamento. Os devedores hipotecaram todos os bens referidos do sítio Bebedouro, e mais 5 mil cafeeiros no mesmo sítio. Constava na averbação que esta hipoteca estava caucionada na *Caza Bancária Dumont & Cia.*, de Santos; tal fato reforça que esta técnica de garantir um crédito por meio de outro crédito foi bastante usual, representando uma alternativa para dinamizar a circulação monetária.

Julgamos ser a hipoteca dotada de outros benefícios, além de sua função básica como título de garantia. Uma hipoteca adquiria também a atividade especial de um título que se valorizava e circulava, ou seja, era uma espécie de investimento. Podemos ver esses benefícios através de uma escritura de 1897, onde Cardoso Bastos & Cia., negociantes em São Paulo, emprestaram a José Fernandes & Irmão, lavradores em Córrego Fundo, comarca de Casa Branca, a importância de 5:294\$400, com juros anuais de 12% e prazo de ven-

16 Escritura de hipoteca nº 532. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

cimento de um ano. Os devedores hipotecaram um sítio na Fazenda Bonsucesso com cafezal e casa de morada. A averbação mencionava que, em 4 de julho de 1900, “o credor Cardoso Bastos & Cia., transferiu pela quantia de 8:762\$000 a Domingos Ferreira Rezende o título em frente”.¹⁷

Contudo, retomando a escritura anterior, entre o Capitão David e os devedores Joaquim Baptista do Prado e João Baptista do Prado Sobrinho, um outro dado pertinente chama a atenção e pode ser observado na descrição do imóvel hipotecado. Referimos que a propriedade dos devedores “confronta com Moyses de Oliveira Mendes, o *credor* e outros, *todos em comum*”.¹⁸ Explicitamos, assim, outra característica dos empréstimos na economia cafeeira: o personalismo e o compadrio, que acabou configurando um *crédito de vizinhança*.

Construímos essa conceituação *crédito de vizinhança* através da observação das próprias fontes documentais, que apresentaram uma constante alusão à passagem “o devedor confronta com o credor”. Percebendo essa tendência de vizinhança entre aquele que emprestava e aquele que tomava emprestado, tecemos algumas linhas a respeito, pois julgamos ser crucial para entendermos os arranjos que visavam solucionar o problema do financiamento. Verifiquemos alguns casos.

Em 1898, Moysés Venâncio Villas Boas, lavrador em Tambaú, emprestou a João Theodoro de Carvalho, também lavrador no mesmo município, a quantia de 15:116\$500, com juros anuais de 12% e prazo de três anos. Como garantia, o devedor hipotecou a “Fazenda Barreirinho, contendo 119 hectares, casas de morada e 30 mil pés de café novos e formados [...] *confrontando com terras do credor*”.¹⁹ Nota-se que o *crédito de vizinhança* foi uma prática que esteve presente mesmo entre os indivíduos de maiores posses.

17 Escritura de hipoteca nº 542. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

18 Escritura de hipoteca nº 363. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

19 Escritura de hipoteca nº 618. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

José Antonio da Silva, lavrador em Casa Branca, fez um empréstimo, em 11 de dezembro de 1900, a Paulo Barzani e sua mulher Carolina Carvallini, também lavradores no mesmo município, na quantia de 2:000\$000. Constava que tal empréstimo era sem juros até ao vencimento, e, depois disso, seria cobrado o juro mensal de 1%; o prazo para vencimento da dívida era de três meses. Como garantia, o devedor hipotecou uma parte de terras na Fazenda Duas Barras, “com cafezaes e outras benfeitorias, situadas em Casa Branca [...] *confrontando com o credor pela estrada abaixo até a porteira*”.²⁰ Mesmo sendo firmada num contexto de crise da economia cafeeira, essa escritura foi quitada em 10 de fevereiro de 1901, ou seja, dentro do prazo. Cabe reparar que esse crédito entre “vizinhos de porteira” possuía alguns atrativos, tal como a isenção de juros até o vencimento.

Essa prática não se limitou ao meio rural, também esteve presente no mundo urbano. Assim, vemos o caso de 1903 com Josephina Marrison, proprietária em Casa Branca, emprestando a Domingos Maffei, artista residente na mesma cidade, a quantia de 600\$000, com juros anuais de 10% e três anos para concluir o pagamento. O devedor hipotecou um “prédio urbano com quintal e outras dependências, na rua Ipiranga, parte assoalhada e ladrilhada, com três portas e duas janellas de frente [...] *confronta com o credor e outros*”.²¹

Acreditamos que o *crédito de vizinhança* seja um traço *sui generis*, revelador das contradições inerentes aos processos de modernização de regiões periféricas. Para clarificar esse conceito assentado no personalismo, cabe antes definir o que entendemos pelo seu avesso, isto é, por racionalização:

Desde o princípio, o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização. Com o vaivém, de permeio às mais surpreendentes situações, junta-

20 Escritura de hipoteca nº 744. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

21 Escritura de hipoteca nº 865. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

mente com as relações, os processos e as estruturas próprias do capitalismo, ocorre o desenvolvimento de formas racionais de organização das atividades sociais em geral, compreendendo as políticas, as econômicas, as jurídicas, as religiosas, as educacionais e outras. Aos poucos, as mais diversas esferas da vida social são burocratizadas, organizadas em termos de calculabilidade, contabilidade, eficácia, produtividade, lucratividade. (Ianni, 2010, p.145)

Deste modo, ressaltamos ser o *crédito vizinhança* uma importante marca do complexo cafeeiro e de sociedades em via de modernização, pois ele consegue alinhar processos nem sempre tênues de acomodação, onde diferentes esferas da vida social em constante atrito estão tentando se estabelecer. Esse tipo de crédito reflete muito da sociedade que o agasalha. Instrumento vital do capitalismo, o crédito nessas pequenas cidades do interior deixa transparecer algumas especificidades que o tornam distinto das regiões centrais do capitalismo, como Londres, Paris e Nova York, marcado pela racionalização e pela impessoalidade. Aqui, pelo contrário, a tendência foi seguir uma *ação não racional*, ou pelo menos não totalmente racionalizada, calcada na tradição e na afetividade, denotando uma modernização conservadora (Campos, 2002, p.174).

Esta marca, que parece estar na natureza íntima da sociedade brasileira, foi estudada por grandes nomes nacionais e internacionais das ciências sociais. Para mencionar um, dentre aqueles que se debruçaram sobre o assunto, vejamos as palavras do historiador Sérgio Buarque de Holanda, interpretando uma anedota que dizia que, para se fazer um freguês no Brasil, era necessário fazer dele antes um amigo:

Acontece que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização, tem sido, até aos nossos dias, um dos traços constantes dos povos de raiz ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comercian-

tes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações puramente formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos. (Holanda, 2004, p.51)

Esta evidência simboliza um fenômeno de *longa duração*, pois mesmo neste universo que vivenciava intenso processo de modernização, percebemos que havia reminiscências e traços da sociedade colonial, amplamente fundada no *personalismo*. Mesmo se tratando do crédito, ferramenta superior das práticas capitalistas e técnica que exige uma robusta racionalização, prevaleceram arranjos fundados em relações sociais face a face, baseados na tradição. Esta parece ser uma particularidade do capitalismo no Brasil: ainda hoje ressoa negativamente em nossa sociedade que, mesmo com o avanço do Estado Burocrático, apresenta uma lógica vulgar de privilégios a setores reduzidos do escalão social; uma sociedade onde o conhecer alguém, ser amigo do fulano, significa estar em vantagem. Sobre o mercado de crédito, podemos afirmar, de acordo com Sérgio Buarque, que:

[...] raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização: o freguês ou cliente há de assumir, de preferência, a posição de amigo. Não há dúvida que desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedem os principais obstáculos que em todos os países hispânicos – entre eles Portugal e Brasil – se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais. (ibidem, p.52)

Desta maneira, e em consonância com aquilo que denominamos *crédito de vizinhança*, parece que a mentalidade capitalista no país apresentou “uma incapacidade, que se diria congênita, de conceber qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica prevalecendo sobre os vínculos de caráter orgânico e comunal, como

são os que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (ibidem, p.56).

Tais constatações nos permitem pensar o crédito – mesmo legalizado como prática econômica e subordinado a um corpo jurídico estabelecido e controlado pelo aparelho estatal – dentro de uma perspectiva do *dom* e do *contradom*, tendo papel importante na produção e na reprodução dos laços sociais, pois em sociedades interioranas, fortemente marcadas pelo compadrio²² e pelo personalismo, em que o acesso ao dinheiro era restrito a maior parte da população, e fatia considerável dos empréstimos foram realizados por agentes locais do topo da hierarquia social que também ocupavam cargos políticos, os créditos poderiam ser, sim, um ato de doação regido por contrapartidas que estavam além daquelas formalizadas em cartório, principalmente esperando fidelidade e apoio eleitoral dos devedores. Num trecho da obra de Maria Sylvia Carvalho Franco, vemos:

Nas palavras do fazendeiro entrevistado: “se os sitiantes da redondeza estavam em dificuldades ou queriam comprar um pedaço de terra, emprestavam dinheiro de meu pai; em compensação, esta gente sempre o acompanhava, eram seus eleitores ou seus cabos, pois ele era o chefe conservador da zona”. [...] Aí está a extensão da influência do fazendeiro sobre seus sitiantes: a dependência em que estes se encontravam tornava inelutável a fidelidade correspondente. (ibidem, p.86-87)

22 “De fato, o compadrio, instituição que implica o reconhecimento recíproco daqueles que une como portadores dos mesmos atributos de humanidade, só poderia ser transposto para o esquema de dominação e assim integrado à ordem estabelecida se a hierarquização social, por sua vez, não implicasse distinções precisas quanto à concepção honorífica e ao destino dos homens livres. Dominação entre semelhantes, o compadrio supõe um certo grau de indeterminação na forma da estratificação social. Este estado de coisas traduziu-se, como se verá adiante, na ausência de marcas exteriores nítidas de diferenciação social, submersas na simplicidade dos costumes, mantidos mesmo quando a antiga pobreza foi substituída pela prosperidade trazida com o café” (Franco, 1997, p.86).

Outro ponto da argumentação é o seguinte: as relações de vizinhança, nos termos de Pierre Bourdieu, indicam que o mundo social está presente em sua totalidade em cada ação econômica, e a multidimensionalidade e multifuncionalidade do sistema de crédito, como de qualquer outra forma de sociabilidade, demandam um olhar para lá do meramente econômico (Bourdieu, 2002, p.16).

Estas evidências assinalam que, apesar dos reduzidos custos monetários de produção praticados na pequena cafeicultura, em função da utilização do trabalho familiar, em algum momento estas unidades tocavam no sistema de crédito, submetendo-se a condições de empréstimo nada aprazíveis, tais como a diferenciada taxa de juros já demonstrada e o diferencial de peso, segundo o qual uma arroba passou a ter dez quilos, ações que contribuíram para a situação onerosa em que viveram os mesmos, muitas vezes relegados a uma vida rústica, sem expressão política e condenados a serem “prisioneiros” dos usurários urbanos e senhores do crédito.²³

Crédito, crise e falências: problemas na esfera da produção

Em referência às outras “classificações” das quais lançamos mão, de acordo com a Tabela 12, houve significativa alteração nas proporções ao longo do tempo, e daí ressalta a redução de mais de

23 “O inimigo mais temeroso que ameaça a independência do pequeno proprietário não é o grande proprietário, seu vizinho, é o industrial ou negociante que domina o mercado sobre o qual os agricultores devem escoar seus produtos. O capitalismo é comerciante antes de ser produtor” (Bloch, 2001, p.430). Reinterpretando as constatações de Marc Bloch, podemos dizer que o “grande” vizinho do pequeno produtor também era uma “ameaça” para o caso do complexo cafeeiro, pois muitos fazendeiros enveredaram na comercialização do café e procuraram “dominar” as plantações vizinhas via adiantamento de dinheiro. Assim observou Sérgio Silva: “Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitavam a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade” (Silva, 1986. p.53).

60% dos empréstimos entre 10:000 e 100:000\$000, o que expõe as dificuldades enfrentadas pelo *médio capital cafeeiro* ao longo da crise sentida no início do século XX. Vemos também o incremento nos empréstimos superiores a 100:000\$000, fato que pensamos servir como um diagnóstico do predomínio da grande lavoura cafeeira na região; ou seja, a região de Casa Branca foi *locus* de plantações vigorosas, com mais de 100 mil pés de café, impulsionadas por famílias da elite paulista, muitas integrantes do *grande capital cafeeiro*, e que melhor suportavam os contratamentos da economia cafeeira.²⁴

Toda “tipologia” carrega consigo problemas; porém, supomos que a efetuada aqui guarda íntima relação com as unidades de produção, que também dividimos em pequenas, médias e grandes lavouras. Assim, pelo próprio caminho da pesquisa documental, dificilmente vemos um pequeno agricultor, com menos de 10 mil pés de café e assentado no trabalho familiar, fazer empréstimos acima de 10:000\$000; e, pelo contrário, não encontramos, nas mais de mil escrituras, um grande fazendeiro com mais de 100 mil pés de café, contraindo crédito com valores irrisórios.

Cabe elucidar, agora, como eram efetuados os contratos de fornecimento de crédito entre 10:000\$000 e 100:000\$000, e tentar perceber se estes continham ou não cláusulas mais “brandas”. Para responder a esses questionamentos, vejamos o que dizem algumas fontes documentais.

Em um contrato de fornecimento de crédito mediante penhor agrícola, lavrado em 1886, Lucas Alves Fortunato & Cia., negociantes em Santos, emprestaram a Maria Luciana de Arantes, lavradora em Santa Cruz das Palmeiras, a cifra de 25:558\$720, com juros de 12% ao ano e sem prazo estipulado para o vencimento da dívida. Como garantia, a devedora “penhorou 3.500 arrobas de café, de boa qualidade, em coco, já colhido, existentes nas tulhas, e bem assim

24 Não discorreremos aqui, de forma enfática, sobre o crédito nesse “segmento”, pois acreditamos ter destacado, no segundo capítulo, o papel do crédito no mundo dos grandes fazendeiros. Eles tinham acesso a um crédito privilegiado junto aos bancos nacionais e internacionais, e, também, quando membros do grande capital cafeeiro possuíam suas próprias casas comissárias, como os Prado, os Penteados e os Monteiro de Barros.

a colheita de café actualmente pendente de todo o cafezal da dita Fazenda Morro Alto, que é calculada em 5.000 arrobas”.²⁵ O preço da arroba de quinze quilos de café estava sendo cotada, em 1886, no porto de Santos, a 8\$500 (Holloway, 1978, p.104). Portanto, podemos dizer que a devedora teve de penhorar um valor de 42:500\$000 para ter acesso a um crédito de valor bem menor.

Em 1890, o Banco de Crédito Real do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, emprestou ao Conselheiro Pedro Leão Velloso, domiciliado no Rio de Janeiro, a importância de 70:000\$000, com juros anuais de 6%, mais 0,5% ao ano de administração, com prazo de três anos para o vencimento. Os devedores penhoraram 15 mil arrobas de café dos frutos pendentes dos cafezais da referida Fazenda Santa Iria, em Santa Cruz das Palmeiras, da colheita a se realizar no ano de 1890, e as dos anos de 1891 e 1892, se para solução do débito fosse insuficiente a do corrente ano de 1890.²⁶ Nesse caso, a taxa de juros era extremamente vantajosa. A arroba de café estava com o preço estipulado de 12\$300, em 1890, no porto de Santos. Sendo assim, o devedor pagaria tranquilamente a parcela do empréstimo ao credor, se dependesse dos valores aqui mencionados, mesmo contando outros gastos como trato da lavoura, beneficiamento, transporte e comissões, pois iria auferir da cifra superior a 180:000\$000 com a venda das 15 mil arrobas produzidas em sua fazenda nesse ano.

Um proprietário de Santa Rita do Passa Quatro, o Capitão João Evangelista de Moraes Dutra, emprestou a João Fabel e sua mulher Margarida Fabel, fazendeiros em Casa Branca, o valor de 20:900\$000, com juros anuais de 24% e prazo de um ano. O devedor deu em garantia o sítio Bico Branco, na Fazenda do Bebedor, constante de duas partes de terras na referida fazenda que os devedores houveram por compra de Antonio José Pereira e João Frederico Ernesto, contendo 20 mil pés novos e velhos de café, duas casas de colonos, uma casa coberta de capim, pastos fechados por cerca

25 Inscrição de Penhor Agrícola nº 3. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

26 Inscrição de Penhor Agrícola nº 15. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

de arame e todas as demais benfeitorias. Vemos que o juro alto afetava também aqueles fazendeiros que estavam um pouco acima na escala social, onerando os custos da propriedade com o pagamento de parcelas exorbitantes de financiamento, o que podia onerar a contabilidade da empresa cafeeira.

Uma alternativa para fugir dos juros elevados foi a de recorrer a instituições especializadas na concessão de crédito, como os bancos e as casas comissárias; assim, pelo menos, de uma “armadilha” conseguiam escapar.

Assim fez, em 1891, Lafayette de Toledo, lavrador de Casa Branca, que conseguiu um empréstimo junto ao Banco Industrial Amparense, estabelecido na cidade de Amparo, no valor de 33:448\$000, com juros anuais de 8% e prazo de dez anos para pagamento. O crédito foi afiançado por uma Fazenda situada em São José do Rio Pardo, denominada Santa Maria do Rio Pardo, com 242 hectares, contendo 40 mil pés de café formado e parte de um a dois anos, casa de morada, oito ditas para colonos, paiol, moinho, monjolo, casas para camaradas, tulhas, pastos, terreiro para café, mais benfeitorias. São nítidas as melhores condições dadas nesse crédito ao devedor: um prazo mais dilatado com juro menor.

Mais recorrentes foram os empréstimos fornecidos aos agricultores pelos compradores da safra, como observou Raymundo Faoro:

O agricultor encontra no comprador da safra o natural financiador, mediante um sistema simples e natural de crédito: a safra futura em troca das necessidades para o custeio e a expansão. Nesse mecanismo, o título de crédito entrará mais tarde, subsidiária a garantia da hipoteca, reservada, na realidade, para o devedor em risco de insolvência. Nasce o comissário, necessário elo entre a plantação e a exportação, comerciante que trafica na base da confiança, tendo nos fazendeiros parentes e a amigos. A relação pessoal só desaparecerá com a emergência no Rio de Janeiro e nas capitais, das casas bancárias, impersonalizadoras dos vínculos entre devedor e credor. Parentes, amigos e compadres, os comissários não dispensam os juros de doze a dezoito

por cento ao ano, calculados nos saldos das contas correntes, fiscalizada apenas pela confiança recíproca. (Faoro, 2001, p.470)

Luiz Tannuri aponta na mesma direção, afirmando que “dada a inexpressividade do sistema bancário paulista no interior era também o comissário que exercia a intermediação financeira, tanto do custeio quanto da formação de novos cafezais” (Tannuri, 1981, p.109).

Esses agentes marcaram forte presença na economia de Casa Branca, e possibilitaram, de fato, melhores condições de financiamento. Em alguns casos, os cafeicultores da região constituíram suas próprias casas comissárias, chegando a agir também como exportadores.²⁷ Vejamos algumas experiências que mostram como esses agentes atuavam no município.

Em 1895, Braga Junior & Cia., comissários em Santos, emprestaram ao Tenente Coronel Joaquim Ferreira de Castro, lavrador em Casa Branca, a soma de 10:000\$000, com juros anuais de 12% e vencimento de um ano. Como garantia, o devedor penhorou “os fructos pendentes dos cafezaes da actual safra na proporção de 1.500 arrobas, da Fazenda Cocaes”.²⁸

A casa comissária Camargo Levy & Cia., de Santos, emprestou a José Fortino, fazendeiro em Casa Branca, a cifra de 36:000\$000, com juros anuais de 12% e prazo de um ano. Como garantia, o devedor penhorou os “fructos pendentes da actual safra de café de sua

27 As duas casas comissárias que tiveram origem nos cafeicultores da região (sem contar com Prado, Chaves & Cia.; Penteado & Dumont; Monteiro de Barros & Cia.) são: *Queiroz Ferreira & Azevedo*, que foi fundada em 1889, na cidade de Santos, pelo coronel José Vicente de Queiroz Ferreira, grande cafeicultor de Santa Cruz das Palmeiras, mas que residia em São Paulo, e seu sócio A. S. Azevedo Junior. E *João Procópio, Irmãos & Cia.*: fundada em 1891, na cidade de Santos, pelos sócios coronel João Procópio, grande fazendeiro em Porto Ferreira, e Antonio Ferreira da Rosa. Os sócios em 1913 eram o coronel João Procópio de Araujo Carvalho, seu irmão, Procópio de Araujo Carvalho e Maria Gabriella Junqueira de Carvalho, viúva do Cornelio Procópio, que foi sócio da firma. Todos os sócios residem em São Paulo (Lloyd, 1913, p.39-G).

28 Inscrição de Penhor Agrícola nº 24. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Fazenda Rio Doce, na proporção calculada em 3 mil arrobas de 15 litros cada uma”.²⁹

José Fortino, lavrador em Casa Branca, conseguiu um empréstimo, em 1896, junto a Penteado & Dumont, comissários em Santos, na importância de 29:323\$000, com juros anuais de 12% e prazo de um ano. Como garantia, o devedor penhorou “4.000 arrobas de café dos fructos pendentes da Fazenda Rio Doce”.³⁰

Em 1896, Prado Chaves & Cia., comissários em São Paulo, concederam um crédito ao dr. Fortunato dos Santos Moreira e sua mulher, Ambrozina Salgado dos Santos, proprietários em São Paulo, no valor de 98:000\$000, com juros anuais de 12% e prazo de um ano. Os devedores, como garantia, deram em penhor “10.000 arrobas de café da referida Fazenda São Miguel, em Casa Branca e mais 12.000 arrobas de café da Fazenda Santa Izabel, no município de Jaboticabal”.³¹

Nota-se, na descrição desses exemplos, que a presença dos comissários foi muito mais significativa nos contratos de fornecimento de crédito mediante penhor agrícola, como era de esperar, dado o interesse deles na comercialização dos frutos; mas os mesmos também recorriam às hipotecas para afiançar seus investimentos. Podemos constatar, ainda, que houve uma certa uniformidade na ação comercial desses agentes, que procuravam emprestar com juros anuais de 12% e prazo de um ano, sempre de safra a safra. Isso pode representar, por um lado, certos benefícios para o agricultor, que tinha acesso a um crédito rápido e a venda do café estava garantida; porém, sinalizava uma monopolização da safra da parte dos mesmos, privando os agricultores dos lucros com a venda, situação comum à maior parte da camada inferior da burguesia do café, que denominamos anteriormente como componente do médio capital cafeeiro, isto é, não passavam de “simples” proprietários de terra.

29 Inscrição de Penhor Agrícola nº 25. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

30 Inscrição de Penhor Agrícola nº 30. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

31 Inscrição de Penhor Agrícola nº 36. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Essa situação de dependência foi descrita por Luiz Tannuri, da seguinte maneira:

Se os juros pagos aos comissários diminuem com as novas condições de financiamento, o novo esquema de comercialização que se instaura não deixa de ter, porém, suas ‘bombas de sucção’. Em linhas gerais, o sistema consistia no seguinte: o fazendeiro, ao enviar o café para qualquer corretor santista ou para o próprio exportador através da estrada de ferro, recebia uma notificação de embarque com a qual negociava com banqueiros, comerciantes ou agiotas locais com grandes taxas de desconto, mormente devido ao fato das cotações, nas quais realizariam a venda, só serem conhecidas *a posteriori*, sem conhecimento da situação do mercado de café. (Tannuri, 1981, p.110-111)

Se esta situação já era delicada para o produtor diante de conjunturas favoráveis, em condições adversas da economia cafeeira, ela ficava ainda mais complicada. Devido à desvalorização cambial e à queda dos preços do produto no mercado internacional, em função da superprodução, os lucros do setor minguavam.³² Isso ocorreu entre 1896 e 1906. Essa “crise”, teve raízes políticas também, e foi assim descrita por Wilson Cano:

Da vigorosa expansão monetária, que surge com o nascimento da república, se passaria, a partir de 1896, no governo de Prudente de Moraes, a uma política de contenção que, associada à crise do café e à crise cambial, faria com que os rumos da política econômica se mantivessem francamente deflacionistas, tan-

32 A especulação foi mais um malogro que assolou o setor produtivo, pois os especuladores “sabiam que o ‘produtor’ precisava vender a sua safra de qualquer maneira, pois só tinha crédito de curto prazo. Além disso, estavam também conscientes de que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro. Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusivamente da superprodução, mas também da especulação comercial” (Perissinotto, 1994, p.70).

to no governo Campo Salles (1898-1902) quanto no quadriênio seguinte, de Rodrigues Alves (Cano, 1977, p.73).

Tal conjuntura agravou a situação dos cafeicultores, em especial daqueles integrantes do *médio capital cafeeiro*, que viviam exclusivamente da terra e da produção. Em Casa Branca, vemos uma reformulação nos contratos de fornecimento de crédito, mediante hipoteca e penhor. Observemos alguns dos que apresentavam cláusulas mais “severas”.

Em 1898, Lara Campos & Toledo, comissários em Santos, emprestaram ao Barão de Rio Pardo, fazendeiro em Casa Branca, a cifra de 50:000\$000, em conta-corrente, com juros de 12% ao ano. Os devedores penhoraram 15 mil arrobas de café, pendentes da corrente safra de 1899 e 1900, das Fazendas Campo Alegre e Serrinha. Na averbação consta o seguinte: “os devedores obrigam-se a pagar a indenização estipulada de 1\$000 por arroba além de toda a quantia que tiver sacado a mais [...] e obrigam-se a remetter o café empenhado até o mês de junho de 1899 a casa dos credores”.³³ Numa conjuntura frágil marcada pela escassez de moeda sonante, nota-se que sacar mais do que o planejado seria um prejuízo para a casa comissária, que teria de recorrer também a empréstimos mais “caros” para normalizar a situação; por isso, o fazendeiro devedor teria que estar ciente do limite da sua conta-corrente mantida pelos credores.

Vicente Augusto de Silos Lima e sua mulher Leonor Magalhães Lima, lavradores em São José do Rio Pardo, contraíram um empréstimo, em 1901, junto aos comissários J. D. Martins, de Santos, no valor de 28:800\$000, com juros anuais de 10% e quatro anos para o pagamento. Como garantia, o devedor penhorou a safra pendente dos cafezais da Fazenda Alegria, situada em Casa Branca, calculada em 3 mil arrobas de café; estendendo-se este penhor as safras de 1902, 1903 e 1904 em suas totalidades, “sendo esse café consignado ao outorgado em Santos, para ser por elle vendido mediante a comis-

33 Inscrição de Penhor Agrícola nº 62. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

são usual de 3%”. Na escritura consta mais um aditamento com o seguinte teor:

Extravio de todo ou parte dos bens que são dados em garantia do penhor, falta da denuncia dos credores da deterioração ou sinistro que lhes altere o valor ou modifique de qualquer modo o direito dos outorgados sobre os ditos bens, falecimento de qualquer outorgante, falta de aplicação percipua ao custeio e grangeio da lavoura adiante hypothecada em garantia das quantias mensalmente fornecidas por J. D. Martins [...] falta de consignação ao mesmo J. D. Martins da totalidade dos fructos empenhados *a escritura fica vencida, e multa de 20% caso seja necessário aos credores recorrerem aos meios judiciais para cobrança.*³⁴

É latente que, no contexto de crise, as escrituras passaram a ter um caráter mais rigoroso e inflexível, pois o credor não poderia arriscar seu capital de forma leviana. Para isso, o mesmo “reforçava” judicialmente seu direito sobre o imóvel hipotecado e sobre o direito de comercialização do café que possuía sobre a safra do devedor, que de forma alguma poderia ser extraviada ou vendida para terceiros.

Em 1906, Ferreira Junior & Saraiva, comissário em Santos, emprestaram ao Coronel José de Vasconcellos Bittencourt, lavrador em Casa Branca, a cifra de 80:402\$720, com juros de 12% ao ano. O devedor penhorou toda a safra pendente de café, calculada em 20 mil arrobas depois de beneficiada, que “deverão ser remetidas aos credores em sua totalidade na praça de Santos até o prazo do contrato, ainda que parte da safra seja suficiente para pagar a dívida. [...] multa de \$500 por arroba de café que faltar”.³⁵ Desta forma, percebemos que, mesmo ultrapassando o valor da dívida, o devedor era obrigado a consignar todo o café junto à casa credora, não podendo vender sua própria colheita; e caso contrário, se faltasse alguma

34 Inscrição de Penhor Agrícola nº 136. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

35 Inscrição de Penhor Agrícola nº 230. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

quantidade em relação ao que foi acordado, o devedor ficaria sujeito a uma multa. Podemos inferir que, de acordo com a avaliação da arroba do produto à média de 5\$200, em 1907, no porto de Santos, os devedores receberiam, com a venda de sua safra, aproximadamente 104:000\$000, ou seja, a safra penhorada arcaria com folga o valor emprestado; mesmo assim, todo o café era obrigado a passar pela mão do comissário para ser vendido, dando uma fatia maior dos lucros ao mesmo que, pela comissão usual de 3%, receberia mais de 3:000\$000.

Em meio à crise, o uso de um recurso foi bastante corriqueiro nos contratos: referimo-nos à “revisão de prazo”. Em vista dos baixos preços do produto no mercado, muitos cafeicultores não puderam saldar suas dívidas, lançando mão, mediante o consentimento do credor, desse recurso.

Nesse sentido agiu o Capitão David de Almeida Santos, negociante e lavrador em Tambaú. Ele havia se constituído, no ano de 1897, devedor dos comissários Penteado & Dumont, estabelecidos em Santos, da quantia de 54:000\$000, com juros anuais de 15% e prazo de um ano para o vencimento. Como garantia, o devedor hipotecou seus bens: catorze casas sitas na povoação de Tambaú, sendo uma de máquina de beneficiar café. Na averbação desse título constava o seguinte: “certifico que por escriptura publica de 24 de fevereiro de 1899, lavrada em São Paulo, os credores Penteado & Dumont concederam mais dois anos de prazo aos devedores, com juros de 1,5% ao mês”.³⁶ Isso corrobora a argumentação até aqui exposta, de que os credores não almejavam a execução judicial e rolavam as dívidas até o limite máximo de solvência dos devedores; isso desde que estivesse devidamente garantida a alta lucratividade ao credor, e mediante contrapartidas, como no caso aludido, a elevação dos juros de 15% a.a. para 18% a.a.

Assim, vemos outro exemplo de prorrogação de prazo. Em 1898, Moysés Julio de Araújo Macedo, capitalista em São Gonça-

36 Escritura de hipoteca nº 215. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

lo do Sapucahy (MG), emprestou a Lino Gomes do Nascimento, lavrador em Casa Branca, a cifra de 44:000\$000, juros anuais de 18% e prazo de quatro anos para o vencimento. O devedor hipotecou a Fazenda Lambari, situada em Casa Branca, “contendo 200 alqueires de terras de cultura e campos, casa de morada, pomar, 12 ditas para colonos de telha e tijolos e 70.000 pés de café, e todas as mais benfeitorias existentes e as que se fizerem na vigência deste contracto”. Vemos, pela averbação, que no ano de vencimento da mesma houve prorrogação no prazo: “por escriptura de 30 de setembro de 1902 o credor prorrogou o prazo por mais quatro anos, vencendo agora em 20 de setembro de 1906, com juros reduzidos a 10% ao ano, a divida agora é de 50:000\$000”.³⁷ Nesse caso, como também poderia ocorrer, mediante consenso do credor, a redução dos juros, o que diminuía as chances de execução hipotecária.

Não é necessário nenhum grande esforço para percebermos os efeitos drásticos da política de Campos Sales³⁸ (1898-1902) sobre a lavoura casabranquense. Renato Perissinotto, acentua que:

A crise da lavoura no governo de Campos Sales foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depôr Campos Sales. A causa primeira desse movimento foi a política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim, o movimento eclodiu em 22 de agosto em Franca, Araraquara, Ribeirãozinho, Itatin-

37 Escritura de hipoteca nº 592. Livro de Inscricção Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

38 Essa crise, que impactou sobremaneira no setor produtivo, também ocasionou mudanças no setor comercial, que “após 1897, com a acentuada queda de preços do café, as casas exportadoras passaram a operar no interior, tratando diretamente com os fazendeiros, com isto fazendo com que diminuísse a importância dos comissários. Ao contornar os intermediários, procuravam dessa forma alargar suas margens de lucro e evitar que as casas comissárias manipulassem a oferta objetivando fechar negócios com cotação elevada. Sendo assim, os importadores também se viam na contingência de encontrar outros canais de comercialização, fora da intermediação representada pelos comissários. Para tanto, disseminaram vendedores que procuravam negociar diretamente com os varejistas interioranos” (Tannuri, 1981, p.110).

ga, Joaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Mogi Mirim e Espírito Santo do Pinhal. (Perissinotto, 1994, p.108)³⁹

Contudo, nem sempre o recurso de estender o prazo para evitar a execução judicial era utilizado; e mesmo quando o foi, acabava não funcionando; devido à má situação do mercado financeiro e à incapacidade que os cafeicultores tinham em reter suas safras, na tentativa de esperar uma elevação no preço do produto, tivemos como resultado uma série de falências no município.

Em 1897, dr. Antonio Dias Bellemborg, engenheiro em Araraquara, emprestou a Antonio Coelho Baretto, lavradores em Casa Branca, a quantia de 70:000\$00, com juros anuais de 10% e prazo de vencimento de cinco anos. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda Melgueira, contendo casa de morada, cafezais e olaria. Na averbação vemos o seguinte teor: “Certifico que por arrematação solene em hasta publica, que teve lugar a 20 de novembro de 1899, conforme carta e sentença de arrematação exibida, a Fazenda Melgueira [...] passou ao domínio do credor hypothecario. Casa Branca, 11/01/1901”.⁴⁰ Apesar de não ser um mau empréstimo, que continha prazo dilatado e juros abaixo do praticado, vemos na averbação que o mesmo faliu, perdendo a fazenda para o credor, em consequência dos baixos preços do produto que não cobriam sequer o custo da lavoura.

Para frisar a questão, vale destacar mais um caso que aponta duas falências num mesmo empréstimo. Em 1901, vemos Manoel Escobar, lavrador em Jaguari (MG), emprestando a Antonio Silvério da Silva Musa, e sua mulher Manoela Ribeiro da Silveira Musa, lavradores em Casa Branca, a quantia de 40:000\$000, com juros anuais de 12% e prazo de dois anos. Os devedores hipotecaram a Fazenda São Joaquim, em Itobi, contendo 85 alqueires de terras de

39 Tal crise, segundo o autor, parece ter criado uma cisão no seio do Partido Republicano Paulista, que só foi contida em 1906, após o primeiro plano de valorização e da aglutinação da elite frente ao movimento operário, organizado na greve de 1906.

40 Escritura de hipoteca nº 502. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

cultura, 40 mil pés de café formados e 20 mil novos, casa de moradia e colonos “[...] fazenda essa que os devedores houveram em praça no executivo hypothecario que a José Fortino e sua mulher moveram Izidoro Vanucci & Filhos [...]”. A situação dos cafeicultores era tão drástica, que na averbação vemos o devedor ser obrigado a entregar as terras também. A escritura, que já se achava em execução hipotecária, foi transferida para os comissários, de Santos, Delfino Martins & Cia., no ano de 1905, no valor de 59:735\$071, sendo 40:000\$000 de capital e o restante de juros acrescidos não pagos e multa de 20%. Os novos credores, Delfino Martins & Cia., não tendo recebido o pagamento da mesma, “arremataram em praça no dia 11/11/1909, a Fazenda São Joaquim [...] na acção executiva hypothecaria que moveram a Antonio Silvério da Silva Musa e sua mulher conforme consta da respectiva carta de arrematação [...]”.⁴¹

Quanto aos grandes fazendeiros locais (com mais de 100 mil pés e que faziam empréstimos acima de 100:000\$000), podemos afirmar que, em sua maioria, eram integrantes do *médio capital cafeeiro*, extremamente especializados na produção de café, tendo na terra sua principal “empresa”. Esses também não resistiram à crise. Vejamos um caso onde o credor teve que recorrer à liquidação forçada.

Em 16 de fevereiro de 1895, o Banco de Crédito Real de São Paulo concedeu um crédito ao dr. Fortunato dos Santos Moreira, e sua mulher, Ambrozina Salgado dos Santos Moreira, fazendeiros em Casa Branca, no valor de 300:000\$000, com juros anuais de 8% e prazo de quinze anos para pagamento. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda São Miguel, situada em Casa Branca, contendo 301 hectares, 250 mil pés de café, casa de morada, casa para administrador, uma dita para escritório, cinquenta casas de colonos, maquinismos completos para beneficiar café, movidos a água e a vapor de força de dez cavalos e terreiros ladrilhados. O devedor começaria a pagar a dívida em 30 de junho de 1895, por anuidades sucessivas, e 38:052\$000, compreendendo os juros na razão de 8% ao ano, amortização e comis-

41 Escritura de hipoteca nº 779. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

são de 1%, sempre sobre a importância total do contrato. As anuidades eram exigidas em prestações semestrais de 19:026\$000, cada uma vencível em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano. Mesmo sendo um crédito de boas condições, frente ao que havia no mercado de capitais, o devedor não conseguiu arcar com o pagamento e a dívida foi quitada em 17 de outubro de 1906, mediante liquidação forçada.⁴² Pelas fontes documentais, percebemos que o dr. Fortunato dos Santos Moreira e sua mulher, Ambrozina Salgado dos Santos Moreira, contraíram vários empréstimos junto a grandes casas comissárias como: a Prado, Chaves & Cia. e Raphael Sampaio & Cia..

Destá maneira, apesar de terem acesso ao crédito bancário e dos comissários, ou seja, a fontes especializadas de crédito (o que possibilitava melhores condições de empréstimo com juros menores e prazos maiores), esse exemplo demonstrara a fraqueza do setor produtivo altamente especializado que, mesmo conseguindo reduzir os custos da produção de café, ficava mais suscetível às crises, bem como a todos os inconvenientes do campo, como geadas e pragas.

De acordo com o aqui exposto, podemos assegurar que tanto os pequenos produtores quanto os grandes fazendeiros especializados na produção (médio capital cafeeiro), estabelecidos em Casa Branca, sofreram com a falta de uma política de crédito agrícola consistente, ficando reféns de um crédito comercial, de alto custo e de curto giro; fato que no fundo, atrás do aparente poder político, revelava a fragilidade econômica em que vivia o *senhor territorial*.⁴³ Longe estava, portanto, o fazendeiro médio de possuir a riqueza igual à dos componentes do *grande capital cafeeiro*, que conseguiam

42 Escritura de hipoteca nº 419. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

43 “Em verdade, na estrutura que vai do exportador inglês ao comissário nacional e deste ao agricultor, o Estado não intervinha, em favor do produtor, senão para regular o *status quo*. [...] Dois focos convergentes esmagam o chamado senhor territorial, dono de fazendas e engenhos: a burguesia comercial e o governo, aquela pelo crédito e este pelo apoio às medidas de controle econômico do comissário. Sobre o aparente poder político do agricultor, eleva-se o feixe de dependência articulada [...] Em contrapartida, permitiu ao proprietário absorver, anular ou encadear o pequeno proprietário, reduzindo a pouco mais de nada [...]” (Faoro, 2001, p.477).

suportar melhor as crises em virtude de seus investimentos variados no setor de transporte, financiamento e comercialização. Todavia, os segmentos identificados no *médio capital cafeeiro*, em vista de possuírem maiores propriedades, tinham melhores condições frente aos pequenos produtores, que por sua vez arcavam com as incongruências do sistema, pagando um juro alto, e ficando privados de comercializar a própria colheita e, ainda, tendo que *dividir os riscos*, se quisessem ter acesso ao crédito.⁴⁴ Para finalizar, pensamos serem as palavras de Renato Perissinotto esclarecedoras, quanto à dominância do capital mercantil sobre a produção:

Enquanto o grande capital tinha capacidade de autofinanciamento, podendo enfrentar as diversas dificuldades da economia cafeeira, a lavoura, por sua vez, via-se completamente desprotegida, sem condições de enfrentar crises de preços e submetidas à especulação comercial. Se, por um lado, podemos inferir a partir da persistente ausência de crédito a fraqueza política da lavoura, por outro lado, podemos também deduzir desse fato a força política do grande capital cafeeiro que conseguia, assim, perpetuar a dominação mercantil sobre a produção. (Perissinotto, 1994, p.91)

Elites e as hesitações da urbanização: junto com o café, exporta-se riqueza

Expandindo as considerações a respeito das modalidades e hierarquias do crédito no complexo cafeeiro paulista, procuramos, neste item, compreender os reflexos dessa ossatura do mundo econômico no mundo urbano. Sendo a cidade *locus* privilegiado da materialização da riqueza, pensamos ser factível esse tipo de análise, pois buscamos, segundo a teoria dos efeitos em cadeia, desvendar o porquê do capital cafeeiro não ter “vazado” localmente, fato que

⁴⁴ Sem crédito, equivale dizer sem dinheiro, e o “dinheiro, dizem os setes sábios da Grécia, é o sangue e a alma dos homens, e aquele que não o tem caminha como morto entre os vivos” (Braudel, 1995, p.437).

contribui para a configuração de pequenas cidades. A pergunta, *a priori*, surge porque algumas cidades cresceram e outras não? Existe alguma ligação entre o circuito urbano do complexo cafeeiro e a hierarquia da cadeia creditícia dessa economia? Que papel cumpriu São Paulo como cidade *polo*? Enfim, podemos estabelecer alguma relação entre o crédito e as *hesitações da urbanização*?

Essas indagações a respeito do desenvolvimento das cidades não são novas, mas ainda carecem de melhores elucidações. Pierre Monbeig, assim suscita o debate:

Se detêm certas cidades o papel de capitais regionais, outros antigos patrimônios não vão além de uma função local. Todavia, no momento de suas fundações, não tinham essas cidades, grandes e médias, probabilidades aparentemente iguais? Não estavam todas elas nas mesmas condições geográficas? Eis, portanto, o problema colocado pela geografia urbana da franja pioneira paulista: da sementeira urbana lançada ao longo dos espigões, por que germinam alguns grãos, enquanto outros param de crescer? (Monbeig, 1984, p.341)⁴⁵

Tendo em vista que a realidade brasileira é ímpar por congregar algumas características sociais singulares, como por exemplo, sua origem colonial, a permanência secular do trabalho escravo, o ranço personalista, a estrutura fundiária pautada no latifúndio, a dependência econômica e tecnológica frente aos países centrais do capitalismo, derivadas em parte das metamorfoses e vicissitudes do capitalismo periférico, considerando tudo isso, dizíamos, é válido lançar mão de modelos interpretativos que priorizem um tipo de urbanização que não segue, exclusivamente, as formas do modelo clássico de urbanização das áreas centrais do sistema capitalista, ou seja, Europa e Estados Unidos (Costa, 1999, p.233).

45 Para o autor: "As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os *homens*, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas" (ibidem, p.346).

O debate a respeito do fenômeno urbano, apenas para situar no tempo este trabalho, é recorrente desde o final do século XIX e início do século XX, e se divide em múltiplas interpretações, como, por exemplo, a da *Escola de Chicago* e da *Escola de Frankfurt*, e ganhou acentuado espaço, na última década, nos meios acadêmicos e na esfera política; fato reforçado pela crescente urbanização da vida que tem vindo a ocorrer em dimensão mundial – porém de forma caótica – principalmente nas regiões periféricas (Freitag, 2007).

Na esteira desses debates, e de acordo com o tema proposto, o presente trabalho busca objetivar algumas reflexões que articulem: a vida urbana, os mecanismos de acumulação e as formas de atuação da elite paulista na órbita do complexo cafeeiro e, tenta, ainda, avaliar como tais atuações contribuíram para aquilo que denominamos *hesitações da urbanização*, entendida aqui em seus aspectos concernentes ao desenvolvimento urbano-industrial e à modernização, ou melhor, na não ocorrência destes aspectos em algumas cidades do interior do estado.

Buscando alinhar os temas até aqui debatidos, procuramos lançar mão de uma análise histórica do desenvolvimento econômico, para estabelecer as relações entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura paulista, intimamente vinculada à atividade creditícia, e o seu destacado processo de urbanização ou de modernização urbana. Objetiva-se, ainda, compreender a lógica da acumulação e da modernização operante no capitalismo e, respectivamente, sua reprodução no complexo cafeeiro, visando entender por que razão os “benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos do interior” (Costa, 1999, p.233).

As cidades do complexo cafeeiro compõem um dos mais expressivos circuitos de interação e de complementaridade urbana do mundo contemporâneo. A reflexão sobre as possíveis histórias que têm nessas cidades, e em seus ambientes, pode ajudar muito na compreensão da urbanização brasileira e de um dos fenômenos mais notáveis do capitalismo periférico no hemisfério Sul: a constituição da mais saliente rede urbana nas regiões do centro-sul brasileiro, na

conjuntura que permitiu o surgimento do complexo cafeeiro, entre 1820 e 1950.

Uma pequena cidade, como as muitas do interior do estado de São Paulo, seria um bom campo de estudo na atualidade? De acordo com o historiador francês Fernand Braudel, “sim, sem dúvida, com a condição de que não seja estudada somente por si e em si mesma [...], mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço”(Braudel, 2005, p.228).

Com esse intuito, e seguindo o estilo de uma *história-problema* de abordagem *estrutural*, aos moldes da primeira e segunda gerações dos *Annales*, mergulha-se no passado para tentar compreender o presente. Duas observações se fazem necessárias antes de seguirmos. A primeira é quanto ao termo *estrutural* aqui lançado: os historiadores não devem se esquivar da busca de permanências existentes nas sociedades, pois sendo histórico o que muda, também é histórico o que não muda. Segundo Fernand Braudel:

A história assim privilegiada é por mim chamada estrutural, sob o signo da duração, da repetição, da insistência. Digo estrutural sem me preocupar com o estruturalismo dos linguistas, que não me incomoda, nem me tenta, sem me preocupar com o estruturalismo dos pernósticos dos anos sessenta, para quem a estrutura não é mais do que um sistema de relações abstratas. Para o historiador, trata-se, ao contrário, de coisas bem reais. É estrutura, para ele, o que, na massa de uma sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso. (Braudel, 2002, p.356)

A segunda observação diz respeito à *história-problema*, que concorre ao ofício do historiador com os imperativos e implicâncias do presente. Há quem diga que com Braudel “estamos diante de uma *história implicitamente retroditiva*, que decide sobre a importância relativa dos acontecimentos ou instituições em função do que ela

conhece de seu futuro posterior e de sua significação atual” (Caillé, 1989, p.98). Sendo assim, a pesquisa histórica deve sempre forçar as portas do tempo presente.

Atualmente, a região de Casa Branca⁴⁶ contempla municípios “modestos”, em termos de riqueza e população, como as cidades de Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú e a própria Casa Branca, que têm uma média populacional em torno de 30 mil habitantes; com PIBs e a maioria dos empregos ligados à agricultura, e onde a principal atividade é a canaveira, prevalecendo ainda uma renda e uma estrutura fundiária consideravelmente concentrada.⁴⁷ São as *cidades-mortas*⁴⁸ que, a despeito de estarem no circuito da riqueza do estado de São Paulo, não tiveram desenvolvimento urbano e industrial consideráveis.

Contudo, através de um breve exercício retrospectivo às “raízes históricas” da região, vê-se que aqui estavam presentes os elementos necessários para promoverem (mas não o fizeram) a *glória do progresso*, ou seja, o desenvolvimento e a concentração urbana e industrial, pois contava com uma cafeicultura de grande escala, devida ao clima e à boa qualidade do solo, levada a cabo por famílias da elite paulista ligada ao *grande capital cafeeiro*; havia duas ferrovias, a Paulista e a Mogiana, que conectavam as cidades aos grandes centros mundiais; e os imigrantes surgiam generosamente de vários lugares, atraídos pela cafeicultura e pelas suas atividades complementares; enfim, parecia que tudo daria certo no *futuro*; porém, não deu. Onde se podem encontrar as causas que travancaram a *glória do progresso*?

46 Desmembraram-se de Casa Branca, ao longo do tempo, os seguintes municípios: Caconde (1864); São Simão (1865); Mococa (1871); Santa Cruz das Palmeiras (1885); São José do Rio Pardo (1885); Tambaú (1898); Itobi (1859); Machado Junior (1997. p.31).

47 Dados do IBGE, acesso em junho 2010.

48 “A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caqueixa, uma verdade que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reftui com eles de uma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando para trás de si um rastilho de taperas” (Lobato, 2007, p.21).

A hipótese principal da investigação é que o rumo dos acontecimentos teve tal direção e desdobramento – em virtude da localização periférica dessas cidades em relação aos grandes centros regionais, como Campinas e Ribeirão Preto, por exemplo, e, principalmente, em relação à cidade de São Paulo, que era o centro dinâmico do complexo cafeeiro – que vale frisar que, na visão braudeliana, Londres era o principal centro da *economia-mundo* nesse período. Com tal hierarquia existente entre as cidades, Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú ficaram sufocadas e tiveram sua acumulação limitada, bem como seus ritmos e fluxos condicionados aos desnivelamentos exercidos pelos centros urbanos mais expressivos, que se antepuseram como etapas a serem vencidas.

Não deixamos de considerar a hipótese da intervenção de outros eventos posteriores para a configuração de tal quadro, mas damos ênfase ao período escolhido, pois boa parte da riqueza da cidade, que poderia ter contribuído para investimentos internalizados em outros setores, foi “bombeada” dali, interferindo no processo de acumulação de capitais em nível local; a cidade largava, assim, em desvantagem com relação a outras. Portanto, não julgamos ser só esse *fato* o responsável pelo entrave desses diminutos núcleos citadinos, mas pensamos que, dada a incapacidade de retenção do capital agrário, via efeitos de encadeamentos financeiros e comerciais na esfera local nesse momento, esse capital fora “sugado” da região em decorrência das relações desiguais da cadeia do crédito e do estabelecimento do *locus* de comercialização do café (e do capital mercantil) em outras cidades.

Pensamos ser a história comparativa uma grande aliada para elucidar a questão. Como exemplos da ocorrência de efeitos de encadeamento que possibilitaram a internalização do capital em algumas cidades, podemos citar Campinas (SP) e Juiz de Fora (MG).

Em trabalho recente que versa enfaticamente sobre as relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos na expansão da fronteira agrícola do café, Rogério Naques Faleiros agregou variados recursos metodológicos à pesquisa, e não se esquivou de tecer um painel abrangente acerca das cidades sobre as quais

se debruçou. Esse historiador nos dá um importante relato sobre Campinas:

Do ponto de vista da organização do sistema de crédito, Campinas também apresentava uma posição de destaque. Além de atividades agrícolas e manufatureiras, registrava-se no município a presença de importantes estabelecimentos financeiros, tais como o *Banco da Província*, estabelecimento fundado em 1885, que tinha sua sede na capital e agências em Santos e Campinas. [...] Em 1886, também entraria em funcionamento na cidade de Campinas uma agência do Banco Comercial de São Paulo [...]. Campinas era síntese do complexo cafeeiro, aglutinando atividades ligadas à produção agrícola, ao comércio, à indústria (direta ou indiretamente ligada ao café) e um sistema bancário e de crédito consolidado. O capital cafeeiro assumia múltiplas faces e em todas elas a elite campineira, por conta da diversificação de suas atividades, encontrava lugar de destaque. Evidentemente a diversificação e um maior número de possibilidades de investimento devem-se à nova forma de organização do trabalho e à concentração populacional. (Faleiros, 2010, p.81)

Notamos que a cidade de Campinas se destacava em relação às cidades em sua órbita e, através de um sistema financeiro e comercial, ela conseguiu internalizar riqueza, que em muitos casos era adquirida, além da cafeicultura local, através das prestações de serviços diversificados no âmbito financeiro e comercial, que auferiam em decorrência dos negócios do café com outras cidades. Ou seja, a metrópole de Campinas conseguia hierarquizar outras cidades menores e especializadas na produção, como Casa Branca.

Outro exemplo, apesar de distante geograficamente de Casa Branca, é o da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Anderson Pires, num trabalho de fôlego, tanto no que diz respeito ao levantamento de dados quanto de teorização, apresenta uma “realidade” muito próxima da que pretendemos desnudar. Ele busca situar a cidade de Juiz de Fora em relação à do Rio de Janeiro, centro do

complexo agrário-exportador na qual a cidade estava inserida; mas ressalta a posição “intermediária” ocupada por Juiz de Fora, frente à periferia do sistema, que também recai nas cidades menores e especializadas na produção do café. Na visão desse historiador, mesmo estando despojada do núcleo comercial de exportação e da estrutura do poder político estadual, a cidade conseguiu, por meio da cristalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, estabelecido ali, internalizar o capital agrícola gerado na própria economia cafeeira; fato que foi essencial para, mais tarde, fundamentar o processo de industrialização local. Assim, apontou com destreza “o potencial e o significado que viriam assumir as transferências do capital cafeeiro para o setor industrial através do mercado financeiro no seio da economia regional” (Pires, 2009, p.409).

Quando se analisa a economia de Casa Branca, não se encontra vestígio de um sólido *efeito de encadeamento financeiro ou comercial*, ao contrário do ocorrido em Juiz de Fora, que reuniu “dentro da economia que representava, recursos significativos, constituído por fortunas agrárias, financeiras, mercantis e urbanas, disponíveis para inversões e investimentos de capital [...]” (ibidem, p.396). Revela-se, assim, que a impossibilidade de diversificação econômica, e, conseqüentemente, sua especialização relativa ao nível da produção e absoluta ao nível do crédito, criam marcas indelévels na feição dessas “agrocidades”, que foram compelidas à base da hierarquia urbana.⁴⁹

Mas, se de fato as coisas aconteceram assim, como constatar tal hierarquização? Fernand Braudel identifica o que ele chama de capitalismo nas cidades, principalmente nas ocidentais, cujos comer-

49 De acordo com a perspectiva da geografia econômica: “Existe uma hierarquia das regiões polarizadas correspondente à hierarquia dos bens especializados por elas produzidos. Pode-se assim definir uma polarização nacional, uma regional e uma local. [...] o desenvolvimento polarizado supõe uma divisão do trabalho entre as cidades, entre as regiões e até mesmo entre as nações. As cidades de uma região hierarquizam-se de acordo com a diversidade de suas funções. As menores fornecem essencialmente [...] algum produto muito especializado. Dispõe as mais importantes de toda uma gama de produtos e de serviços [...]” (Boudeville, 1973, p.15).

cientes, mercados, fluxos, técnicas, redes, dentre outros elementos, formam um conjunto robusto e indissolúvel (Fourquet, 1989, p.79-96). Consoante a isso, a ideia de *economia-mundo* coopta a favor de sistemas relativamente fechados e complexos de divisão internacional do trabalho, onde os centros canalizam a maior parte dos lucros e dos capitais gerados nas malhas desse sistema, tornando-se os grandes beneficiados. Vejamos as palavras de Braudel:

Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; [...] implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo já dominante, seja qual for sua forma. [...] hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagens, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto. (Braudel, 1996b, p.16)

Essas desigualdades e diferenças de voltagem são, no fundo, desnivelamentos de mercado que tendem a manter o circuito ativo e lucrativo para “os centros”, e são resultantes das hierarquias sociais e da própria dinâmica do capitalismo. Podemos observar essa realidade através da economia da região de Casa Branca.

Vale frisar que, na concepção braudeliana, a respeito da economia, o capitalismo está situado, como seus atores (elite), no alto da cadeia mercantil, ficando as ações de maior lucratividade e as vantagens mais significativas restritas a uma pequena parcela do tecido social. Nessa concepção ainda, vemos que o capitalismo tende a ser, antes de tudo, comercial, isto é, o capital de maior grandeza é decorrente do comércio e de trocas realizadas dentro da *economia-mundo*. Um intérprete de Braudel aponta na seguinte direção:

O capitalismo, acredita ele, não surge na produção, mas na circulação. Existe capitalismo a partir do momento em que entre

compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante; e isso é mais especialmente verdadeiro quando o terceiro é um intermediário financeiro, um comerciante de dinheiro – um banqueiro. O lucro capitalista seria, portanto, por natureza, de ordem especulativa. Muito longe de inscrever-se (como pensava Marx) no jogo das equivalências comerciais, ele resulta da capacidade do intermediário capitalista de falsear as regras da troca em seu benefício. Suprima-se os intermediários, parece dizer Braudel, e você estará suprimindo o capitalismo para deixar apenas o justo mercado. (Caillé, 1989, p.102)

Levando-se em conta essa “lógica” do capitalismo comercial e o peso do capital gerado por ela, buscamos, ao longo da pesquisa, avaliar como essa *lucratividade especulativa*, gerada pelos intermediários ou negociantes de dinheiro, foi exercida na cafeicultura da região de Casa Branca.

Como já afirmamos, a cafeicultura casabranquense, segundo as fontes consultadas para o ano de 1919, contava com figuras expressivas, sendo donos dos maiores cafezais: Cel. Christiano Ozório de Oliveira, 1.790.000 pés de café; Coriolano de Lima, 430 mil; Bento Ribeiro Nogueira, 360 mil; Cel. Prudente José Corrêa, 197 mil; Luciano Ribeiro Nogueira, 192 mil. Vale dizer ainda que nomes como: Barão de Mogi Guaçu, Tenente Coronel José Júlio de Araújo Macedo, dentre outros membros de famílias como Gonçalves dos Santos, Garcia Leal e Villas Boas, possuíam grandes plantações de café, como o Barão de Rio Pardo que, em 1900, possuía 420 mil pés de café.

O município vizinho de Santa Cruz das Palmeiras também foi *locus* da grande lavoura cafeeira, em termos de produção, onde a média de cafeeiros por cada propriedade atingiu a marca de 93.458. Esse fato deve-se, sobretudo, às qualidades naturais da região e à excelente qualidade do solo, conhecido como terra roxa, considerado ideal para a cultura do café, bem como às relações sociais de produção travadas nessa localidade. Em Ribeirão Preto, a média de cafeeiros por propriedade era de 84.324; em São Carlos de 80.029;

em Campinas de 44.490; em Jaú de 29.973 e em Franca de 18.276 (Tosi; Faleiros; Teodoro, 2005, p.291-327).

Essa média atinge tal magnitude por causa da produção das grandes fazendas da elite paulista, possuidoras de terras no município, como por exemplo: a Fazenda “Palmares”, do Conde Armando Álvares Leite Penteado, que chegou a ter mais de 800 mil pés de café; as Fazendas “Brejão” e “Santa Veridiana”, propriedades da família Silva Prado, possuíam juntas, mais de 1.200.000 pés de café; a Fazenda “São Carlos”, da Condessa Monteiro de Barros, tinha cerca de 335 mil pés de café; a Fazenda “Santa Eugenia”, do Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, cerca de 385 mil pés de café; a Fazenda “Santa Maria”, da Baronesa de Japy, à volta de 333 mil pés de café; as Fazendas “Aurora” e “Mattão”, de João Carlos Leite Penteado, 550 mil pés de café, aproximadamente; a Fazenda “Santa Escolástica”, de José Vicente Queirós Ferreira, cerca de 300 mil (Simoni, 1906).

Esses “agentes” sociais, quase que na totalidade ligados à elite mercantil do estado de São Paulo, e até mesmo do país, foram os responsáveis por implementar essa cafeicultura de maiores proporções no município, reforçando a estrutura de diferenciação social na região estudada. É evidente que existiam unidades produtoras de café de pequena e média proporção; porém, acabavam subordinadas às ações desses agentes que ocupavam o topo da hierarquia mercantil, por meio da monopolização da produção, e em alguns casos do comércio e do financiamento. Para Faleiros:

A base pela qual operavam os homens do café era calcada num estreitamento das relações de mercado, ou seja, transferiam aos meios de troca a conformação social existente, o que na prática, significava deter o monopólio da circulação monetária de primeira instância. (Faleiros, 2008, p.45)

Constatamos que o crédito agiu, dentro desse conjunto, no sentido de reforçar as hierarquias sociais e mercantis. Analisando as escrituras públicas de hipotecas e os penhores agrícolas, perce-

bemos uma hierarquia na cadeia creditícia, em que os cafeicultores mais poderosos, ligados ao *grande capital cafeeiro*, concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à comercialização e ao financiamento do café, subordinavam os pequenos cafeicultores, os atrelados ao *médio capital cafeeiro* (grandes, mas especializados) e os demais tomadores de crédito. Salienta-se, portanto, que nessa hierarquia o topo da cadeia era ocupado pelo *grande capital cafeeiro* nacional, muitas vezes aliado ao capital estrangeiro, tendo como fonte os grandes centros financeiros mundiais – onde a diversificação dos investimentos é uma realidade, como por exemplo, Londres e São Paulo – até chegar à órbita do complexo cafeeiro, nas cidades especializadas na produção do café, como por exemplo, Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras.

As hierarquias eram mantidas no próprio município, sendo que o grande capital acessível aos grandes fazendeiros foi o responsável por ativar as transformações e a expansão das atividades complementares, inserindo outros agentes que participam de forma mais modesta, mas não menos importante, na reprodução e na acumulação do capital cafeeiro. Essa estruturação ficou mais perceptível quando observamos a natureza dos bens hipotecados, na sua maioria imóveis rurais. Os números dizem que mais de 90% dos imóveis hipotecados se referiam a propriedades rurais destinadas à cafeicultura. Quanto à natureza dos devedores, os dados mostraram que o maior montante do crédito também foi destinado a pessoas ligadas à atividade cafeeira. Fato reforçado, ainda, pela observação dos penhores agrícolas, onde quase 100% dos contratos envolveram diretamente o café, demonstrando a importância da agricultura na região.

Não só as formas de produção motivadas pela elite paulista, dona das maiores propriedades, foram as responsáveis pela extração do capital cafeeiro da cidade. Outra forma de visitarem o setor produtivo foi, como vimos, através do fornecimento de crédito, em que impunham severas cláusulas contratuais que lhes garantiam o direito de comercialização sobre a safra do devedor.

Assim, juntamente com a transferência dos membros do capital cafeeiro para São Paulo, foi-se também a riqueza gerada no muni-

cípio, fazendo que as cidades do interior perdessem um importante elemento de sua vida econômica e social. “Se as cidades do interior perderam essa importante variável de sua vida, a Capital do estado, por sua vez, recebeu daqueles elementos as suas maiores influências” (Perissinotto, 1999, p.86). O eminente sociólogo Florestan Fernandes “captou” a importância desse *processo de polarização* para a cidade de São Paulo, que conseguiu convergir para si os capitais do interior. Assim, descreve:

Tornou-se uma cidade grande, dotada de uma complicada rede de comunicações e de transportes, de uma extensa área urbana, consideravelmente diferenciada, de um sistema comercial, industrial e bancário altamente complexo e com tendências expansivas, de meios modernos de educação, de assistência e de recreação. Centro de grandes operações financeiras, para ela convergem os capitais do Estado de São Paulo [...]. (Fernandes, 2008, p.185)

Ainda pelo ângulo da capital paulista, o trabalho de Maria Arminda do Nascimento Arruda revela-nos a importância dos capitais, gerados nas vastas áreas cafeeiras do interior, para a modernização de São Paulo:

A cidade de São Paulo, nos anos 50, encontrava-se submetida a modificações ponderáveis em todos os planos da convivência urbana, adquirindo os contornos definitivos de metrópole, substrato do aparecimento das instituições da cultura e das novas linguagens. Desde o pós-guerra, as grandes cidades mundiais passavam por processos de redefinição de suas funções urbanas, de readequação da malha ocupacional do espaço, visível na tendência à desconcentração dos bairros étnicos, na reestruturação das relações inter e intrametropolitanas. No meio do século, a capital paulistana perdera o ar acanhado dos anos que viram nascer o Modernismo, momento no qual os imigrantes representavam um terço da população, concentrando-se em

bairros preferenciais, conferindo um tom estrangeiro à cidade. Alterava-se o ritmo da vida urbana e a antiga cidade, moldada na dinâmica da economia cafeeira, apresentava-se com renovado layout, pontilhado pelas chaminés. (Arruda, 2001, p.52)

Ajustando as lentes, do ponto de vista do interior, tentamos compreender os efeitos desse *processo de polarização*, ocorrido através de desnivelamentos de mercado e pela cadeia hierarquizada do crédito, que atuaram como mecanismos de sucção dos capitais do interior. Não há árvores vigorosas sem rebentos no pé. Observando Casa Branca, como se já não bastassem tais estratégias para promover a evasão de capitais da cidade, a elite paulista adotou, adicionalmente, formas de atuação que retiravam ainda mais a autonomia e as possibilidades de desenvolvimento desses municípios. Queremos dizer que as divisas que poderiam ter sido retidas no município, pela cobrança de impostos sobre a produção de café, foram burladas pelos membros da elite paulista, ou seja, muitas vezes eles não pagavam os impostos locais.

Essa “ação” pôde ser percebida em uma procuração feita pela Intendência da cidade de Casa Branca – o centro administrativo da região, a cerca de vinte quilômetros de Santa Cruz das Palmeiras – que recorreu aos impostos atrasados do dr. Martinho da Silva Prado:

Aos quatorze dias do mez de fevereiro de 1890, nesta cidade de Casa Branca, em o paço Municipal presente Seus Intendentes [...] foi dito que pela presente nomeam seu bastante procurador na cidade de São Paulo, ao advogado Dr. João Mendes d’Almeida, especialmente para tractar de receber amigável ou judicialmente do Dr. Martinho da Silva Prado, a quantia de 2:000\$000 de imposto sobre café nos exercícios de 1883 á 1884 e de 1884 á 1885, creado pela Lei Provincial nº 143 de 18 de julho de 1881.⁵⁰

50 Livro de Registro de officios, editais e mais papéis nº 2, da Câmara de Casa Branca. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

É nítido, portanto, que as formas de atuação da elite paulista foram cruciantes para as hesitações da urbanização do município de Casa Branca. Essa elite não só manteve a hierarquia social, por meio da hierarquia mercantil imposta pelas relações de crédito, como também retirava os poucos recursos que poderiam ficar na cidade com a cobrança de impostos, fato recorrente na economia cafeeira da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, desta maneira, que existia uma inequívoca hierarquia na cadeia creditícia, na qual os grandes cafeicultores – principalmente os membros do *grande capital cafeeiro*, como o conselheiro Antonio da Silva Prado – tinham possibilidades de tomar empréstimos maiores, em especial nos momentos de crise do café, em *agências especializadas*, por exemplo, bancos nacionais e internacionais. Pagavam juros menores e com prazo mais flexível, estendiam suas atuações para além da fazenda, monopolizando não só a produção, mas também o transporte, o financiamento e a comercialização do produto; enquanto os pequenos cafeicultores, e outros segmentos locais, ficaram reféns de empréstimos com taxas de juros mais altas e maior rigidez nos prazos, tendo de se sujeitar aos mecanismos de atuação local impostos pelos membros da elite paulista, e tornando-se alvo de práticas como a *divisão dos riscos*, empregada pelos fornecedores de crédito.

Dessa forma, o curso centralizador do capital mercantil da *microeconomia-mundo* do complexo cafeeiro “afastou a propriedade rural de seu eixo autonomista, vinculando-a às sedes urbanas de crédito, com o predomínio da classe especuladora, interessada no lucro e nos juros, sem permitir o senhor de rendas, ativo e independente” (Faoro, 2001, p.469).

Vale ressaltar, ainda, o caráter *personalista* adotado nas relações de crédito, prevalecendo, muitas vezes, um *crédito de vizinhança*; ou seja, averiguamos, na análise das fontes documentais, uma constante peculiar: a proximidade familiar e “afetiva”, tanto no meio rural quanto no meio urbano, entre tomador e fornecedor de crédito. São inúmeros os casos em que os mesmos aparecem com propriedades vizinhas. Abre-se, assim, a possibilidade de um contato maior com outras áreas das ciências sociais, nomeadamente a Antropologia e a Sociologia, para pensarmos o entendimento das relações no tecido social, que acabaram impactando nas relações econômicas. Nessa medida, vemos que, mesmo em sociedades em vias de modernização, como é o caso de Casa Branca, na passagem do século XIX para o século XX, podemos deduzir uma tendência à manutenção de realidades sociais de longa duração, tocadas por arremedos capitalistas, mas ainda pautada nas relações pessoais *face a face*, tipicamente tradicionais (Balandier, 1976), configurando um caráter singular ao crédito e vindo a corroborar outros estudos, como o de Anderson Pires, que escreveu o seguinte:

Inadequações, altos custos de transação e de informações, deficiências no sistema legal e institucional, a presença em graus e níveis variados do Estado, “altas” taxas de juros, assimetria de informações, entre outros, são assumidos como parte integrante do funcionamento destes mercados de crédito e capital. Mas o que tem marcado a historiografia e surpreendidos historiadores do tema é exatamente como estruturas assim delineadas superaram estes “limites” e reuniram condições de realizar, à sua forma, boa parte das funções que os mercados financeiros capitalistas vêm desempenhando em sua própria economias. O resultado tem sido a descoberta de outros verdadeiros universos de organização e estruturação de sistemas financeiros e mercados de capitais, em muitos casos tão dinâmicos e complexos na diversificação de seus agentes e instrumentos que a concepção que identificava crédito e capitalismo [...] ficou definitivamente combatida. (Pires, 2009, p.397)

É igualmente importante observar que a grande concentração de capital cafeeiro no município não gerou o desenvolvimento industrial local. Não podemos deixar de frisar que a economia cafeeira foi essencial para o processo de modernização do município, mas os capitais gerados na própria economia não geraram efeitos de encadeamento local; pelo contrário, foram subordinados aos interesses da elite paulista que atuava na região, e que diversificava seus negócios nos grandes centros urbanos, ou seja, no topo da cadeia mercantil.

O jogo das trocas, principalmente, quando se trata do “comércio de capitais” em grande escala, não era para qualquer um; poderíamos supor, em vista do grande volume de empréstimos e do afluxo monetário que ocorreu na direção de Casa Branca, que a cidade se constituía num *locus* privilegiado de *absorção* de investimentos. Porém, os mesmos visavam, antes de tudo, à monopolização da produção para agentes externos, que ficavam com as maiores margens de lucro. Fernand Braudel, em sua análise da moeda e de seus movimentos de extenso raio, constatou que a acumulação de capital não ocorre sem desnivelamentos de mercado, e que isso foi peça-chave no domínio da Europa sobre o mundo:

E estes jogos não se limitam à Europa. É em escala mundial que se projeta e se explica o sistema, vasta rede lançada sobre as riquezas dos outros continentes. Não é de desprezar o fato de, com o século XVI, para benefício da Europa, os tesouros da América se exportarem até para o Extremo Oriente, aí se convertendo em moedas locais ou lingotes. A Europa começa a devorar, a digerir o mundo. Por isso, protestemos contra certos economistas do passado, até de hoje, que parecem lamentá-la retrospectivamente, duvidar de sua saúde: sofreria, dizem, uma hemorragia monetária permanente em direção ao Extremo Oriente. Primeiro, não morreu disso. Depois, é o mesmo que dizer de alguém que bombardeia uma cidade preste a ser tomada que vai gastar balas, pólvora e esforços. (Braudel, 1995, p.419)

A moeda, diante disso, age como um elemento que sustenta e reforça as hierarquias da vida econômica. No que respeita ao complexo cafeeiro, percebemos que o crédito pautado nas *moedas fortes* ficou restrito a um segmento social diminuto, que a monopolizava através da *moeda fiduciária bancária* e, às vezes, *comissária*, sendo o empréstimo aos cafeicultores uma espécie de “bomba de sucção” do capital agrário destes para aqueles. Para suavizar essa dependência, os fazendeiros procuravam criar instrumentos de crédito baseados naquilo que chamamos de *moedas fracas*, como os vales das fazendas, que também funcionavam como “bombas de sucção” relativamente à mão de obra das fazendas.

Portanto, afirmamos que, na economia-mundo, os centros dinâmicos possuidores de atividades diversificadas hierarquizam as bases, onde a produção tende a ser especializada, e que, em vista disso, ficou privada da *glória do progresso*, configurando as *hesitações da urbanização*, e revelando a importância de se compreender a trama das hierarquias urbanas. O mais significativo em tudo isso, é que as cidades têm de se equilibrar num jogo duplo entre o espaço regional e o espaço internacional, sendo que a “maneira pela qual a vida internacional afeta uma cidade qualifica-a tanto, e por vezes mais, quanto a sua ligação perene com as que lhe são próximas. A história geral se sobrepõe à história local” (Braudel, 1996a, p.162).

Desta forma, congregando elementos de um percurso investigativo que possibilitasse uma nova síntese histórica, à qual nos propomos, providos de uma gama variada de ferramentas conceituais relativas à história econômica, social e cultural, com abordagens da história agrária, urbana e regional, procuramos fundamentar as interpretações em âmbito local, ou seja, no estudo da *parte*, e tecer correlações com o *todo* da história econômica paulista e do avanço do capitalismo pelo mundo, possibilidade ímpar derivada do foco analítico sobre as cidades.

Em conclusão, há realidades *diferenciadas* a serem *desvendadas* no processo de urbanização do Brasil, na passagem do século XIX para o século XX, que serão mais conhecidas se o historiador eleger as pequenas cidades, como as do interior de São Paulo, o seu *labo-*

ratorium, pois essas mesmas realidades abrem um leque de análise soberbamente amplo para entendermos diversas facetas da História brasileira. A título de exemplo, temos: a especialização das cidades, a industrialização nacional, a formação do *capital agrário e financeiro*, a constituição das redes urbanas regionais, as formas de atuação das elites, a relação entre memória e identidade, o simbolismo arquitetônico, as manifestações culturais e a sociabilidade dos grupos que compõem o tecido urbano-social.

Para finalizar, cabe a pertinente pergunta de Fernand Braudel: “Uma sociedade global *coerente* não será uma hierarquia que conseguiu impor-se ao conjunto, sem forçosamente destruir as outras?” (1996a, p.414)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C; NICOL, Robert. *Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- AMADO, Janaina. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (Org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. *Saeculum*, João Pessoa, jan. /jun. 2007.
- _____. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008a.
- _____. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v.4, n.3 (número especial), ago/ 2008b, Taubaté, SP, Brasil.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e o sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, 1987.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.) *Na Estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BOUDEVILLE, Jacques R. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, t.1, As estruturas do cotidiano, 1995.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.2, Os jogos da troca, 1996a.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.3, O tempo do mundo, 1996b.
- _____. *Reflexões sobre a história*. Eduardo Brandão (Trad.). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Escritos sobre a história*. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota (Trads.). 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRIOSCHI, Lucila Reis et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.
- BRUNO, Ernani da Silva. *Café e negro: contribuição para o estudo da economia cafeeira de São Paulo na fase do trabalho servil*. São Paulo: Atlanta Editorial, 2005.

- CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: AYMARD, Maurice, et al. *Ler Braudel*. Beatriz Sidou (Trad.). Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- _____. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CAMARGO, Jose Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. 2 v. São Paulo: IPE/ USP, 1981.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sergio Buarque (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- _____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.
- CUNHA, Máisa Faleiros da. *Mineiros em terras paulistas: economia e sociedade*. 2010. <Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A127.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2010.
- D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DELFINO NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- ELLIS, M. A Mineração no Brasil no século XIX. In: HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. 6.ed. t.2; v.6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café*: Franca, 1880-1920. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008.
- _____. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.
- _____. *As ferrovias e a cafeeicultura paulista entre o mercado interno e externo (1888-1917)*. XVI Encontro Nacional de Economia Política: Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro. Uberlândia, 2010. Sociedade Brasileira de Economia Política. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/2005_09dbd08e12d4383b7179322ad0e14094.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2011.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Global, 2008.
- FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- FURLANI, Geraldo Majella. *O município de Casa Branca*. Casa Branca, SP: São Sebastião Editora e Gráfica, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Caminho para Santa Veridiana: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras*. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODOY, J. F. de. *A província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.
- GOMES, Márcio Pereira. *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2009.

- GRILO, Antonio Theodoro. *Tocaia no fórum: violência e modernidade*. Franca: Tese (Doutorado em História), UNESP-FHDSS, 2009.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HIRSCHMANN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio. (Orgs.) *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- JUNQUEIRA, Eduardo Diniz. Fazendas e fazendeiros. In: BRIOSCHI, Lucila Reis et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.
- LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto: VGA, 1996.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. London: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Globo, 2007.

- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO JUNIOR, Armando Marcondes. *Divisão territorial do Estado de São Paulo*. São Paulo: CONAM, 1997.
- MANTEGA, Guido; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARCONDES, Renato Leite. *O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. Revista Brasileira de Economia. v.56, n.1, Rio de Janeiro jan./mar. 2002.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- _____. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sergio Buarque (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. 6.ed. t.2; v.6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDES, Luiz Affonso. *Santa Cruz das Palmeiras: de 1765 à Revolução Constitucionalista de 1932*. Santa Cruz das Palmeiras, SP: A Cidade, 2000.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MISSURA, Fábio Augusto. *Costa Machado: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1877-1917)*. Franca: Dissertação (Mestrado em História), UNESP-FHDSS, 2003.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOURA, Denise A. Soares de. Relações de trabalho e convívio em um município cafeeiro (Campinas, 1871-1885). In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (Orgs.) *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- _____. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1889-1930*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. v.1 e 2.
- PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889-1930*. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/ USP, 1986.
- _____. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII-XVIII*. Bauru: Edusc, 2003.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/ USP, 1980.

- SÃO PAULO (Estado). *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-38.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_533.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. ed.7. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- SIMONI, João De. *Almanach Ilustrado de Santa Cruz das Palmeiras: 1905-1906*. Santa Cruz das Palmeiras, SP: Typografia do Correio Palmeirense, 1906.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 6.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unicamp, 2000.
- TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*. São Paulo: HUCITEC; Campinas, SP: FUNCAMP, 1981.
- TAUNAY, A. E. *História do Café no Brasil*. Brasil Imperial 1822-1872. t.1. v.3, Rio de Janeiro: Ed. Depto. Nacional do Café, 1839.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca 1885-1914. Campinas. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP, 2006.
- TOLEDO, Lafayette de. *Almanach de Casa Branca para 1889*. Campinas, SP: Typ. Livro Azul, 1888.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/ São Paulo, 1890-1914. *História*. São Paulo, v.24, n.2, 2005.

- TREVISAN, Amélia Franzolin. *Casa Branca, a povoação dos ilhéus*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História), FFLCH/ USP, 1979.
- VILARDO, Franceschina. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Campinas, Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia, UNICAMP, 1986.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo Tese (Doutorado): USP, 1951.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WATKINS, Melville H. Teoria primária do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/ CETREDE MINTER, 1977.

Fontes documentais

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO ALFREDO E AFONSO DE TAUNAY DE CASA BRANCA

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

UFSJ (Universidade Federal de São João D'El Rei). Disponível em: <http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/comarca_rio_das_mortes.html>. Acesso em: 22 mar. 2010.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

1ª edição: 2012

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Kalima Editores

